



Ana Raquel de Oliveira
Bolhão Páscoa

**Enquadramento de Legislação nos Sistemas da
Segurança Social**



Ana Raquel de Oliveira
Bolhão Páscoa

Enquadramento de Legislação nos Sistemas da Segurança Social

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade ramo Fiscalidade, realizada sob a orientação científica de Professora Doutora Maria de Fátima M. Teixeira Lopes Pinho. Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Júri

PRESIDENTE:

Graça Maria do Carmo Azevedo, Equiparada a Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

ORIENTADOR:

Maria de Fátima Marques Teixeira Lopes Pinho, Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

ARGUENTE:

Celsa Maria Carvalho Machado, Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Para o meu Pai

agradecimentos

À minha Mãe pela insistência e por nunca me deixar desistir e aos meus irmãos, Paulo e Tiago, pelo apoio e carinho.

À minha orientadora, Prof. Doutora Fátima Pinho, pela sua disponibilidade.

À minha cunhada Luísa, ao Gabriel, ao Luís (meu Mestre), à Elisabete, à Regina pelas dicas e a todos os meus amigos que me deram ânimo e força para concluir esta dissertação.

E por fim, ao RAIZ.

palavras-chave

Segurança Social, Sistemas de Protecção, Enquadramento Legal

resumo

A Segurança Social é um direito constitucional.

Para os cidadãos se poderem valer desse direito têm que conhecer a lei que o tutela. Contudo, não é uma tarefa fácil, uma vez que a legislação da segurança social se encontra dispersa por leis com quase trinta anos de vigência.

Este trabalho propõe uma organização das leis de segurança social pelos Sistemas da Segurança Social que constam da Lei de Bases da Segurança Social – Lei N.º 4/2007 de 16/01, actualmente em vigor.

Assim a legislação da segurança social será enquadrada nos três sistemas da Segurança Social: Sistema de Protecção Social e de Cidadania, Sistema Previdencial e Sistema Complementar.

Serão também mencionados os deveres que os cidadãos têm para poderem usufruir desse direito constitucional

keywords

Social Security, Systems Protection, Legal Framework

abstract

Social security is a constitutional right.

For the citizens benefit of that right thy need to know the law. However, it is not an easy task, since the social security legislation is dispersed by laws with almost thirty years of life

This paper proposes to organize the social security laws by the social security systems mentioned on the Law on Social Security - Law No. 4 / 2007 of 16/01, currently in use.

So the social security legislation will be framed in the three systems of Social Security: System of Social Protection and Citizenship, welfare system and complementary system

Will also be referred the obligations of citizens to make use of this constitutional right.

Índice

1 – Introdução	1
2 – Revisão da Literatura	2
2.1. Noção e definição de Segurança Social	2
2.2 Evolução Histórica da Segurança Social	3
2.3. A Segurança Social em Portugal	5
2.4. Lei de Bases da Segurança Social de 2007 (LBSS)	18
2.4.1. Alterações verificadas	18
2.4.2. Caracterização	19
3 – Enquadramento da Legislação em função dos Sistemas da Segurança Social.....	22
3.1. Sistema de Protecção Social de Cidadania	22
3.1.1. Subsistema de Acção Social	22
3.1.2. Subsistema de Solidariedade	27
3.1.3. Subsistema de Protecção Familiar	37
3.2. Sistema Previdencial.....	44
3.2.1. Inscrição no Sistema da Segurança Social	44
3.2.2. Contribuições para o Sistema da Segurança Social.....	50
3.2.3. Prestações Garantidas	60
3.2.3.1. No âmbito do regime geral dos trabalhadores por conta de outrem.....	60
3.2.3.2. No âmbito do regime dos trabalhadores independentes e do regime do seguro social voluntário.....	78
3.3. Sistema Complementar	83
4 – O Financiamento da Segurança Social.....	85
5 – Conclusões e Perspectivas Futuras.....	86
6 – Referências Bibliográficas	89

Índice de Tabelas

Tabela 1. Fundamentos da Protecção Social	4
Tabela 2. Crianças e jovens em geral	23
Tabela 3. Crianças e jovens em perigo	24
Tabela 4. Adopção de crianças e jovens em perigo.....	24
Tabela 5. Crianças e jovens com deficiência.....	24
Tabela 6. Pessoas adultas com deficiência	25
Tabela 7. Pessoas em situação de dependência	25
Tabela 8. Família e comunidade.....	25
Tabela 9. Grupos de risco: toxicodependentes	26
Tabela 10. Grupos de risco: pessoas infectadas com VIH/Sida	26
Tabela 11. Grupos de risco: vítimas de violência doméstica	26
Tabela 12. Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	27
Tabela 13. Legislação aplicável às prestações de rendimento social de inserção	29
Tabela 14. Pensões Sociais no âmbito do Subsistema de Solidariedade.....	30
Tabela 15. Período de concessão dos subsídios sociais.....	32
Tabela 16. Legislação aplicável aos subsídios sociais – maternidade, paternidade, adopção e riscos específicos	33
Tabela 17. Legislação aplicável ao complemento solidário para idosos.....	35
Tabela 18. Outras prestações no âmbito do subsistema de solidariedade	36
Tabela 19. Legislação aplicável à atribuição do abono de família pré-natal.....	37
Tabela 20. Escalões de rendimentos de referência por agregado familiar	38
Tabela 21. Legislação aplicável à atribuição de abono de família para crianças e jovens	39
Tabela 22. Legislação aplicável à atribuição do subsídio de funeral	40
Tabela 23. Legislação aplicável às prestações por encargos no domínio da deficiência e /ou dependência	41
Tabela 24. Legislação aplicável à inscrição dos trabalhadores dependentes	46
Tabela 25. Legislação aplicável à inscrição dos trabalhadores independentes	46
Tabela 26. Legislação aplicável ao início de actividade das entidades empregadoras...	47
Tabela 27. Legislação aplicável à inscrição dos membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas	48
Tabela 28. Legislação aplicável à inscrição no seguro social voluntário	49

Tabela 29. Taxas contributivas dos trabalhadores por conta de outrem.....	50
Tabela 30. Taxas contributivas dos trabalhadores do serviço domésticos sem protecção no desemprego.....	52
Tabela 31. Taxas contributivas dos trabalhadores do serviço doméstico com protecção no desemprego.....	52
Tabela 32. Taxas contributivas dos trabalhadores agrícolas indiferenciados.....	53
Tabela 33. Legislação aplicável às contribuições dos trabalhadores dependentes para a Segurança Social	53
Tabela 34. Escalões de remunerações indexantes ao IAS para apurar base de incidência das contribuições	54
Tabela 35. Taxas contributivas do regime de trabalhadores independentes.....	55
Tabela 36. Legislação aplicável às contribuições dos trabalhadores independentes para a Segurança Social	56
Tabela 37. Escalões de remunerações indexantes ao IAS para apurar base de incidência das contribuições para os interessados no seguro social voluntário.....	56
Tabela 38. Taxas contributivas no âmbito do seguro social voluntário	57
Tabela 39. Legislação aplicável às contribuições no âmbito do seguro social voluntário	57
Tabela 40. Situações de redução de taxa contributiva e/ou de dispensa temporária de pagamento de contribuições	58
Tabela 41. Legislação aplicável às contribuições das entidades empregadoras.....	59
Tabela 42. Legislação aplicável às prestações atribuídas por encargos familiares no âmbito do Sistema Previdencial	60
Tabela 43. Percentagem para cálculo do subsídio de doença.....	62
Tabela 44. Período de máximo de concessão do subsídio de doença.....	63
Tabela 45. Legislação aplicável às prestações atribuídas por doença no âmbito do Sistema Previdencial	63
Tabela 46. Períodos de concessão e montantes das prestações no âmbito da protecção à maternidade, paternidade e adopção.....	64
Tabela 47. Legislação aplicável às prestações atribuídas por Maternidade, Paternidade e Adopção no âmbito do Sistema Previdencial.....	66
Tabela 48. Legislação aplicável às prestações atribuídas por invalidez no âmbito do Sistema Previdencial	69

Tabela 49. Legislação aplicável às prestações atribuídas por velhice no âmbito do Sistema Previdencial	70
Tabela 50. Montantes das prestações por morte e períodos de concessão	71
Tabela 51. Legislação aplicável às prestações atribuídas por morte no âmbito do Sistema Previdencial	72
Tabela 52. Montantes das prestações de protecção no desemprego.....	74
Tabela 53. Período de concessão das prestações de desemprego.....	74
Tabela 54. Motivos de suspensão e cessação das prestações por desemprego.....	75
Tabela 55. Legislação aplicável às prestações atribuídas por desemprego no âmbito do Sistema Previdencial	76
Tabela 56. Legislação aplicável às prestações atribuídas em situações de doenças profissionais no âmbito do Sistema Previdencial.....	77
Tabela 57. Legislação aplicável à atribuição das prestações aos trabalhadores independentes	79
Tabela 58. Eventualidades cobertas no regime do seguro social voluntário	80
Tabela 59. Legislação aplicável à atribuição das prestações no âmbito do seguro social voluntário.....	80
Tabela 60. Resumo da legislação que regulamenta as prestações atribuídas no Sistema Previdencial.....	82
Tabela 61. Legislação aplicável ao Sistema Complementar da Segurança Social.....	84

1 – Introdução

A Constituição da República Portuguesa de 1976 e, apesar das diversas revisões que teve, sempre consagrou no n.º 1 do artigo 63º que “Todos têm o direito à Segurança Social”.

A Lei de Bases da Segurança Social, Lei n.º 4/2007 de 16/01, reforça esse princípio constitucional, no n.º 1 do artigo 2º.

Como é que se pode concretizar esse direito se a legislação se encontra dispersa, por decretos e leis, alguns em vigor desde a década de 80?

O objectivo deste trabalho é enquadrar a legislação em vigor de acordo com os sistemas que compõem a Segurança Social: Sistema de Protecção Social de Cidadania, Sistema Previdencial e Sistema Complementar.

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho foi essencialmente a pesquisa bibliográfica, recorrendo a bibliografia especializada e à legislação publicada desde 1960 sobre Segurança Social.

Numa primeira fase deste trabalho faz-se um breve enquadramento histórico da Segurança Social em Portugal. Evidencia-se a sua evolução legislativa, que nos irá mostrar a crescente preocupação do Estado em colmatar situações de carência sócio-económica, e em proteger os trabalhadores nas eventualidades que possam surgir durante as suas vidas que os impossibilitem de receber os rendimentos do seu trabalho.

Aborda-se ainda a Lei de Bases da Segurança Social, actualmente em vigor, enunciando as suas características, os seus objectivos e princípios, assim como a sua composição.

Na segunda parte, desenvolvem-se os aspectos fundamentais de cada Sistema, mencionando os direitos dos beneficiários / contribuintes da Segurança Social, bem como as prestações a que têm direito, indicando a legislação que se aplica a cada situação.

No final do presente trabalho será apresentada uma proposta de estrutura para um eventual Código da Segurança Social.

2 – Revisão da Literatura

2.1. Noção e definição de Segurança Social

A expressão *segurança social* destacou-se e começou a ser mais utilizada, após a crise económica de 1929/1930 e na 2ª Grande Guerra Mundial (1939-1945). Esse destaque surgiu da necessidade de garantir um rendimento social mínimo em momentos de crise.

As Nações Unidas, em Assembleia Geral de 1949, aprovou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, onde estabeleceu, no art.º 25, que “Toda a pessoa tem o direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam da mesma protecção social.” As Nações Unidas estabelecem, deste modo, que a Segurança Social é um direito humano básico.

Assim, podemos considerar que a Segurança Social se enquadra num sistema de políticas económicas e sociais, cujo objecto de actuação ultrapassa o indivíduo, englobando a sociedade em que este se encontra inserido, tendo em conta a situação social de cada indivíduo, os riscos sociais e as medidas necessárias a adoptar para cobrir esses riscos. Tendo em conta a noção de riscos e medidas de cobertura, existem várias definições de segurança social, que de acordo com Apelles¹ (2001) são as propostas por:

- a) Beveridge (1944) que nos diz que a segurança social corresponde a um “conjunto de medidas adoptadas pelo Estado para os cidadãos contra os riscos de verificação individual que nunca deixam de verificar-se por óptima que seja a situação do conjunto da sociedade em que vivem.”
- b) Pastor (1977), que define a segurança social como “um instrumento estatal específico protector de necessidades sociais individuais e colectivas a cuja protecção preventiva e recuperadoras têm direito os indivíduos na extensão,

¹ In Apelles, J. B. Conceição, 2001, *Segurança Social – Manual Prático*

limites e condições que as normas disponham, conforme permita a sua organização financeira.”

- c) No mesmo ano (1977), Olea descreve a segurança social como um “conjunto integrado de medidas de ordenamento estatal para a prevenção e reparação dos riscos pessoais através as prestações individualizadas e economicamente avaliáveis.”
- d) Numa óptica mais institucional, Saint-Jours (1982) entende “segurança social como um sistema autónomo estatal de garantia colectiva contra os riscos sociais fundada na solidariedade organizada entre indivíduos de uma determinada comunidade.”

Como acabámos de ver, a Segurança Social pode ser uma ferramenta poderosa para combater a pobreza e insegurança social e conseguir uma maior igualdade dos níveis de rendimento.

O Departamento de Segurança Social da Organização Internacional do Trabalho, organismo que pertence às Nações Unidas, publicou em 2006, um manual de Administração da Segurança Social, onde se define que a Segurança Social é “A protecção fornecida pela sociedade aos seus membros, através de uma série de medidas públicas, como contrapartida das dificuldades económicas e sociais que sem este apoio se fariam sentir devido à quebra acentuada dos rendimentos causados por: doença, maternidade, acidentes de trabalho, desemprego, invalidez, velhice ou morte; o fornecimento de cuidados médicos e subsídios a famílias com crianças”. Este manual define como objectivo da Segurança Social e decorrente da sua definição: “assegurar àquelas pessoas que, quer temporariamente quer permanentemente, fiquem incapacitadas de obter rendimentos, ou que tenham de fazer face a responsabilidades financeiras excepcionais, a possibilidade de continuar a satisfazer as suas necessidades através do fornecimento de recursos financeiros ou de certos bens ou serviços...”

2.2 Evolução Histórica da Segurança Social

De acordo, ainda, com Apelles (2001) a história da Segurança Social pode ser dividida em duas fases, uma até ao séc. XIX e outra a partir do séc. XX. A 1ª caracteriza-se por uma protecção de forma indiferenciada. Na segunda aparece

inicialmente a ideia de seguro obrigatório e, posteriormente, a consagração de plano de política de segurança social.

Na primeira fase ou período pré-institucional, a protecção social apoiava-se em duas ideias:

1. Assistência, isto é, beneficência simples, grátis e unilateral
2. Associação que surge da necessidade de garantir num grupo sócio-profissional a protecção a certos riscos sociais.

As associações criadas neste período constituem-se por iniciativa de particulares com carácter associativo, estabelecendo regras para o exercício de uma actividade e regras para assistência social aos seus membros.

No quadro seguinte enunciam-se as razões da protecção social neste período:

Tabela 1. Fundamentos da Protecção Social

Modelo	Características
Recompensa dos serviços prestados à colectividade	Valores patrimoniais oferecidos pela cidade ou pelos monarcas aos inválidos de guerra ou antigos militares pelo seu serviço
Razões de ordem pública	Pretende-se evitar as perturbações sociais. A assistência exerce função de política preventiva para protecção e defesa da sociedade.
Condição de existência dos indivíduos	As políticas sociais são encaradas como pressuposto da condição de existência das pessoas individualmente consideradas.

Fonte: **Apelles**, J. B. Conceição, 2001, *Segurança Social – Manual Prático*, Rei dos Livros. Lisboa.

Ainda de acordo com o mesmo autor, a 2ª fase divide-se em:

- Período clássico em que surge a ideia de generalizar o seguro da força do trabalho, através de uma poupança forçada pelo mutualismo obrigatório. Assim, através de uma quotização obrigatória proporcional ao salário dos beneficiários era feita uma poupança individual que servia como garantia colectiva contra os riscos sociais de um grupo profissional.
- Período moderno em que se assiste à consagração de políticas de segurança social que abrangem toda a população, de forma a garantir um mínimo de subsistência, nomeadamente garantindo cuidados médicos, prestações alimentares em caso de inactividade profissional forçada, prestações familiares...

2.3. A Segurança Social em Portugal

Em Portugal, até meados do século XV, todo o tipo de assistência social era promovida pelo clero e de forma simples e pontual. No entanto, no final desse século e com a Rainha D. Leonor, que promoveu o aparecimento da Irmandade da Misericórdia, assistiu-se por todo o país ao aparecimento das Santas Casas da Misericórdia. Estas tinham como objectivo a assistência no domínio da saúde e da acção social, objectivos estes que estas instituições mantêm até aos nossos dias.

A Revolução Industrial do século XIX proporcionou o aparecimento nos principais centros urbanos de associações mutualistas, que pretendiam a prestação de cuidados médicos, fornecimento de medicamentos e atribuição de prestações pecuniárias em situações de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho dos seus associados.

No final do século XIX, devido à lacuna que existia no âmbito da protecção na velhice, foi criada a Caixa Geral de Aposentações.

No início do século XX procurou-se institucionalizar o sistema de seguros sociais obrigatórios que abrangessem a totalidade dos trabalhadores por conta de outrem e com um certo nível de rendimentos. Assim, em 16 de Março de 1935, foi aprovada a Lei N.º 1884 que definiu as bases gerais da organização da previdência social. O campo de aplicação pessoal abrangia numa primeira fase os trabalhadores por conta de outrem, dos vários sectores, sendo insignificante ou quase inexistente o enquadramento dos trabalhadores independentes. Garantia-se aos trabalhadores por conta de outrem a protecção na doença, invalidez, velhice, a protecção ao desemprego era ainda uma possibilidade não tornada prática.

O financiamento da protecção social dos trabalhadores por conta de outrem era feito, como ainda hoje se verifica, através das contribuições obrigatórias tanto dos trabalhadores como das entidades empregadoras.

Hespanha *et al* (2000)² escrevem que: “O Estado Novo, tomando a questão central da integração e controle de todas as iniciativas da sociedade civil, restringiu a acção de previdência a um mero assistencialismo corporativista e impôs uma versão desvalorizada da assistência, um assistencialismo caritativo organizado e concebido na

² Hespanha, Pedro Monteiro, Alcina; Ferreira, A. Cardoso; Rodrigues, Fernanda; Nunes, M: Helena; Hespanha, M. José; Madeira, Rosa; van den Hoven, Rudy; Portugal, Sílvia, 2000, *Entre o Estado e o Mercado. As fragilidades das Instituições de Protecção Social em Portugal*.

base de critérios ético-religiosos (tomando como exemplo a organização assistencial das Misericórdias). Simultaneamente, centrando os seus esforços na integração corporativa do trabalho e exclusão moralizadora da pobreza, dispensou-se de qualquer compromisso político (e financeiro) com as condições de vida e protecção social da sociedade.”

Assim, com a Lei n.º 2115 de 15/06/1962, assistiu-se à primeira grande reforma da previdência que se traduziu essencialmente no alargamento do campo material a eventualidades não cobertas e na permissão de criação de instituições de carácter regional.

Aqueles autores defendem ainda que:” A reforma da previdência foi responsável por uma expansão significativa em termos de população abrangida e eventualidades cobertas, expansão favorecida não só pela atenuação do regime de capitalização restrita, como também por um alargamento territorial, pela criação de novas instituições (...). É flexibilizada a anterior organização por critérios sócio-económicos e a sua tradicional subordinação à organização corporativa, mas o sistema continua sendo exclusivamente financiado pelas condições do trabalho e condicionado pelas necessidades sectoriais da economia.”

No ano seguinte, em 19/07/1963, foi publicada a Lei n.º 2120 que define o novo Estatuto da Saúde e da Assistência. A esse propósito os autores atrás referidos afirmam que: “A reforma da saúde e assistência define as bases de uma política responsável pelo alargamento do sistema de saúde, ampliação e organização da rede hospitalar pública e privada, pela reorganização e qualificação técnica dos serviços e pela valorização das carreiras profissionais. No domínio da assistência social, a implicação do Estado na protecção social dos indivíduos e das famílias não cobertos pelo seguro obrigatório ou outro, continua a orientar-se pelos mesmos princípios básicos: a) a responsabilidade do ‘assistido’ ou da família associada à afirmada necessidade de formação moral e ao dever do trabalho, ainda que se atenua o carácter coercivo na definição de ‘tutela social’ dos assistidos; b) a supletividade da intervenção pública relativamente às instituições privadas que ‘ofereçam as condições morais, financeiras e técnicas mínimas’ e cuja autonomia se garante dentro dos limites da ‘tutela administrativa do Estado’ e da ‘vontade dos investidores’”.

Martins *et al*³, referem que “No entanto, estas reformas revelaram-se incongruentes, na medida em que tinham como finalidade universalizar, a toda a população e a todo o

3 in **Martins**, Ana, Santos; Santos, Maria de Fátima; Afonso, Mário Romano - *Prática Profissional versus Cultura Organizacional*, disponível em <http://www.cpihts.com/Tese%20mario%20afonso01.pdf>

território nacional, o Sistema de Previdência Social e o Sistema de Saúde e Assistência, acabando por verificar que não passaram de boas intenções, na medida que não se verificou a alteração da tradicional diferenciação dos sistemas de protecção social, de previdência e de assistência.”

Acrescentam ainda:” Contudo é de realçar a reafirmação da supletividade do Estado, isto é, remetendo para os interessados a responsabilidade do esquema de Protecção Social. Assim, verifica-se que o Estado protegia as iniciativas particulares, (...), porém de forma distinta, de acordo com a sua fundação em laços ético-religiosos (...) ou na agregação com base na necessidade/interesses sócio-económicos – Associações Mutualistas. “

Nos anos 60-70, foram aprovados alguns diplomas levando ao desenvolvimento do Sistema da Previdência Português, nomeadamente:

- Regime da previdência dos trabalhadores agrícolas;
- Regime jurídico de algumas prestações – pensões de sobrevivência, subsídio doença, subsídio de morte;
- Alargamento do âmbito da Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais;
- Alteração dos prazos de contribuições para garantir o pagamento dos subsídios, no caso de invalidez e velhice;
- Eliminação do *plafond* contributivo.

Com o 25 de Abril de 1974 houve, entre outras mudanças, uma reestruturação das políticas de segurança social, novas formas de intervenção no campo da assistência em que se exigia uma maior participação do Estado. Assistiu-se a um aumento significativo da responsabilização política do Estado, pretendendo-se a redistribuição mais igualitária e garantia de um mínimo social de padrões nacionais de vida e protecção social.

Com a entrada em funções do I Governo Constitucional, o Estado assume progressivamente uma posição central nos processos de regulação, dando-se uma modificação qualitativa no sistema da segurança social, promovendo-se o modelo unificado que ainda hoje existe.

Com a promulgação da Constituição da República de 1976 consagra-se o conceito de segurança social. Deste modo, no seu artigo 63º reconhece-se o direito universal da segurança social, em que o Estado é o responsável pela organização e pela coordenação de um sistema de segurança social unificado e participado pelas organizações sindicais, e pela subvenção do sistema. Finalmente, os riscos de doença, velhice, invalidez,

sobrevivência, desemprego, bem como qualquer outro tipo de carência de recursos ou capacidades de trabalho, deverão ser cobertas pelo sistema.

Assistiu-se, na segunda metade dos anos setenta, ao alargamento tanto do campo da aplicação pessoal como da aplicação material da protecção social, nomeadamente:

- Pensão social – foi alargada a todas as pessoas com idade superior a 65 anos que não exercessem actividade remunerada e não estivessem abrangidos por qualquer sistema de previdência, bem como as pessoas inválidas com idade superior a 14 anos que não conferissem direito ao subsídio vitalício ou a outro de qualquer natureza;
- Protecção no desemprego – foi criado um subsídio de desemprego a atribuir a trabalhadores por conta de outrem desempregados, nos termos do Decreto-Lei n.º 169-D/75 de 31/03;
- Prestações familiares – regulamentou-se o abono de família como um direito das crianças;
- Pensões – criação do subsídio de Natal para os pensionistas;
- Trabalhadores independentes – foi reconhecida a necessidade de integrar os trabalhadores que não exercem actividade por conta de outrem, de forma a passarem, em regime transitório, a ter acesso a protecção social na invalidez, velhice, doença e morte;
- Trabalhadores do serviço doméstico – passaram a ser abrangidos pelo regime geral da previdência, e as suas contribuições eram calculadas através da incidência da taxa contributiva sobre uma remuneração concertada.

Com o aumento dos campos de aplicação pessoal e material da Segurança Social, verificou-se o aumento das dívidas por incumprimento das obrigações contributivas o que obrigou à necessidade de se legislar sobre: dívidas à Segurança Social, globalização das taxas contributivas e seu aumento e alteração dos prazos de garantia para acesso às prestações sociais.

Para se dar cumprimento ao que tinha sido legislado em sede da Constituição da República de 1976, em 1977 foram dados passos significativos com o objectivo de estabelecimento de um sistema da Segurança Social unificado, descentralizado e participado, através da criação de uma nova estrutura orgânica. Assim, o Decreto-lei n.º 549/77 de 31/12, vem regulamentar a nova estrutura orgânica da segurança social, que assenta em três pilares fundamentais:

- i. Integração – a estrutura orgânica central passou a contar com um conjunto de serviços de administração directa do Estado e organismos de âmbito nacional dotados de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira;
- ii. Descentralização – a estrutura orgânica passou a ser constituída pelos Centros Regionais de Segurança Social, dotados de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, que integraram órgãos, serviços e instituições de previdência social e assistência social, no respectivo âmbito geográfico;
- iii. Participação – a estrutura de participação prévia dos órgãos a nível nacional e regional, constituídos por representantes das associações sindicais e outros trabalhadores, das autarquias e comunidades locais, das instituições particulares de solidariedade não lucrativas e de outras entidades interessadas no sistema da Segurança Social.

Até à publicação da Lei de Bases da Segurança Social em 1984, houve um trabalho activo e dinâmico no sentido de se legislar sobre os regimes e prestações de Segurança Social, nomeadamente:

- Criação do regime não contributivo de protecção social destinado a residentes não abrangidos por qualquer regime de protecção social, de natureza contributiva e inscrição obrigatória, nos termos do Decreto-lei n.º 160/80 de 27/05;
- Protecção por doença profissional no âmbito do regime geral, de acordo com Decreto-lei n.º 200/81 de 09/07;
- Reordenamento do esquema de segurança social dos trabalhadores do serviço doméstico com a actualização da base de incidência contributiva, formalizado pelo Decreto Regulamentar n.º 43/82 de 22/07;
- Criação do regime do seguro social voluntário, pelo Decreto-lei n.º 368/82 de 10/09, destinado a abranger actividades não remuneradas, conferindo aos respectivos beneficiários, mediante o pagamento das contribuições devidas, o direito a pensões de velhice, invalidez e subsídio por morte;
- Enquadramento do clero, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 5/83 de 31/01, em que é obrigatória a inscrição no regime geral da previdência dos membros do clero;
- Reformulação dos regimes de protecção dos trabalhadores agrícolas, conforme Decreto-lei n.º 251/83 de 11/06;

- Reestruturação do esquema de protecção social dos jogadores de futebol profissionais, nos termos de Decreto Regulamentar n.º 57/83 de 24/06;
- Reformulação do regime dos trabalhadores independentes – houve uma reformulação do sistema contributivo, bem como o alargamento aos trabalhadores independentes e seus familiares a todo o esquema de prestações do regime geral, excepto no subsídio de doença.

Neste período também foram adoptadas algumas medidas no âmbito das prestações sociais, a saber:

- Protecção na maternidade e na paternidade – o Decreto-lei n.º 103/80 de 09/05 dispôs novas medidas no âmbito destas prestações, bem como atribuição de subsídio no caso de assistência a menores doentes e definiu também os meios de apoio à infância;
- Prestações familiares – passaram a ser concedidas, nos termos dos Decreto-lei n.º 170/80 de 29/05 e Decreto Regulamentar n.º 20/80 de 27/05, abono de família a todos os trabalhadores dependentes, abono complementar de crianças e jovens deficientes, subsídios de nascimento, aleitação, casamento, etc.;
- Criação de um sistema de verificação de incapacidades permanentes de forma a ser atribuída a respectiva prestação, nos termos do Decreto-lei n.º 144/82 de 27/04;
- Pensões de invalidez, velhice e sobrevivência, com alteração de legislação referente à acumulação de pensões com rendimentos de trabalho, entre outras, também foi feita a revisão do processo de cálculo das pensões por invalidez e velhice, etc., conforme Portarias n.º 98/83 de 29/01 e n.º 740/83 de 29/06, Decreto-lei n.º 164/83 de 27/04 e Decreto Regulamentar n.º 9/83 de 07/02;
- Subsídio de desemprego – foram definidos com maior rigor as condições de acesso e controlo desta prestação, nos termos do Decreto-lei n.º 297/83 de 24/06.

Ainda no início dos anos 80, foram tomadas algumas providências no âmbito do financiamento da segurança social, designadamente: maior rigor no pagamento das contribuições e das dívidas vencidas e vincendas; ajustamento das bases de incidência das contribuições e alargamento dos períodos exigidos como prazos de garantia.

Em 14 de Agosto de 1984 foi aprovada a Lei de Bases da Segurança Social – Lei n.º 28/84, que no seu artigo 1º nos diz: “A presente lei define as bases em que assentam

o sistema da Segurança Social previsto na Constituição e a acção social prosseguida pelas instituições de segurança social...”

A acção social definida nesta lei tem por objectivo: “a prevenção de situações de carência, disfunção e marginalização social e a integração comunitária”.

Por sua vez, a Segurança Social rege-se pelos princípios ligados a: formação de direitos (universalidade, de igualdade e de garantia judicial), participação financeira do Estado (solidariedade) e gestão (participação, unidade, eficácia e descentralização).

A Lei de Bases ainda consagra que o sistema social tem por base os objectivos orientadores de:

1. Proteger os trabalhadores e suas famílias nas situações de falta ou diminuição de capacidade de trabalho, de desemprego involuntário e de morte e garante a compensação de encargos familiares;
2. Proteger as pessoas que se encontram em situação de falta ou diminuição de meios de subsistência.

De acordo com esta lei, a administração do sistema pertence ao Estado e o seu financiamento é assegurado pelas contribuições dos beneficiários e das entidades empregadoras e por transferência do Estado. Os regimes de Segurança Social previstos na Lei n.º 28/84 materializam-se em prestações garantidas como direitos. O regime geral abrange, com carácter obrigatório, os trabalhadores dependentes e os independentes, garantindo a sua protecção nos casos das eventualidades previstas na lei. Já o regime não contributivo tem por objectivo “realizar a protecção em situações de carência económica ou social não cobertas efectivamente pelo regime geral”.

Encontra-se ainda definida a possibilidade de apresentação, de reclamações ou queixas quando se considerarem lesados nos seus direitos. Igualmente a falta de cumprimento das obrigações legais respeitantes à inscrição ou inscrição fraudulenta, dá lugar à aplicação de coimas. Por sua vez o incumprimento da obrigação contributiva, por parte das entidades empregadoras ou dos beneficiários, dá lugar a aplicação de medidas de coacção indirecta.

O financiamento da Segurança Social também está previsto. Assim:

- a) O regime geral é financiado pelas contribuições dos trabalhadores e ainda pelas entidades empregadoras quando se tratar de trabalhadores por conta de outrem;
- b) O regime não contributivo e a acção social são financiados por transferências do Estado;

- c) As despesas de administração e outras despesas comuns da Segurança Social são financiadas proporcionalmente pelas fontes de financiamento dos regimes e da acção social.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 28/84, assistiu-se a um grande movimento legislativo no domínio dos regimes da protecção social e das respectivas prestações, das quais destacamos:

- Criação da taxa social única;
- Criação do regime da pensão unificada;
- Reformulação do regime da protecção social no desemprego;
- Regulamentação da protecção social complementar;
- Medidas de apoio e promoção ao emprego;
- Enquadramento jurídico dos fundos de pensão;
- Instituição do regime da pré-reforma;
- Reformulação das pensões de invalidez e velhice do regime geral;
- Criação do complemento social sem base contributiva;
- Revisão do regime dos trabalhadores independentes;
- Reforço do quadro sancionário dos regimes de protecção social, definido e penalizando os crimes contra a segurança social;
- Criação do rendimento mínimo garantido como prestação do regime não contributivo em conjunto com um programa de inserção social.

Em 2000, é aprovada a nova Lei de Bases da Segurança Social – Lei n.º 17/2000 de 8/08, que entra em vigor em Fevereiro de 2001 e que vem revogar a Lei n.º 28/84.

Esta Lei consagra que todos têm o direito à segurança social e os seus objectivos prioritários são promover a melhoria das condições e dos níveis de protecção social e o reforço da respectiva equidade, a eficácia do sistema e eficiência da sua gestão e a sustentabilidade financeira do sistema.

A nova Lei de Bases para além de manter os princípios já enunciados na Lei de 1984 e introduz novos. Assim, no art. 4º da Lei 17/2000 lê-se que: “são princípios gerais do sistema o princípio da universalidade, da igualdade, da equidade social, da diferenciação positiva, da solidariedade, da inserção social, da conservação dos direitos adquiridos e em formação, do primado da responsabilidade pública, da complementaridade, da garantia judiciária, da unidade, da eficácia, da descentralização, da participação e da informação”.

Prevê três subsistemas de solidariedade e segurança social, a saber:

1. Subsistema de Protecção Social de Cidadania que assegura os direitos básicos de protecção social, garantindo a igualdade de oportunidades, o direito a mínimos essenciais e a prevenção e erradicação de situações de pobreza e de exclusão, de forma a promover o bem-estar e a harmonia sociais. Estes objectivos são concretizados através do regime de solidariedade, que inclui as prestações do rendimento mínimo garantido, pensões de invalidez, velhice e sobrevivência) e a acção social que cobre as eventualidades de pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais através da concessão de prestações pecuniárias e em espécie, de utilização ou financiamento à rede de serviços e equipamento e apoio a programas de combate às eventualidades que cobre.

Este Subsistema é exclusivamente financiado por transferência do Orçamento do Estado.

2. Subsistema de Protecção à Família que garante de encargos familiares, deficiência e dependência. Este subsistema é igualmente financiado pelo Orçamento do Estado, excepto no caso das prestações, por exemplo, de velhice, invalidez, que cuja atribuição é condicionada à verificação de carreiras contributivas.
3. Subsistema Previdencial que tem por objectivo garantir o direito à compensação da perda ou redução de rendimentos do trabalho, nas eventualidades de doença, maternidade, paternidade, adopção, desemprego, acidentes de trabalho e doenças profissionais, invalidez, velhice, morte. Estão abrangidos por este subsistema na qualidade de beneficiários todos os trabalhadores por conta de outrem e os independentes. Este subsistema é financiado pelas quotizações dos trabalhadores e pelas contribuições das entidades patronais.

O financiamento do sistema rege-se pelos princípios da diversificação das fontes que “implica a ampliação das bases de obtenção de recursos financeiros, tendo em vista a redução dos custos não salariais da mão-de-obra” e da adequação selectiva que “consiste na determinação das fontes de financiamento e na afectação dos recursos financeiros de acordo com a natureza e os objectivos das modalidades de protecção social definidas na presente lei e com situações e medidas especiais, nomeadamente as

relacionadas com políticas activas de emprego e formação profissional.” (de acordo com a Lei n.º 17/2000 de 8 de Agosto).

Esta lei trouxe, conforme o preâmbulo do Decreto-lei n.º 106/2001 de 6/04: “(...) um conjunto de regras inovadoras relativamente à sua (entenda-se Segurança Social) organização. Destas destaca-se a que prevê a introdução de um sistema de informação de âmbito nacional assente em bases de dados que, tendo como elemento estruturante a identificação dos contribuintes, pessoas singulares ou colectivas, permita mais rápida e eficaz prossecução dos objectivos do sistema.” Acrescenta ainda que: “A concretização deste sistema de informação depende, por sua vez, da instituição, também prevista naquela lei, de um sistema de identificação nacional único de todos os cidadãos que, enquanto beneficiários ou contribuintes, se relacionem ao longo das suas vidas.”

Descreve, também, as vantagens deste sistema de informação que serão as de “(...) promover a utilização, por parte dos contribuintes, de tais meios informáticos e electrónicos, favorecendo, por esta via também, o desenvolvimento no nosso país de uma verdadeira sociedade de informação, (...) contribuirá (...) para uma maior rapidez, seja no reconhecimento dos direitos à protecção social e na atribuição das respectivas prestações, seja num melhor controlo da receita por parte dos serviços da Administração.”

Assim, no período que decorreu desde a aprovação das Lei de Bases de 2000 até à nova Lei de 2002, alguns passos foram dados no sentido de concretizar este sistema de informação, nomeadamente a criação da obrigatoriedade das entidades empregadoras com mais de 10 trabalhadores procederem à declaração das remunerações em suporte digital ou pela Internet – Decreto-Lei 106/2001 de 6/04.

Neste período foram ainda introduzidas as alterações seguintes no Sistema de Solidariedade e Segurança Social:

- Adopção de medidas de protecção das uniões de facto – Lei n.º 7/2001 de 11/05;
- Estabelecimento de uma taxa contributiva mais favorável para os trabalhadores agrícolas e seus cônjuges, abrangidos pelo regime geral dos trabalhadores independentes – Decreto-lei n.º 159/2001 de 18/05;
- Reforço das garantias do contribuinte e simplificação processual, reformulação da organização jurídica e criação de um novo regime para as infracções tributárias – Decreto-lei n.º 15/2001 de 05/06;

- Aprovação de um regime excepcional de regularização de dívidas fiscais e à segurança social – Decreto-lei n.º 248-A/2002 de 14/11.
- Aprovação das orientações nacionais no combate à evasão e fraude fiscais, aduaneira e segurança social – Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2001 de 23/11.

Em 20 de Dezembro de 2002, foi revogada a anterior Lei de Bases de 2000, com a aprovação da Lei n.º 32/2002 – a nova Lei de Bases da Segurança Social.

As principais alterações que se verificaram nesta Lei de 2002 foram:

1. A irrenunciabilidade do direito à segurança social.
2. A definição dos objectivos do Sistema da Segurança Social em:
 - a. Garantir a concretização do direito à segurança social;
 - b. Promover a melhoria das condições e dos níveis de protecção social e o reforço da respectiva equidade;
 - c. Proteger os trabalhadores e as suas famílias nas situações de falta ou diminuição de capacidade para o trabalho, de desemprego e de morte;
 - d. Proteger as pessoas que se encontrem em situação de falta ou diminuição de meios de subsistência;
 - e. Proteger as famílias através da compensação de encargos familiares;
 - f. Promover a eficácia social dos regimes prestacionais e a qualidade da sua gestão, bem como a eficiência e sustentabilidade financeira do sistema.
3. A adopção do princípio da subsidiariedade social e o da coesão geracional.
4. A composição do Sistema de Segurança Social, visto como um:
 - a. Sistema público de segurança social que compreende o subsistema previdencial, o subsistema de solidariedade e o subsistema de protecção familiar;
 - b. Sistema de acção social que é desenvolvido por instituições públicas e por instituições particulares sem fins lucrativos;
 - c. Sistema complementar que compreende regimes legais, regimes contratuais e esquemas facultativos (que na anterior Lei era visto como um regime complementar de iniciativa particular e não como um sistema).

Após a entrada em vigor desta Lei seguiu-se um período de aprovação e publicação de novos diplomas, de que se destacam:

- Lei n.º 13/2003 de 21/05 – Revoga o rendimento mínimo garantido previsto na Lei n.º 19-A/96 de 29/06 e cria o rendimento social de inserção;

- Decreto-lei n.º 176/2003 de 2/08 – Institui o abono de família para as crianças e jovens e define a protecção na eventualidade de encargos familiares no âmbito do subsistema de protecção familiar;
- Portaria n.º 1191/2003 de 10/10 – Regulamenta a concessão de apoios a projectos ou iniciativas que proporcionam a criação líquida de postos de trabalho e que visem desenvolver actividades no âmbito de apoio à família;
- Decreto-lei n.º 283/2003 de 8/11 – Regulamenta a Lei 13/2003 que cria o rendimento social de inserção;
- Decreto-lei n.º 28/2004 de 4/02 – Estabelece o novo regime jurídico de protecção social na eventualidade de doença, no âmbito do subsistema previdencial de segurança social;
- Decreto-lei n.º 48/2004 de 3/03 – Cria o Conselho Nacional da Segurança Social;
- Portaria n.º 337/2004 de 31/03 – Regulamenta do Decreto-lei n.º 2008/2004, que estabelece o novo regime jurídico de protecção social na eventualidade de doença;
- Lei n.º 40/2004 de 18/08 – Cria Estatuto do Bolseiro;
- Portaria n.º 1273/2004 de 7/10 – Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social;
- Decreto-lei n.º 77/2005 de 13/04 – Estabelece o regime jurídico de protecção social na maternidade, paternidade e adopção no âmbito do subsistema previdencial de segurança social face ao regime preconizado na legislação do trabalho vigente;
- Decreto-lei n.º 98/2005 de 16/06 – Define o âmbito de protecção social conferido pelo sistema público de segurança social aos trabalhadores no domicílio;
- Decreto-lei n.º 119/2005 de 22/07 – Revê o regime de segurança social dos trabalhadores independentes;
- Decreto-lei n.º 232/2005 de 29/12 – Cria o complemento solidário para idosos;
- Lei n.º 60/2005 de 29/12 – Estabelece mecanismos de convergência do regime de protecção social da função pública com o regime geral da segurança social no que respeita às condições de aposentação e cálculo de pensões;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2005 – Define o procedimento para a elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável;

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2005 – Aprova o Programa Nacional para o Crescimento e o Emprego 2005-2008;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 190/2005 – Aprova o Plano Tecnológico;
- Decreto Regulamentar n.º 3/2006 de 6/02 – Regulamenta o Decreto-lei n.º 232/2005 de 29/12 que institui o complemento solidário para idosos no âmbito do subsistema de solidariedade;
- Decreto-lei n.º 117/2006 de 20/06 – Define a transição do regime obrigatório de protecção social aplicável aos funcionários públicos para o regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2006 – Aprova um conjunto de medidas de reforma da segurança social;
- Decreto-lei n.º 220/2006 de 3/11 – Estabelece o regime jurídico de protecção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem;
- Lei n.º 53-B/2006 de 29/12 – Cria o indexante dos apoios sociais e novas regras de actualização das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social.

Finalmente, em 2007, foi aprovada a actual Lei de Bases que será objecto de análise no ponto seguinte.

2.4. Lei de Bases da Segurança Social de 2007 (LBSS)

2.4.1. Alterações verificadas

Em Janeiro de 2007 foi publicada a Lei de Bases da Segurança Social de 2007 – Lei n.º 4/2007 de 16/01, que veio revogar a Lei n.º 32/2002 de 20/12 e que se encontra actualmente em vigor.

Portugal (2007)⁴ destaca as principais alterações da nova LBSS. De acordo com o autor, a Lei:

1. “prevê a aplicação de um factor de sustentabilidade, relacionado com a evolução da esperança média de vida, ao montante da pensão estatutária, a fim de adequar o financiamento do sistema da segurança social às modificações resultantes das alterações demográficas e económicas e de atenuar o impacto da evolução da longevidade sobre o mesmo. Este factor de sustentabilidade deverá ser definido pela relação entre a esperança média de vida verificada num determinado não de referência e aquela que se verificar no ano que antecede o requerimento da pensão. Assim, na prática, a consequência directa da aplicação do factor de sustentabilidade poderá vir ser a necessidade de os contribuintes trabalharem para além da idade da reforma, sujeitarem-se à aplicação de uma taxa contributiva mais elevada ou à atribuição de uma pensão de valor inferior.”
2. “o cálculo das pensões de velhice e de invalidez passará a ter por base os rendimentos de trabalho, revalorizados, de toda a carreira contributiva. Pretende-se com esta fórmula beneficiar os contribuintes que tenham rendimentos mais baixos e penalizar os mecanismos de gestão das carreiras contributivas, já que desta forma haverá maior correspondência entre a média salarial verificada em toda a carreira contributiva e o valor da pensão que virá a ser atribuída.”
3. “foi introduzido um novo indexante de actualização anual para os montantes de apoios sociais (IAS⁵), designadamente os mínimos das pensões, que tem por

⁴ in Garrides Portugal, 2007, *A Nova Lei de Bases da Segurança Social*, N.º 1 – Janeiro 2007 disponível em http://www.garrigues.com/doc/MicroPortugal/AreaComunicacion/Novidades/novidadeslaboral107_12092007142247.pdf

base um conjunto de critérios atendíveis, nomeadamente, o valor da inflação e o crescimento económico.”

4. “ao nível do sistema complementar de segurança social, a introdução (para além dos regimes complementares já existentes) de um regime público de capitalização de iniciativa individual e voluntária, que visa a atribuição de prestações complementares às concedidas pelo sistema previdencial, tendo em vista o reforço social dos beneficiários. A organização e gestão deste regime de capitalização são da responsabilidade do Estado.”

Da análise desta Lei, podemos considerar os seguintes elementos caracterizadores⁶:

- a. A clara tendência para a harmonização dos regimes de segurança social;
- b. O estabelecimento de um amplo quadro jurídico comum às prestações, com a definição dos princípios gerais orientadores aplicáveis, cuja natureza e efeitos jurídicos ficam, assim, estabelecidos com mais clareza e precisão, numa base técnica adequada;
- c. A definição de normas sobre o regime de financiamento das várias componentes do sistema (regimes contributivos, regime não contributivos, acção social e administração) em que sobressai uma clara definição da razão de ser e dos limites da comparticipação financeira do Estado, bem como da finalidade específica das quotizações dos salários;
- d. A imposição de um importante quadro jurídico regulador de várias garantias e direitos dos interessados, com afirmação clara do primado da legalidade no relacionamento dos cidadãos com o sistema público de segurança social;
- e. As implicações no domínio da codificação legislativa;
- f. A definição da integração da protecção social dos funcionários públicos e da protecção nos acidentes de trabalho no sistema da segurança social.

2.4.2. Caracterização

A Lei de 2007 enuncia, no seu artigo 2º, um direito que se encontra constitucionalizado em que: “Todos têm direito à Segurança Social, sendo este

⁵ Indexante de Apoios Sociais, criado pela Lei n.º 53-B/2006 de 29/12

⁶ in aula de Parafiscalidade e Tributos Especiais, Avelãs Nunes (2007)

efectivado pelo sistema e exercido nos termos definidos na Constituição”. E no seu artigo 4ª estabelece como objectivos:

- a) Garantir a concretização do direito à segurança social;
- b) Promover a melhoria sustentada das condições e dos níveis de protecção social e o reforço da respectiva equidade;
- c) Promover a eficácia do sistema e a eficiência da sua gestão.

As competências do Estado passam, assim, a englobar: garantir a boa administração da componente pública do sistema de segurança social e assegurar uma adequada e eficaz regulação, supervisão prudencial e fiscalização dos regimes complementares de natureza não pública.

A LBSS mantém, no entanto, os mesmos princípios gerais das Leis de Bases anteriores, de universalidade, igualdade, solidariedade, equidade social, diferenciação positiva, subsidiariedade, inserção social, coesão intergeracional, primado da responsabilidade pública, complementaridade, unidade, descentralização, participação, eficácia, tutela dos direitos adquiridos e dos direitos em formação, garantia judiciária e informação.

O Sistema da Segurança Social, conforme se conhece hoje, tem a seguinte composição enunciada no artigo 23º do LBSS:

- I. Sistema de Protecção Social de Cidadania, que assenta num regime não contributivo. Tem por objectivos garantir direitos básicos a pessoas mais carentes, através da atribuição de prestações sociais, mesmo não se verificando uma relação entre a perda de retribuição de trabalho e a atribuição de uma prestação pecuniária. Este sistema engloba o Subsistema de acção social, o Subsistema de solidariedade e o Subsistema de protecção familiar.
- II. Sistema Previdencial, que assenta num regime contributivo e tem por objectivo a garantia, numa base de solidariedade social, de prestações substitutivas do rendimento do trabalho, quando um indivíduo, por inúmeras razões, deixa de poder trabalhar.
- III. Sistema Complementar permite que as pessoas, que estão abrangidas pelo Sistema Previdencial e contribuam dentro do regime obrigatório, possam fazer uma contribuição complementar para o sistema público e para o sistema privado.

O financiamento do Sistema à luz da LBSS continua a obedecer aos princípios da diversificação das fontes de financiamento e da adequação selectiva, como se encontram definidos na Lei de Bases da Segurança Social de 2000.

Assim, o financiamento da protecção garantida no âmbito de:

- i) Sistema de Protecção Social de Cidadania é realizado por transferências do Orçamento Geral do Estado e por consignação de receitas fiscais;
- ii) Sistema Previdencial é feito pelas quotizações dos trabalhadores e contribuições das entidades empregadoras;
- iii) Despesas de administração e outras despesas comuns do Sistema da Segurança Social são suportadas, na proporção dos respectivos encargos, pelo Sistema de Protecção Social de Cidadania e pelo Sistema Previdencial.

3 – Enquadramento da Legislação em função dos Sistemas da Segurança Social

Existe, actualmente, no Sistema da Segurança Social, um volume enorme de legislação dispersa que se encontra em vigor desde a década de oitenta. Não tem havido a preocupação de a compilar e de a organizar de acordo com os sistemas de protecção social enunciados nas Leis de Bases.

O nosso enquadramento da legislação vai ser efectuado tendo por base os diferentes Sistemas da Segurança Social definidos na LBSS de 2007 e a legislação actualmente em vigor.

3.1. Sistema de Protecção Social de Cidadania

A caracterização do Sistema de Protecção Social de Cidadania de acordo com a LBBS, é feita do artigo 26º ao artigo 49º, determinando:

- a) Objectivos, isto é, garantir os direitos básicos dos cidadãos e a igualdade de oportunidades, bem como promover o bem-estar e a coesão sociais.
- b) Competências, ou seja, a efectivação do direito a mínimos vitais dos cidadãos em situação de carência económica; prevenção e erradicação de situações de pobreza e exclusão; compensação por encargos familiares e compensação por encargos nos domínios da deficiência e de dependência.

Este Sistema engloba os subsistemas de acção social, de solidariedade e de protecção familiar, que passaremos a analisar.

3.1.1. Subsistema de Acção Social

O Subsistema de Acção Social tem por objectivos a:

- i. Prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais;

- ii. Integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respectivas capacidades;
- iii. Protecção dos grupos mais vulneráveis, crianças, idosos, pessoas com deficiência, bem como outras pessoas em situação de carência económica e social.

A protecção da acção social concretiza-se através de: serviços e equipamentos sociais, programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais, prestações pecuniárias, de carácter eventual e em condições de excepionalidade e prestações em espécie.

As entidades responsáveis pela concretização dos objectivos do Subsistema de Acção Social da Segurança Social são a Direcção-Geral da Segurança Social (DGSS), o Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS), Centros Distritais de Segurança Social, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Outras Entidades Privadas (OEP).

No âmbito deste subsistema existem respostas sociais para diversas situações, cuja legislação aplicável vem enunciada a seguir para os vários campos de acção:

- a) Crianças e jovens em geral – amas, creches, estabelecimentos de ensino pré-escolar, centros de actividades de tempos livres, centros de férias e lazer.

Tabela 2. Crianças e jovens em geral

Decreto-lei n.º 158/84 de 17/05	Define o regime jurídico da actividade das amas e enquadramento das creches
Despacho normativo 5/85 de 18/01	Regulamenta a actividade das amas e creches
Despacho Conjunto n.º 96/89 de 11/09	Regulamenta o funcionamento dos centros de actividades de tempos livres
Despacho normativo n.º 99/89 de 11/09	Regulamenta condições de instalação e funcionamento de creches com fins lucrativos
Lei n.º 5/97 de 10/02	Cria a Lei-quadro do ensino pré-escolar
Decreto-lei n.º 147/97 de 11/06	Define o regime jurídico do desenvolvimento e expansão da educação pré-escolar e define o respectivo sistema de organização e financiamento
Despacho conjunto n.º 268/97 de 21/08	Regulamenta o funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar

Fonte própria

- b) Crianças e jovens em perigo – centros de apoio familiar e aconselhamento parental, equipas de rua, acolhimento familiar de crianças e jovens, centros de acolhimento familiar, lar de infância e juventude, apartamento de autonomização, centros de férias e lazer e linhas telefónicas de emergência.

Tabela 3. Crianças e jovens em perigo

Decreto-lei n.º 2/86 de 2/01	Define os princípios de básicos do funcionamento dos lares
Decreto-lei n.º 190/92 de 3/09	Reformula a legislação do acolhimento familiar
Decreto-lei n.º 133-A/97 de 30/08	Estabelece o regime de licenciamento e fiscalização dos estabelecimentos e serviços de apoio social do âmbito da segurança social
Lei n.º 147/99 de 01/09	Cria a lei de protecção de crianças e jovens em perigo
Decreto-lei n.º 11/08 de 17/01	Estabelece o regime de execução do acolhimento familiar

Fonte própria

c) Adopção de crianças e jovens em perigo

Tabela 4. Adopção de crianças e jovens em perigo

Decreto-lei n.º 314/78 de 27/10	Revê a organização tutelar de menores (em vigor do artigo 146º ao 214º)
Resolução da Assembleia da República n.º 4/90 de 31/01	Aprova, para ratificação, a Convenção Europeia em Matéria de Adopção de Crianças
Decreto-lei 120/98 de 8/05	Altera o regime jurídico da adopção
Decreto Regulamentar n.º 17/98 de 14/08	Reconhece às instituições particulares de solidariedade social a possibilidade de intervir no âmbito do instituto da adopção e é regulamentada a actividade mediadora em matéria de adopção internacional
Lei n.º 147/99 de 01/09	Lei de protecção de crianças e jovens em perigo
Resolução da Assembleia da República n.º 8/03 de 25/02	Aprova, para ratificação, a Convenção Relativa à Protecção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adopção Internacional, feita na Haia em 29 de Maio de 1993
Lei n.º 31/03 de 22/08	Altera o Código Civil, a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, o Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de Maio, a Organização Tutelar de Menores e o Regime Jurídico da Adopção

Fonte própria

d) Crianças e Jovens com deficiência – intervenção precoce, lares de apoio, transporte de pessoas com deficiência, centro de férias e lazer.

Tabela 5. Crianças e jovens com deficiência

Despacho conjunto n.º 891/99 de 19/10	Define o enquadramento legal de intervenção precoce dirigida a crianças com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento, e sem família
---------------------------------------	---

Fonte própria

- e) Pessoas adultas com deficiência – centros de atendimento/acompanhamento e animação, serviço de apoio domiciliário, centro de actividades ocupacionais, acolhimento familiar, lar residencial, transporte de pessoas com deficiência e centros de férias e lazer.

Tabela 6. Pessoas adultas com deficiência

Decreto-lei n.º 18/89 de 11/01	Disciplina as actividades de apoio ocupacional aos deficientes graves;
Decreto-lei n.º 141/89 de 28/04	Define o regime jurídico e de protecção social dos ajudantes familiares;
Despacho conjunto n.º 391/91 de 10/08	Estabelece as condições de formação para as famílias de acolhimento para pessoas idosas e adultas com deficiência;
Decreto-lei n.º 391/91 de 10/10	Disciplina o regime de acolhimento familiar de idosos e adultos com deficiência;
Despacho normativo n.º 62/99 de 12/11	Aprova as normas que regulam as condições de implantação, localização, instalação e funcionamento dos serviços de apoio domiciliário.

Fonte própria

- f) Pessoas em situação de dependência – serviço de apoio domiciliário, apoio domiciliário integrado, unidade de apoio integrado, centros de férias e lazer

Tabela 7. Pessoas em situação de dependência

Decreto-lei n.º 141/89 de 28/04	Define o regime jurídico e de protecção social dos ajudantes familiares
Despacho conjunto n.º 407/98 de 15/05	Cria o apoio domiciliário integrado e unidade de vida integrado
Despacho normativo n.º 62/99 de 12/11	Aprova as normas que regulam as condições de implantação, localização, instalação e funcionamento dos serviços de apoio domiciliário

Fonte própria

- g) Família e comunidade – atendimento /acompanhamento social, grupos de auto-ajuda, centros comunitários, centros de férias e lazer, refeitório e cantina social, centro de apoio à vida, comunidade de inserção, centro de alojamento temporário e ajuda alimentar.

Tabela 8. Família e comunidade

Portaria n.º 446/04 de 30/04	Define as condições de criação, organização, instalação e funcionamento dos centros de apoio à vida no âmbito de um projecto-piloto de acção social.
------------------------------	--

Fonte própria

- h) Grupos de risco – Toxicodependentes – equipa de intervenção directa, apartamento de reinserção social.

Tabela 9. Grupos de risco: toxicodependentes

Lei n.º 17/98 de 21/04	Regula as condições de financiamento público de projectos de investimento respeitantes a equipamentos destinados à prevenção secundária da toxicodependência
Decreto-lei n.º 72/99 de 15/03	Revê o quadro jurídico de apoio às instituições privadas, na área do tratamento e da reinserção social de toxicodependentes
Despacho conjunto 363/99 de 29/04	Fixa os requisitos a observar na celebração de acordos de cooperação entre o Estado, através dos centros regionais de segurança social, e instituições particulares sem fins lucrativos, tendo em vista o desenvolvimento de actividades no âmbito do apoio e reinserção social de toxicodependentes

Fonte própria

- i) Grupos de risco – Pessoas infectadas com VIH/Sida – centro de apoio e acompanhamento psicossocial, serviço de apoio domiciliário, residência para pessoas afectadas com VIH/Sida.

Tabela 10. Grupos de risco: pessoas infectadas com VIH/Sida

Decreto-lei n.º 141/89 de 28/04	Define o regime jurídico e de protecção social dos ajudantes familiares
Despacho normativo n.º 62/99 de 12/11	Aprova as normas que regulam as condições de implantação, localização, instalação e funcionamento dos serviços de apoio domiciliário.

Fonte própria

- j) Grupos de risco – Vítimas de violência doméstica – centro de atendimento e casa abrigo.

Tabela 11. Grupos de risco: vítimas de violência doméstica

Lei n.º 107/99 de 3/08	Cria a rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência;
Decreto-lei n.º 323/00 de 19/12	Regulamenta a Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto, que estabelece o quadro geral da rede pública de casas de apoio às mulheres vítimas de violência;
Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003 de 7/07	Aprova o Plano Nacional contra a Violência Doméstica

Fonte própria

- k) Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico – fórum sócio-ocupacional, unidade de vida protegida, unidade de vida autónoma, unidade de vida apoiada.

Tabela 12. Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico

Despacho conjunto n.º 407/98 de 15/05	Cria o apoio domiciliário integrado e unidade de vida integrado
---------------------------------------	---

Fonte própria

No âmbito deste Subsistema existem ainda programas sociais, a que entidades públicas e privadas se poderão candidatar através da elaboração de projectos de resposta a necessidades sociais. Destes destacamos:

- Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE);
- Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC);
- Projecto Nascer Cidadão;
- Programa Conforto Habitacional Para Pessoas Idosas (PCHI);
- Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES);
- Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais;
- Programa de Apoio à Iniciativa Privada Social (PAIPS);
- Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII);
- Programa Ser Criança;
- Programa Recriar o Futuro;
- Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS);
- Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

3.1.2. Subsistema de Solidariedade

O Subsistema de Solidariedade tem como objectivos:

- i. Assegurar, com base na solidariedade de toda a comunidade, direitos essenciais de forma a prevenir e garantir e a erradicar situações de pobreza e exclusão, bem como garantir prestações em situações de comprovada necessidade pessoal e familiar, não incluídas no sistema previdencial;

- ii. Abranger situações de compensação social ou económica em virtude de insuficiências contributivas ou prestacionais do sistema previdencial.

No âmbito pessoal, este subsistema abrange os cidadãos nacionais e deve contribuir para promover a inserção social das pessoas e famílias beneficiárias. O acesso às prestações obedece aos princípios da equidade social e da diferenciação positiva. O Subsistema de Solidariedade inclui o regime não contributivo.

No âmbito material, o subsistema de solidariedade compreende as seguintes eventualidades: falta ou insuficiência de recursos económicos dos indivíduos e dos agregados familiares para a satisfação das suas necessidades essenciais e para a promoção da sua progressiva inserção social e profissional, invalidez, velhice, morte, e situações de incapacidade absoluta e definitiva dos beneficiários do sistema previdencial, na parte necessária para cobrir a insuficiência da respectiva carreira contributiva em relação ao correspondente valor da pensão de invalidez.

A protecção concedida no âmbito deste Subsistema concretiza-se através da concessão das seguintes prestações, em que os montantes são fixados por lei:

a) Prestações de rendimento social de inserção:

Têm como objectivo conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária. Têm direito a estas prestações, os indivíduos e famílias em situação de grave carência económica e nas seguintes condições:

1. Os indivíduos com rendimento inferior a 100% do valor da Pensão Social;
2. Os agregados familiares com rendimento inferior à soma dos seguintes valores:
 - a) 100% do valor da Pensão Social por cada adulto, até 2;
 - b) 70% do valor da Pensão Social, por cada adulto a partir do 3º;
 - c) 50% do valor da Pensão Social por cada menor, até 2;
 - d) 60% do valor da Pensão Social por cada menor a partir do 3º filho;
3. No caso de gravidez do titular da prestação, do cônjuge ou pessoa que viva em união de facto, o montante previsto na alínea a) é acrescido de 30%, durante o período de gravidez e de 50% durante o primeiro ano de vida da criança;
4. Possuir residência legal em Portugal e estar inscrito num centro de emprego, caso esteja desempregado e reúna as condições para trabalhar.

5. Prosseguir um Programa de Inserção legalmente previsto;
6. Fornecer os meios de prova necessários à verificação da situação de carência económica;
7. Ter idade igual ou superior a 18 anos ou inferior se tiver menores na sua dependência ou no caso de mulheres grávidas;

O montante da prestação é igual à diferença entre o valor do Rendimento Social de Inserção do agregado familiar e o valor do seu rendimento. Este poderá ser acrescido de um apoio especial, quando existam no agregado familiar pessoas portadoras de deficiência física ou mental profundas ou/e pessoas portadoras de doença crónica ou/e pessoas idosas em situação de grande dependência.

Pode ainda haver um apoio especial para compensar despesas com a habitação.

Tabela 13. Legislação aplicável às prestações de rendimento social de inserção

Lei n.º 13/2003 de 21/05	Revoga o rendimento mínimo garantido previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29/06, e cria o rendimento social de inserção
Declaração de Rectificação n.º 7/2003, de 29/05	Rectifica a Lei n.º 13/2003 de 21/05
Decreto-Lei n.º 283/2003 de 8/11	Regulamenta a Lei n.º 13/2003, de 21/05, que cria o rendimento social de inserção
Portaria n.º 105/2004 de 26/01	Define os montantes dos apoios especiais previstos nas alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 13/2003 de 21/05
Portaria n.º 108/2004 de 27/01	Aprova o modelo de requerimento da prestação de rendimento social de inserção
Lei n.º 45/2005 de 29/08	Cria o rendimento social de inserção (primeira alteração à Lei n.º 13/2003 de 21/05, que revoga o rendimento mínimo garantido, previsto na Lei n.º 19-A/96 de 29/06)
Lei n.º 53-B/2006 de 29/12	Cria o Indexante de Apoios Sociais
Decreto-Lei n.º 42/2006 de 23/02	Altera o Decreto-Lei n.º 283/2003 de 8/11, que regulamenta a Lei n.º 13/2003 de 21/05, nos termos da qual foi criado o rendimento social de inserção
Portaria n.º 09/2008 de 3/01	Actualiza o valor do indexante de apoios sociais

Fonte própria

b) Pensões Sociais

O subsistema de solidariedade garante a pensão social de invalidez, a pensão social de velhice, o complemento por dependência, o complemento extraordinário de solidariedade e a protecção especial na invalidez.

Tabela 14. Pensões Sociais no âmbito do Subsistema de Solidariedade

Prestação	Condições de atribuição	Montante	Legislação aplicável
Pensão Social de Velhice	<ul style="list-style-type: none"> • Não estejam abrangidos por qualquer regime de Segurança Social ou não tenham acesso a prestações por este garantidas; • Idade superior ou igual a 65 anos; • Rendimentos mensais líquidos não superiores a 30% dos IAS, ou 50% deste valor tratando-se de casal. 		<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-lei n.º 160/80 de 27/05, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 133-C/97 de 30/05; • Decreto-Lei n.º 464/80 de 13/10 (Pensão Social); • Lei n.º 53-B/2006 de 29/12 (IAS).
Pensão Social de Invalidez	<ul style="list-style-type: none"> • Não estejam abrangidos por qualquer regime de Segurança Social ou não tenham acesso a prestações por este garantidas; • Tenham idade compreendida entre os 18 e os 64 anos; • Incapacidade permanente, confirmada pelo Sistema de Verificação de Incapacidades; • Rendimentos mensais líquidos não superiores a 30% dos IAS, ou 50% deste valor tratando-se de casal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Actualizado periodicamente por portaria; • Recebem em Julho e Dezembro, para além da pensão outro montante de igual valor. 	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-lei n.º 160/80 de 27/05, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 133-C/97 de 30/05; • Decreto-Lei n.º 464/80 de 13/10 (Pensão Social); • Decreto-Lei 18/2002 de 29/01 – altera o Decreto-Lei n.º 464/80 de 13/10 e o Decreto-Lei 8/98 de 15/01; • Lei n.º 53-B/2006 de 29/12 (IAS).
Complemento por dependência	Titulares do direito a pensões do regime não contributivo que se encontrem em situação de dependência.	<ul style="list-style-type: none"> • Está indexado ao valor fixado para a pensão social de invalidez e velhice do regime não contributivo e variam de acordo com o grau de dependência; • 45% da pensão social (no caso das pessoas que não possam praticar, com autonomia, os actos indispensáveis à satisfação de necessidades básicas da vida quotidiana); • 85 % no caso de pessoas que acumulem as situações de dependência que caracterizam o 1.º grau e se encontrem acamados ou apresentem quadros de demência grave; • Recebem em Julho e Dezembro, para além do complemento outro montante de igual valor. 	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 265/99, de 14/07, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 309-A/2000, de 30/11 (Complemento por Dependência); • Lei n.º 53-B/2006, de 29/12 (IAS).

continuação

Prestação	Condições de atribuição	Montante	Legislação aplicável
Complemento Extraordinário de Solidariedade	Titulares das prestações dos regimes não contributivos e equiparados.	• O valor é fixo, actualizado anualmente por portaria e acresce á pensão social.	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 208/2001, de 27/07 (Complemento Extraordinário de Solidariedade - CES); • Lei n.º 53-B/2006 de 29/12 (IAS).
Protecção especial na invalidez	<p>Pessoas que sofram das seguintes doenças:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Paramiloidose familiar; • Do foro oncológico; • Esclerose múltipla. <p>No caso de doentes com Paramiloidose familiar, o acompanhante também poderá beneficiar de um subsídio de acompanhamento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Igual ao da pensão social e nos mesmos termos; • No caso de subsídio de acompanhante este é igual ao montante do Complemento por Dependência 1º Grau. 	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 464/80, de 13/10 (Pensão Social); • Lei n.º 1/89, de 31/01 e Decreto Regulamentar n.º 25/90, de 9/08 e Decreto Regulamentar n.º 29/90 de 14/09 (Paramiloidose); • Decreto-Lei n.º 92/2000, de 19/05 (Doenças do foro oncológico); • Decreto-Lei n.º 327/2000, de 22/12 (Esclerose múltipla); • Decreto-Lei n.º 265/99, de 14/07, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 309-A/2000, de 30/11 (Complemento por Dependência); • Lei n.º 53-B/2006, de 29/12 (IAS).

Fonte própria

c) Subsídios sociais – maternidade, paternidade, adopção e riscos específicos

Têm direito a estes subsídios sociais os beneficiários não abrangidos por qualquer regime de protecção social de enquadramento obrigatório e os que, embora abrangidos por esse regime, não tenham direito às prestações nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção.

Os beneficiários que se encontrem nas condições de atribuição têm direito a:

- Subsídio social de maternidade – é garantido às mulheres nas situações de parto de nado-vivo ou morto, de aborto espontâneo, de interrupção voluntária da gravidez nos termos do Código Penal ou de risco clínico para a grávida ou nascituro;
- Subsídio social de paternidade – é garantido ao pai nas situações de nado-vivo;

- iii. Subsídio social de adopção – é reconhecido aos candidatos a adoptantes de menores até 15 anos;
- iv. Subsídio social de riscos específicos – é garantido às mulheres grávidas, parturientes e lactantes nas situações em que a actividade exercida seja susceptível de apresentar riscos específicos caracterizados na legislação do trabalho.

São condições de atribuição destes subsídios sociais:

1. Ter residência em território nacional;
2. Ter um rendimento mensal do agregado familiar, por pessoa, igual ou inferior a 80 % do IAS na data em que ocorreu o facto que determina a atribuição do subsídio;
3. Exercer uma actividade profissional enquadrada obrigatoriamente no regime geral da segurança social, no caso de:
 - 3.1. Subsídio social de maternidade, nas situações de aborto espontâneo, de interrupção voluntária de gravidez previstas na lei;
 - 3.2. Subsídio social de risco.

Os subsídios sociais são devidos a partir do dia em que ocorreu o facto determinante da protecção e pelo período referido na Tabela 15.

Tabela 15. Período de concessão dos subsídios sociais

Prestações	Atribuídas	Duração
Subsídio social de maternidade	À mulher em situação de: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Parto 	120 dias, podendo optar por 150 dias. Este período é acrescido de 30 dias por cada gémeo, em caso de nascimentos múltiplos. Pode ser repartido com o pai, por decisão conjunta dos pais (se ambos foram trabalhadores) ou por incapacidade ou morte da mãe
	▪ Interrupção de gravidez prevista na lei	14 a 30 dias conforme prescrição médica
	▪ Risco clínico para a grávida ou para o nascituro, nos termos previsto na lei	O período necessário para prevenir o risco clínico, mediante prescrição médica
Subsídio social de paternidade	Ao pai nas situações de nascimento do filho	5 dias e/ou período igual aquele a que a mãe teria direito, depois do parto, em caso de morte ou se incapacidade física ou psíquica da mãe
Subsídio social de adopção	Aos candidatos a adoptantes de menores de 15 anos	100 dias. Este período é acrescido de 30 dias por cada adoptado em caso de adopção de mais que um menor. Pode ser repartido em caso de mais que um adoptante e se foram trabalhadores

continuação

Prestações	Atribuídas	Duração
Subsídio social por riscos específicos	Às mulheres grávidas, parturientes e lactantes nas situações em que a actividade exercida seja susceptível de apresentar riscos específicos por exposição a agentes, ou processos ou condições de trabalho ou por prestação de trabalho nocturno, desde que a entidade empregadora prove a impossibilidade de evitar esses riscos	O período necessário para evitar a exposição aos riscos

Fonte: www.seg-social.pt

Os montantes dos subsídios sociais indicados naquela tabela, não podem ser inferiores a 80% de um terço do valor do IAS no caso de subsídio social de maternidade, de paternidade e por adopção; no caso de opção pelos 150 dias, o montante é de 64% do valor do IAS e não são acumuláveis com rendimentos do trabalho, com prestações emergentes do mesmo facto desde que respeitantes ao mesmo interesse protegido ainda que atribuídas por outros regimes de protecção social e com prestações compensatórias de perda de remunerações de trabalho, excepto com as prestações por morte ou com o rendimento social de reinserção;

Tabela 16. Legislação aplicável aos subsídios sociais – maternidade, paternidade, adopção e riscos específicos

Decreto-lei n.º 154/88 de 29/04	Regulamenta a protecção na maternidade, paternidade e adopção (Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 333/95 de 23/12, pelo Decreto-Lei n.º 347/98 de 9/11, pelo Decreto-Lei n.º 77/2000 de 9/05, pelo Decreto-Lei n.º 77/2005 de 13/04 e pelo Decreto-Lei n.º 105/2008 de 25/06);
Decreto-lei n.º 333/95 de 23/12	Altera o regime de protecção social dos beneficiários do regime geral da segurança social
Decreto-lei n.º 347/98 de 9/11	Procede à definição e regulamentação do subsídio para assistência a filhos, adoptados ou filhos de cônjuge do beneficiário, que sejam deficientes profundos ou doentes crónicos, e alarga o prazo para o requerimento das prestações de protecção social à maternidade
Decreto-lei n.º 77/2000 de 9/05	Altera o Decreto-lei n.º 154/88 de 29/04, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-leis n.os 333/95 de 23/12, e 347/98 de 9/11 – define o quadro da protecção social do regime geral da segurança social decorrente da lei da protecção da maternidade e da paternidade
Decreto-lei n.º 77/2005 de 13/04	Estabelece o regime jurídico de protecção social na maternidade, paternidade e adopção no âmbito do subsistema previdencial de segurança social face ao regime preconizado na legislação de trabalho vigente
Lei nº 53-B/2006, de 29/12	Cria o Indexante de Apoios Sociais;

continuação

Portaria 09/2008 de 3/01	Actualiza o valor do indexante de apoios sociais
Decreto-lei n.º 105/2008 de 25/06	Institui medidas sociais de reforço da protecção social na maternidade, paternidade e adopção integradas no âmbito do subsistema de solidariedade e altera o Decreto-Lei n.º 154/88, de 29/04.

Fonte própria

d) Complemento Solidário para Idosos

É uma prestação extraordinária de combate à pobreza dos idosos e visa a melhoria do seu nível de rendimento. Os destinatários desta prestação são os titulares de pensões de velhice, sobrevivência ou outras equiparadas de qualquer sistema de protecção social, nacional ou estrangeiro.

São ainda destinatários, os idosos que não reúnam as condições para atribuição da pensão social porque não preenchem as condições de recurso, mas que satisfaçam cumulativamente as seguintes condições:

- Ter idade igual ou superior a 65 anos;
- Residir em território nacional, pelo menos nos últimos 6 anos imediatamente anteriores à data de requerimento do complemento;
- Possuir recursos inferiores a 4800€/ano (actualizado anualmente por portaria);
- Autorizar a entidade gestora da prestação a aceder à informação fiscal e bancária relevante para atribuição desta prestação, extensível ao cônjuge ou à pessoa a viver em união de facto;
- Declarar disponibilidade para proceder ao reconhecimento de direitos e à cobrança de créditos que venha a ter sobre terceiros, igualmente extensível ao cônjuge ou à pessoa a viver em união de facto.

Para determinação dos recursos do requerente considerados para efeitos de atribuição do complemento solidário para idosos, são considerados os rendimentos do próprio requerente e do seu cônjuge ou de pessoa que com ele viva em união de facto e os rendimentos dos filhos, quer coabitem com ele ou não, no âmbito da solidariedade familiar, prevista no artigo n.º 2009 do Código Civil⁷.

⁷ .” 1. Estão vinculados à prestação de alimentos, pela ordem indicada:

- a) O cônjuge ou o ex-cônjuge;
- b) Os descendentes;
- c) Os ascendentes;
- d) Os irmãos;

Consideram-se como rendimentos, tanto do requerente como do cônjuge ou pessoa com viva em união de facto, são rendimentos de trabalho dependente, rendimentos empresariais e profissionais, rendimentos de capitais, rendimentos prediais, incrementos patrimoniais, valor de realização de bens móveis e imóveis, pensões.

Consideram-se ainda prestações sociais, com excepção do subsídio de funeral, subsídio por morte e eventuais apoios da acção social, o valor de comparticipação da segurança social, uma percentagem do valor do património mobiliário e imobiliário (não é considerada a residência do requerente), e transferências monetárias ou bancárias realizadas por pessoas singulares ou colectivas, públicas ou privadas, a favor do requerente ou do seu agregado familiar.

O montante do complemento solidário para idosos é a diferença entre o montante dos recursos do requerente e o valor de referência do complemento⁸, tendo como limite este último.

Este complemento é pago mensalmente aos idosos, podendo ser pago também às entidades ou pessoas que prestem assistência ao titular do direito, no caso de o idoso beneficiário se encontrar incapaz ou institucionalizado.

Os beneficiários deste complemento têm benefícios adicionais referentes às despesas de saúde, nomeadamente despesas com medicamentos, óculos e lentes e próteses dentárias amovíveis, através de reembolso das despesas de saúde atrás mencionadas. Estes benefícios incidem apenas sobre a parte não comparticipada pelo Estado.

Tabela 17. Legislação aplicável ao complemento solidário para idosos

Decreto-lei n.º 160/80 de 27/05, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 133-C/97 de 30/05	Estabelece o regime não contributivo
Decreto-lei n.º 232/2005 de 29/12	Cria o Complemento Solidário para Idosos
Decreto Regulamentar n.º 3/2006 de 6/02	Regulamenta o Decreto-lei n.º 232/2005 de 29/12

e) Os tios, durante a menoridade do alimentando;

f) O padrasto e a madrasta, relativamente a enteados menores que estejam, ou estivessem no momento da morte do cônjuge, a cargo deste.

2. Entre as pessoas designadas nas alíneas b) e c) do número anterior, a obrigação defere-se segundo a ordem da sucessão legítima.

3. Se algum dos vinculados não puder prestar os alimentos ou não puder saldar integralmente a sua responsabilidade, o encargo recai sobre os onerados subsequentes. “

⁸ Para 2008 é de 4 800€/ano

continuação

Decreto-lei n.º 236/2006 de 11/12	Introduz a primeira alteração do Decreto-lei n.º 232/2005 de 29/12
Lei n.º 53-B/2006 de 29/12	Criação do Indexante de Apoios Sociais
Decreto Regulamentar n.º 14/2007 de 20/03	Insere a primeira alteração ao Decreto Regulamentar n.º 3/2006 de 6/02 que regulamenta o Decreto-lei n.º 232/2005 de 29/12
Decreto-lei n.º 252/2007 de 5/07	Cria o regime dos benefícios adicionais de saúde para os beneficiários do complemento solidário para idosos
Portaria n.º 833/2007 de 3/08	Regula o procedimento do pagamento das participações financeiras dos benefícios adicionais criados pelo Decreto-lei n.º 252/2007 de 5/07
Portaria n.º 1446/2007 de 8/11	Fixa os procedimentos de renovação da prova de recursos dos beneficiários do complemento solidário para idosos
Portaria 09/2008 de 3/01	Actualiza o valor do indexante de apoios sociais
Portaria n.º 209/2008 de 27/02	Actualiza o valor de referência bem como o montante do complemento solidário para idosos
Portaria n.º 253/2008 de 4/04	Altera a Portaria n.º 1446/2007 de 8/11
Portaria n.º 413/2008 de 9/06	Aprova o modelo de requerimento do complemento solidário para idosos
Decreto Regulamentar n.º 17/2008 de 26/08	Insere a segunda alteração ao Decreto Regulamentar n.º 3/2006 de 6/02 que regulamenta o Decreto-lei n.º 232/2005 de 29/12.

Fonte própria

e) Complementos Sociais, que englobam a pensão de orfandade e a pensão de Viuvez.

Tabela 18. Outras prestações no âmbito do subsistema de solidariedade

Prestação	Condições de atribuição	Montante	Legislação aplicável
Pensão de Orfandade	<p>Crianças e jovens que até atingirem a maioridade ou emancipação</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sejam órfãos de pessoas não abrangidas por qualquer regime de protecção social; ▪ Satisfaçam uma das seguintes condições: <ul style="list-style-type: none"> • Rendimentos líquidos mensais iguais ou inferiores a 40% do IAS, desde que o rendimento familiar não seja superior a 1,5IAS; • Rendimento do agregado familiar, por pessoa, não superior a 30% do IAS e estar em situação de risco ou disfunção social. 	<p>Percentagem do valor da Pensão Social</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 20% - 1 órfão; ▪ 30% - 2 órfãos; ▪ 40% - 3 ou mais órfãos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-lei n.º 160/80 de 27/05, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 133-C/97 de 30/05; • Decreto-Lei n.º 464/80, de 13/10 (Pensão Social); • Decreto Regulamentar n.º 71/80 de 12/11; • Decreto Regulamentar n.º 52/81 de 11/11; • Lei n.º 53-B/2006, de 29/12.

continuação

Prestação	Condições de atribuição	Montante	Legislação aplicável
Pensão de Viuvez	<p>Cônjuge sobrevivente de pensionista da Segurança Social que:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não tenha por si direito a qualquer pensão; ▪ Tenha rendimentos mensais ilíquidos inferiores a 30% IAS. 	60% do valor da Pensão Social	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 464/80, de 13/10 (Pensão Social); • Decreto Regulamentar n.º 52/81 de 11/11; • Lei n.º 53-B/2006, de 29/12

Fonte própria

3.1.3. Subsistema de Protecção Familiar

Este subsistema abrange a generalidade das pessoas e tem como objectivo assegurar a compensação de encargos familiares acrescidos quando ocorram as seguintes eventualidades:

a) Encargos Familiares

i) Abono de família pré-natal, com majoração para famílias monoparentais:

O abono de família pré-natal é atribuído à mulher grávida, que o requeira, que atinja a 13ª semana de gestação, provando-o clinicamente e que declare e comprove que os rendimentos do agregado familiar, não são superiores a 5 vezes o IAS.

Este abono é atribuído, à mulher grávida, no mês imediatamente a seguir a completar a 13ª semana de gestação. No caso em que o nascimento seja prematuro (menos de 40 semanas de gestação) o abono pré-natal é concedido pelo período de 6 meses e pode ser acumulado com o abono família para crianças e jovens.

Tabela 19. Legislação aplicável à atribuição do abono de família pré-natal

Lei n.º 53-B/2006 de 29/12	Cria do Indexante de Apoios Sociais;
Decreto-lei n.º 308-A/2007 de 05/09	Cria o abono de família pré-natal e majoração de abono de família para crianças e jovens;
Portaria 09/2008 de 3/01	Actualiza o valor do indexante de apoios sociais
Portaria n.º 346/2008 de 2/05	Actualiza os montantes das prestações por encargos familiares;
Decreto-lei n.º 87/2008 de 28/05	Estabelece a majoração do abono de família para as famílias monoparentais
Portaria n.º 425/2008 de 16/06	Procede à actualização extraordinária dos montantes das prestações por abono de família para crianças e jovens e por abono de família pré-natal

Fonte própria

- ii) Abono de família para crianças e jovens, com majoração para famílias monoparentais e com majoração nas famílias mais numerosas:

Este é atribuído a crianças e jovens inseridas em agregados familiares em que os rendimentos de referência não são superiores a 5 vezes o IAS ou a crianças e jovens consideradas isoladas, desde que verifiquem as seguintes condições: nascimento com vida; não exercício de actividade laboral e respeitar os limites de idade para atribuição;

O abono de família é atribuído a crianças e jovens, mediante requerimento:

- Até aos 16 anos de idade;
- Dos 16 aos 18 anos se estiverem matriculados no ensino básico;
- Dos 18 aos 21 anos se estiverem matriculados no ensino secundário;
- Dos 21 aos 24 anos se estiverem matriculados no ensino superior;
- Até aos 24 anos, se forem crianças e jovens portadoras de deficiência e com direito a prestações por deficiência, havendo alargamento por 3 anos no caso de se encontrarem a frequentar o ensino superior.

O montante da prestação varia de acordo a idade da criança e com nível dos rendimentos de referência do respectivo agregado familiar e de acordo com a Tabela 20.

A cada escalão de rendimentos de referência corresponde um valor de abono de família, que é superior para as crianças de idade igual ou inferior a 12 anos, em que a partir do 6º escalão, inclusive, não é atribuída qualquer prestação.

Tabela 20. Escalões de rendimentos de referência por agregado familiar

Escalões	Rendimentos
1	$R \leq 0,5 \text{ IAS} \times 14$
2	$0,5 \text{ IAS} \times 14 \geq R \leq 1 \text{ IAS} \times 14$
3	$1 \text{ IAS} \times 14 \geq R \leq 1,5 \text{ IAS} \times 14$
4	$1,5 \text{ IAS} \times 14 \geq R \leq 2,5 \text{ IAS} \times 14$
5	$2,5 \text{ IAS} \times 14 \geq R \leq 5 \text{ IAS} \times 14$
6	$\geq 5 \text{ IAS} \times 14$

Fonte: www.seg-social.pt

Para fazer face às despesas escolares, no mês de Setembro, é atribuído ainda um valor adicional igual ao abono de família, desde que as crianças recebam o valor correspondente ao 1º escalão de rendimentos, tenham idade

compreendida entre os 6 e os 16 anos e estejam matriculados num estabelecimento de ensino.

O abono de família para crianças e jovens também pode ser majorado, no caso de: famílias monoparentais, em que a majoração é de 20% e famílias mais numerosas, em que é majorado, para crianças com idade entre os 12 e os 36 meses, para o dobro ou para o triplo do seu valor, com o nascimento ou integração de uma 2ª ou 3ª crianças, respectivamente, no mesmo agregado familiar.

Tabela 21. Legislação aplicável à atribuição de abono de família para crianças e jovens

Decreto-lei n.º 133-B/97 de 30/05, com a redacção dada pelo Decreto-lei n.º 341/99 de 25/08 e pelo Decreto-lei n.º 250/2001 de 21/09	Altera o regime jurídico das prestações familiares
Decreto-lei n.º 176/2003 de 2/08	Cria o abono de Família para crianças e Jovens e Subsídio de Funeral
Lei n.º 53-B/2006 de 29/12	Cria do Indexante de Apoios Sociais
Decreto-lei n.º 308-A/2007 de 05/09	Cria o abono de família pré-natal e majoração de abono de família para crianças e jovens
Portaria 09/2008 de 3/01	Actualiza o valor do indexante de apoios sociais
Portaria n.º 346/2008 de 2/05	Actualiza os montantes das prestações por encargos familiares
Decreto-lei n.º 87/2008 de 28/05	Define a majoração do abono de família para as famílias monoparentais
Portaria n.º 425/2008 de 16/06	Estabelece a actualização extraordinária

Fonte própria

iii) Subsídio de funeral:

É uma prestação de concessão única que visa compensar o respectivo requerente das despesas efectuadas com o funeral de qualquer membro do agregado familiar ou de qualquer outra pessoa, incluindo os nascituros, residente em território nacional.

A atribuição deste subsídio está condicionada a comprovar as respectivas despesas e o cidadão falecido ter sido residente em território nacional não enquadrado no pelo regime obrigatório de protecção social, com direito a subsídio de morte.

O montante é fixo e actualizado por portaria anualmente e deve ser requerido no prazo de 6 meses a partir do primeiro dia do mês seguinte àquele em que ocorreu o óbito.

Tabela 22. Legislação aplicável à atribuição do subsídio de funeral

Decreto-lei n.º 176/2003 de 2/08	Cria o abono de Família para crianças e Jovens e Subsídio de Funeral
Portaria n.º 346/2008 de 2/05	Actualiza os montantes das prestações por encargos familiares

Fonte própria

b) Encargos no domínio da deficiência e/ou dependência:

As prestações concedidas a crianças e jovens no domínio da deficiência e/ou dependência abrangem tanto o regime contributivo como o regime não contributivo, havendo apenas algumas diferenças nas condições de atribuição destas prestações.

Assim, no âmbito do regime contributivo⁹ da segurança social temos as seguintes prestações por encargos no domínio da deficiência e / ou dependência:

- Bonificação do abono de família para crianças e jovens portadores de deficiência com majoração das famílias monoparentais;
- Subsídio de frequência de estabelecimento de educação especial;
- Subsídio mensal vitalício;
- Subsídio por assistência a terceira pessoa.

Para atribuição destas prestações tem que existir registo de remunerações, em nome do beneficiário, nos doze meses que antecedem o segundo mês anterior ao da data de entrega de requerimento ou da verificação do facto determinante da concessão e a criança ou jovem tem que estar a cargo do beneficiário e não pode exercer qualquer actividade abrangida pelo regime de protecção social obrigatório.

Consideram-se a cargo do beneficiário que com ele vivam em economia familiar os descendentes solteiros, os descendentes e ascendentes casados, com rendimentos inferiores ao dobro da pensão social e os descendentes ou ascendente viúvos, divorciados ou separados de facto com rendimentos inferiores ao da pensão social.

No âmbito do regime não contributivo, as prestações atribuídas no domínio dos encargos por deficiência e / ou dependência são: as mesmas do outro regime, com excepção do subsídio mensal vitalício.

⁹ No regime contributivo incluem-se os trabalhadores por conta de outrem e os trabalhadores independentes que tenham optado pelo esquema alargado de contribuições e de alguns beneficiários abrangidos pelo do regime do seguro social voluntário

Para atribuição destas prestações é necessário que as crianças e ou jovens, por si ou pelos seus agregados familiares, ou tenham rendimentos líquidos mensais iguais ou inferiores a 40% do valor do IAS e desde que o rendimento do respectivo agregado familiar não seja superior a 1,5 vezes IAS ou o rendimento de agregado familiar, por pessoa, não seja superior a 30% do IAS e a criança ou jovem esteja em situação de risco ou disfunção social.

Estas condições não são exigidas para atribuição do subsídio frequência de estabelecimento de educação especial.

As prestações por encargos por deficiência / dependência são atribuídas no caso de descendentes de beneficiários, portadores de deficiência, com idade inferior a 24 anos e que se encontrem numa destas situações ou que frequentem ou estejam internado em estabelecimentos especializados de reabilitação ou estejam em condições de frequência ou internamento ou que necessitem de apoio individualizado pedagógico e/ou terapêutico específico.

Já o subsídio por assistência a terceira pessoa – regime contributivo e regime não regime não contributivo – é atribuído aos descendentes de beneficiários que sejam titulares do abono de família para crianças e jovens, com bonificação por deficiência ou do subsídio mensal vitalício e dependam e tenham efectiva assistência de, pelo menos 6 horas diárias, para assegurar as suas necessidades básicas. No caso em que assistência permanente seja prestada por estabelecimentos de saúde ou de apoio social, este subsídio não é atribuído.

Os montantes das prestações acima referidos são actualizados anualmente por portaria.

Tabela 23. Legislação aplicável às prestações por encargos no domínio da deficiência e /ou dependência

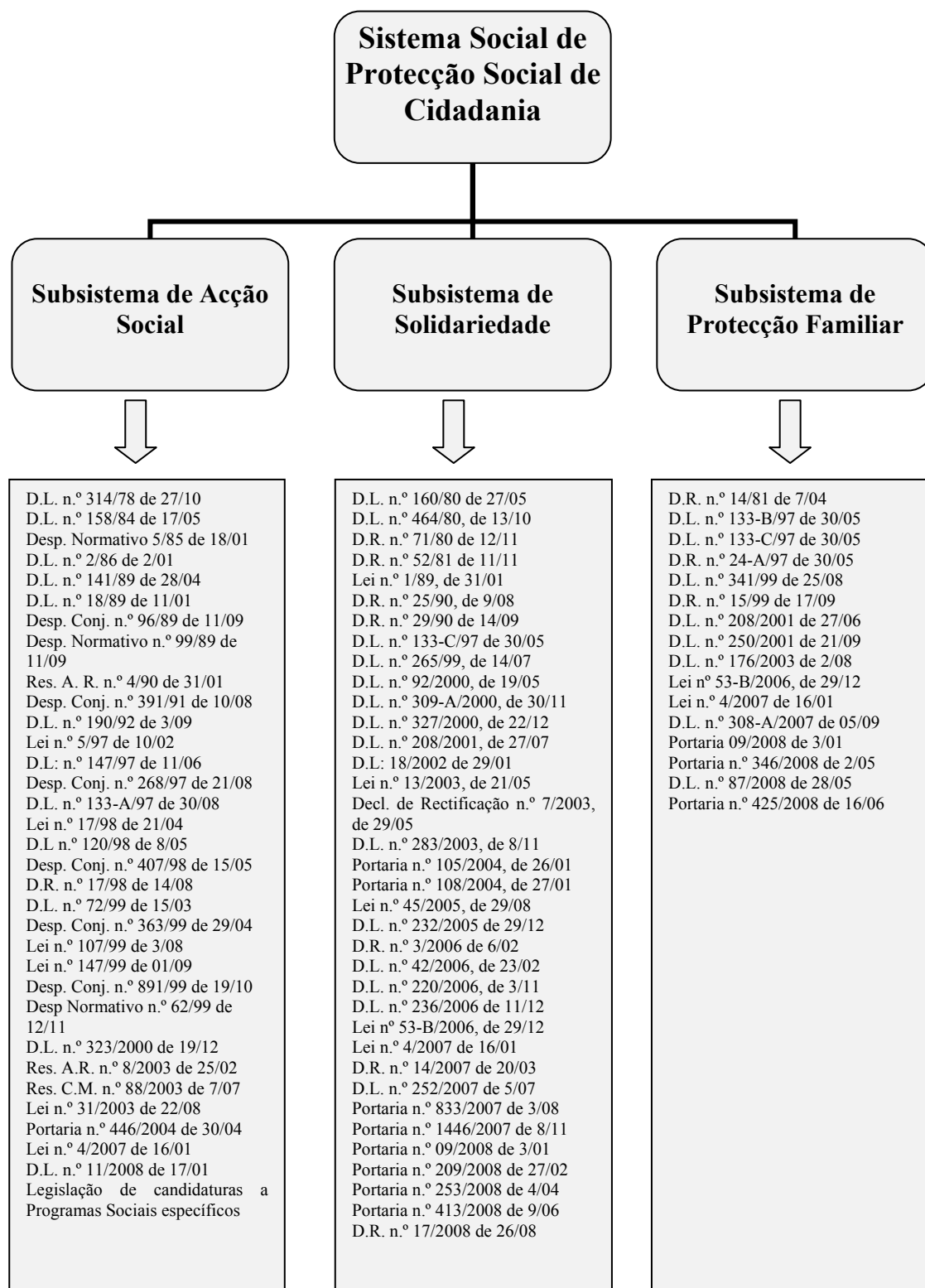
Decreto Regulamentar n.º 14/81 de 7/04	Regulamenta a educação especial
Decreto-lei n.º 133-B/97 de 30/05, com a redacção do Decreto-lei n.º 341/99 de 25/08	Altera o regime jurídico das prestações sociais
Decreto-lei n.º 133-C/97 de 30/05, com a redacção do Decreto-lei n.º 341/99 de 25/08	Altera o regime jurídico das prestações sociais
Decreto Regulamentar n.º 24-A/97 de 30/05, com redacção do Decreto Regulamentar n.º 15/99 de 17/09	Regulamenta o regime jurídico das prestações sociais
Decreto-lei n.º 208/2001 de 27/06	Cria o complemento extraordinário de solidariedade
Lei n.º 53-B/2006 de 29/12	Cria o Indexante de Apoios Sociais
Portaria 09/2008 de 3/01	Actualiza o valor do indexante de apoios sociais

continuação

Portaria n.º 346/2008 de 2/05	Actualiza os montantes das prestações por encargos familiares
Decreto-lei n.º 87/2008 de 28/05	Define a majoração da bonificação do abono de família para crianças e jovens portadoras de deficiência para as famílias monoparentais

Fonte própria

O esquema abaixo resume a legislação actualmente em vigor no âmbito do Sistema de Protecção Social de Cidadania.



Fonte própria

3.2. Sistema Previdencial

O Sistema de Previdencial de acordo com a LBBS, tem como:

- a) Objectivos – garantir, assente no princípio da solidariedade de base profissional, prestações pecuniárias substitutivas de rendimentos de trabalho perdido em consequência da verificação das eventualidades legalmente previstas.
- b) Âmbito do Sistema:
 - i. Pessoal – abrange, obrigatoriamente, na qualidade de beneficiários, os trabalhadores por conta de outrem ou legalmente equiparados e os trabalhadores independentes e as pessoas que não exerçam actividade empresarial ou que, exercendo-a, não sejam enquadradas obrigatoriamente.
 - ii. Material – integra as eventualidades: doença, maternidade, paternidade e adopção, desemprego, acidentes de trabalho e doenças profissionais, invalidez, velhice e morte.

O Sistema Previdencial abrange o regime geral, ou seja assenta num regime contributivo, aplicável à generalidade dos trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores independentes, os regimes especiais e os regimes de inscrição facultativa.

As condições de acesso à protecção social garantida pelo Sistema Previdencial são a inscrição no Sistema da Segurança Social e o cumprimento das obrigações contributivas dos trabalhadores e quando for caso disso das entidades patronais.

3.2.1. Inscrição no Sistema da Segurança Social

O vínculo à Segurança Social inicia-se com a inscrição e é vitalício. Abrange:

- a) Trabalhadores por conta de outrem:

Estes trabalhadores encontram-se integrados no regime geral da Segurança Social. As entidades empregadoras são obrigadas a comunicar a admissão de novos trabalhadores à segurança social, por qualquer meio escrito ou online no site da internet da Segurança Social.

No acto de admissão, a entidade empregadora pode exigir ao trabalhador a admitir informação comprovativa da sua situação perante a segurança social.

No caso de trabalhadores do serviço doméstico, as entidades empregadoras não podem inscrever como trabalhadores ao seu serviço pessoas que com elas tem os seguintes vínculos familiares: cônjuge; descendentes até ao 2º grau ou equiparados; ascendentes ou equiparados ou irmãos ou afins e pessoas que vivam em união de facto com o contribuinte.

Os trabalhadores que estão obrigatoriamente abrangidos pelo regime geral da segurança social dos trabalhadores por conta de outrem devem comunicar, por qualquer meio escrito, o início da sua actividade e o da sua vinculação a uma nova entidade empregadora.

Esta comunicação deve ser apresentada até vinte e quatro horas após o início de efeitos do contrato de trabalho que vincule o trabalhador à nova entidade empregadora.

As consequências do não cumprimento da obrigação de inscrição determinam

- Para as entidades empregadoras a presunção que o trabalhador iniciou a sua prestação de trabalho no dia 1 do sexto mês anterior ao da verificação do incumprimento, havendo lugar ao pagamento de contribuições à segurança social desde essa data.

No entanto, se no dia 1 do sexto mês anterior ao da verificação do incumprimento, o trabalhador estiver a receber prestações por desemprego ou doença, a entidade empregadora é obrigada a pagar as contribuições desde o início de recebimento das prestações por parte do trabalhador. E o trabalhador é obrigado a devolver os montantes indevidamente recebidos, sendo a entidade empregadora solidariamente responsável por essa devolução, a menos que comprove desconhecimentos da situação através da apresentação da declaração escrita do trabalhador ou da declaração dos serviços da segurança social.

- Para os trabalhadores a não consideração, para efeitos de acesso ou cálculo das prestações da segurança social, dos períodos de actividade profissional não declarados, a não ser que se verifique o pagamento das respectivas contribuições.

Compete ao trabalhador provar que efectuou a declaração de início de actividade ou de vínculo à entidade empregadora.

Tabela 24. Legislação aplicável à inscrição dos trabalhadores dependentes

Decreto-lei n.º 103/80 de 9/05	Define o regime jurídico das contribuições para a previdência
Decreto regulamentar n.º 43/82 de 22/07	Regulamenta o esquema de segurança social do pessoal do serviço doméstico
Decreto-Lei n.º 124/84 de 18/04, com a redacção dada pelos Decretos-Lei n.º 330/98 de 2/11 e n.º 14/2007 de 19/01	Regula as condições em que devem ser feitas perante a segurança social as declarações do exercício de actividade, bem como as condições e consequências da declaração extemporânea do período de actividade profissional perante as instituições de segurança social

Fonte própria

b) Trabalhadores independentes:

O regime geral de segurança social destes trabalhadores tem como objectivo assegurar a efectivação do direito à segurança social dos que exercem actividade profissional por conta própria.

A participação do início, suspensão e cessação de actividade profissional dos trabalhadores independentes à segurança social é feita através de troca de informação com a administração fiscal. No entanto, os interessados mantêm o dever de fornecer às instituições de segurança social os elementos necessários à comprovação das situações quando, excepcionalmente, não for possível obter a informação de forma automática ou esta suscite dúvidas.

O enquadramento na segurança social dos trabalhadores independentes é:

- Obrigatório quando estes têm rendimentos ilíquidos superiores a seis vezes o valor do IAS. No entanto, para os que exerçam pela primeira vez por conta própria, o enquadramento não é obrigatório nos primeiros 12 meses de actividade;
- Facultativo quando estes têm rendimentos inferiores aos acima indicados e o requeiram junto da segurança social.

Tabela 25. Legislação aplicável à inscrição dos trabalhadores independentes

Decreto-Lei n.º 328/93 de 25/09, com a redacção dada pelos Decreto-Lei n.º 240/96 de 14/12, Decreto-Lei n.º 397/99 de 13/10, Decreto-Lei n.º 159/2001 de 18/05 e Decreto-Lei n.º 119/2005 de 22/07	Estabelece o regime de segurança social dos trabalhadores independentes
Lei nº 53-B/2006 de 29/12	Cria do Indexante de Apoios Sociais

continuação

Portaria n.º 121/2007 de 25/01	Elimina a participação de início, suspensão ou cessação de actividade profissional dos trabalhadores independentes
Portaria 09/2008 de 3/01	Actualiza o valor do indexante de apoios sociais

Fonte própria

c) Entidades empregadoras:

As entidades que tenham sede, direcção efectiva, domicílio fiscal ou residência em território nacional estão obrigadas a inscreverem-se no sistema da segurança social, independentemente da natureza e das finalidades que prossigam.

A inscrição é um acto administrativo mediante o qual se efectiva a vinculação ao sistema das entidades empregadoras, conferindo-lhes a qualidade de contribuintes.

A participação do início, suspensão e cessação de actividade profissional ou empresarial é comunicada, oficiosamente pelos serviços da Administração Fiscal aos serviços da Segurança Social.

Este procedimento não prejudica o dever dos interessados de fornecerem às instituições de segurança social os elementos necessários à comprovação da respectiva situação, nos casos em que, excepcionalmente, os mesmos não possam ser obtidos oficiosamente ou suscitem dúvidas.

Tabela 26. Legislação aplicável ao início de actividade das entidades empregadoras

Decreto-lei n.º 103/80 de 9/05	Cria o regime jurídico das contribuições para a previdência
Decreto-Lei n.º 8-B/2002 de 15/01, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 111/2005 de 8/07 e Decreto-Lei n.º 125/2006 de 29/06	Estabelece normas destinadas a assegurar a inscrição das entidades empregadoras no sistema de solidariedade e segurança social e a gestão, pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, do processo de cobrança e pagamento das contribuições e quotizações devidas à segurança social
Portaria n.º 121/2007 de 25/01	Elimina a participação de início, suspensão ou cessação de actividade profissional dos trabalhadores independentes

Fonte própria

d) Membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas:

Os membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas estão obrigados a pagar contribuições para o regime geral da Segurança Social dos trabalhadores por conta de outrem, desde que auferam remuneração, ou não recebendo

remuneração, não estejam cobertos por nenhum regime obrigatório de protecção social (por ex. segurança social, função pública ou regime dos advogados e solicitadores), e desde que não sejam pensionistas.

Não estão abrangidos por este regimes, os membros dos órgãos estatutários:

- De pessoas colectivas com fins lucrativos que não auferam remuneração, desde que estejam abrangidos por um regime obrigatório de protecção social ou sejam pensionistas de invalidez ou de velhice de um regime obrigatório, nacional ou estrangeiro, de protecção social;
- Das pessoas colectivas sem fins lucrativos desde que não recebam remuneração;
- Os sócios gerentes que não recebam remuneração e não exerçam, de facto, essa actividade;
- Os trabalhadores pertencentes ao quadro do pessoal da pessoa colectiva onde exerçam cargos de gestão, quando já abrangidos por regime de protecção social de inscrição obrigatória.

No entanto, para provar o não pagamento de remunerações por exercício do cargo é necessário apresentar cópia do pacto social ou da assembleia-geral da empresa. Se o membro do órgão estatutário já estiver abrangido por um regime obrigatório de protecção social, é necessário apresentar uma declaração da entidade empregadora ou serviço público de que dependa.

Tabela 27. Legislação aplicável à inscrição dos membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas

Decreto-lei n.º 103/80 de 9/05	Cria o regime jurídico das contribuições para a previdência
Decreto-lei n.º 124/84 de 18/04, com a redacção dada pelos Decretos-lei n.º 330/98 de 2/11 e n.º 14/2007 de 19/01	Regula as condições em que devem ser feitas perante a segurança social as declarações do exercício de actividade, bem como as condições e consequências da declaração extemporânea do período de actividade profissional perante as instituições de segurança social;
Decreto-lei n.º 327/93 de 25/09 alterado pelo Decreto-lei n.º 103/94 de 20/04 e Decreto-lei n.º 571/99 de 24/12	Estabelece o enquadramento dos membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas no regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem

Fonte própria

e) Seguro Social Voluntário:

São abrangidos pelo Regime do Seguro Social Voluntário, os maiores de 18 anos, aptos para o trabalho, não abrangidos por regimes de protecção social obrigatórios e que satisfaçam os seguintes requisitos:

- Nacionais e cidadãos de outros Estados-membros da União Europeia desde que residentes em Portugal;
- Cidadãos nacionais que não exerçam actividade profissional ou que a exerçam no estrangeiro e aí residam, e não estejam abrangidos por instrumentos internacionais de segurança social;
- Nacionais de países terceiros ou apátridas, residentes em Portugal há mais de 1 ano que reúnam as restantes condições;
- Trabalhadores que exerçam actividade em barcos de empresas estrangeiras (marítimos portugueses tripulantes de navios estrangeiros ou de empresas mistas de pesca, vigias da marinha mercante a bordo de navios estrangeiros e tripulantes dos navios registados no Registo Internacional de Navios da Madeira);
- Beneficiários anteriormente abrangidos pelo regime de continuação facultativa do pagamento de contribuições;
- Voluntários sociais (actividade não remunerada em favor de instituições particulares de solidariedade social e de associações humanitárias);
- Bombeiros voluntários sem actividade profissional;
- Cooperantes (nos países de língua oficial portuguesa que não reúnam condições de inscrição na Caixa Geral de Aposentações);
- Bolseiros de investigação integrados em projectos de investigação científica a realizar em Portugal.

A inscrição é, em geral, da responsabilidade das pessoas interessadas que podem ser abrangidas por este seguro social.

Tabela 28. Legislação aplicável à inscrição no seguro social voluntário

Decreto-lei n.º40/89 de 1/02	Institui o seguro social voluntário no âmbito da Segurança Social
Decreto-lei n.º 241/89 de 3/08	Regulamenta o Estatuto Social do Bombeiro
Lei n.º 71/98 de 3/11	Aprova as bases do enquadramento jurídico do voluntariado;
Decreto-lei n.º 389/99 de 14/04	Regulamenta a Lei n.º 71/98, de 3/11, que estabeleceu as bases do enquadramento jurídico do voluntariado;

continuação

Lei 13/2004 de 14/04	Estabelece o enquadramento jurídico do agente da cooperação portuguesa e define o respectivo estatuto jurídico;
Lei n.º 40/2004 de 20/04	Cria o estatuto do Bolseiro de Investigação

Fonte própria

3.2.2. Contribuições para o Sistema da Segurança Social

O Sistema Previdencial deve ser fundamentalmente auto-financiado, através das quotizações dos trabalhadores e das contribuições das entidades empregadoras. Os beneficiários e, no caso de exercício de actividade profissional, as respectivas entidades empregadoras, são obrigados a contribuir para os regimes da segurança social.

As contribuições para a Segurança Social, variam em função do vínculo existente.

No caso de:

a) Trabalhador por conta de outrem:

O cumprimento da obrigação contributiva é da responsabilidade da entidade empregadoras e compreende a declaração das remunerações dos trabalhadores ao seu serviço e o pagamento das contribuições.

A declaração e pagamento devem ser efectuados mensalmente entre o dia 1 e 15 do mês seguinte àquele a que as remunerações dizem respeito.

O montante das contribuições é calculado pela aplicação da taxa contributiva global sobre as remunerações reais e em alguns casos sobre remunerações convencionais.

Tabela 29. Taxas contributivas dos trabalhadores por conta de outrem

Trabalhadores	Entidade empregadora	Trabalhador	Global
Regime geral	23.75 %	11%	34.75 %
Docentes do ensino particular e cooperativo, com fins lucrativos, contratados após de 01/01/2006	23.75%	11%	34.75%
Taxas contributivas em função da redução da protecção garantida			
Membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas	21.25 %	10%	31.25 %
Trabalhadores no domicílio			
- sem protecção na doença	18.5%	8.5%	27%
- com protecção na doença	20.7%	9.3%	30%
Futebolistas e basquetebolistas profissionais	17.5%	11%	28.5%
Trabalhadores activos em condições de acesso à pensão completa (65 anos de idade e carreira contributiva de 40 anos)	17.9%	8.3%	26.2%

continuação

Trabalhadores	Entidade empregadora	Trabalhador	Global
Taxas contributivas em função da redução da protecção garantida			
Pensionistas em actividade			
- invalidez	18.2%	8.3%	26.5%
- velhice	15.3%	7.8%	23.1%
Trabalhadores em situação de pré-reforma			
- com mais de 37 anos de antiguidade	7%	3%	10%
- restantes casos	14.6%	7%	21.6%
Docentes do ensino particular e cooperativo contratados até 31/12/2005			
- abrangidos pela Caixa Geral de Aposentações (CGA)	10%	-	10%
- estrangeiros não abrangidos pela CGA	10%	-	10%
Trabalhadores da Companhia Portuguesa Rádio-Marconi	4%	3%	7%
Trabalhadores da Junta Autonomia de Estadas ao serviço da Lusoponte	10.6%	-	10.6%
Trabalhadores bancários	11%	3%	14%
Militares em regime de voluntariado ou contrato	3%	-	3%
Taxas contributivas em função da natureza não lucrativa da entidade empregadora			
Trabalhadores de entidades sem fins lucrativos	20.6%	11%	31.6%
Membros de igrejas, associações e confissões religiosas	8%	4%	12%
Pessoal das IPSS	19.6%	11%	30.6%
Docentes não abrangidos pela CGA contratados até 31/12/2005			
- pelo Ministério da Educação	21%	8%	29%
- do ensino particular e cooperativo (sistema nacional de ensino)			
Docentes do ensino particular e cooperativo contratados a partir de 01/01/2006	20.6%	11%	31.6%
Docentes em IPSS contratados a partir de 01/01/2006	19.6%	11%	30.6%
Taxas contributivas em função de actividades economicamente débeis			
Trabalhadores agrícolas			
- diferenciados	23%	9.5%	32.5%
- indiferenciados	21%	8%	29%
Trabalhadores marítimos			
- pesca local e costeira	-	-	10% ¹⁰
- trabalhadores (regime geral)	21%	8%	29%
Taxas contributivas de estímulo ao desemprego			
Trabalhadores deficientes	12.5%	11%	23.5%
- Jovens à procura do primeiro emprego	- isenção nos primeiros 3 anos	11%	-
- Desempregado de longa duração			
Trabalhadores reclusos em regime aberto	- isenção nos primeiros 3 anos (contrato sem termo)	11%	11%
	- redução de 50% pelo período de duração do contrato a termo	11%	-

¹⁰ Sobre o valor do produto bruto do pescado vendido em lota

continuação

Trabalhadores	Entidade empregadora	Trabalhador	Global
Taxas contributivas – inexistência de entidade empregadora			
Obrigação contributiva prescrita ou não existente	-	20%	20%
Bonificação dos períodos contributivos, para efeito da taxa de formação de pensão	-	18%	18%
Titular de pensão antecipada, sem actividade (flexibilização da idade de acesso à pensão)	-	17.5%	17.5%

Fonte: www.seg-social.pt

No caso das situações em que as contribuições são calculadas por referência ao Indexante dos Apoios Sociais (IAS) as taxas são as referidas na Tabela 30.

Tabela 30. Taxas contributivas dos trabalhadores do serviço domésticos sem protecção no desemprego

desemprego

Trabalhadores do Serviço doméstico Sem protecção no desemprego		
Remuneração	Cálculo das contribuições	
Mensal	IAS x 70%	
Diária	(IAS x 70%) : 30	
Horária (mín. 30h/mês)	(IAS x 70% x 12) : (52 x 40)	
Taxas contributivas		
Entidade empregadora	Trabalhador	Total
17.4%	9.3%	26.7%

Fonte: www.seg-social.pt

No entanto, também é possível aos trabalhadores do serviço doméstico terem protecção no desemprego. Para isso e mediante acordo da entidade empregadora pode ser fixada a remuneração real como base de incidência de contribuições, desde que a idade do trabalhador do serviço doméstico seja inferior a 50 anos, à data do acordo, o contrato seja celebrado ao mês e a remuneração seja superior a 70% IAS, mas inferior a 2,5IAS.

Neste caso, as taxas contributivas são:

Tabela 31. Taxas contributivas dos trabalhadores do serviço doméstico com protecção no desemprego

Taxas contributivas		
Entidade empregadora	Trabalhador	Total
20.6%	11%	31.6%

Fonte: www.seg-social.pt

No caso dos trabalhadores agrícolas indiferenciados, as contribuições também são calculadas por referência ao IAS e as taxas são as seguintes:

Tabela 32. Taxas contributivas dos trabalhadores agrícolas indiferenciados

Trabalhadores agrícolas indiferenciados		
Remuneração	Cálculo das contribuições	
Diária	IAS : 30 dias	
Taxas contributivas		
Entidade empregadora	Trabalhador	Total
21%	8%	29%

Fonte: www.seg-social.pt

Tabela 33. Legislação aplicável às contribuições dos trabalhadores dependentes para a Segurança Social

Decreto-lei n.º 103/80 de 9/05	Aprova o Regime Jurídico das Contribuições para a Previdência
Decreto Regulamentar n.º 43/82 de 22/07	Regulamenta o esquema de segurança social do pessoal do serviço doméstico
Decreto Regulamentar n.º 12/83 de 12/02	Regulamenta a base de incidência das contribuições para a segurança social;
Decreto Regulamentar n.º 53/83 de 22/06	Altera o Decreto Regulamentar n.º 12/83, de 12/02 (define as bases de incidência das contribuições à Previdência);
Decreto-lei n.º 401/86 de 2/12	Alarga o âmbito do regime geral de segurança social a todos os trabalhadores que exerçam actividades agrícolas através da vinculação obrigatória ao regime geral dos trabalhadores por conta de outrem ou ao regime dos trabalhadores independentes;
Decreto Regulamentar 14/88 de 30/03	Regulamenta a base de incidência contributiva das indemnizações por despedimento;
Decreto-lei n.º 102/89 de 29/03	Regula a incidência, sobre os valores dos subsídios de refeição, da taxa social única;
Decreto-lei n.º 236/91 de 28/06	Reformula, actualiza e simplifica o processo de pagamento das contribuições devidas às instituições de segurança social;
Decreto-lei n.º 199/99 de 8/06	Revê as taxas contributivas do regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem;
Decreto Regulamentar n.º 26/99 de 27/10	Procede à regulamentação do Decreto-Lei n.º 199/99 de 8/06, que definiu as taxas contributivas aplicáveis no âmbito do regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem;
Decreto-lei n.º 106/2001 de 6/04	Institui a obrigatoriedade de as entidades empregadoras que tenham número igual ou superior a 10 trabalhadores ao seu serviço procederem à declaração das remunerações dos mesmos em suporte digital ou através de Internet, nos serviços do sistema de solidariedade e segurança social;
Portaria n.º 1039/2001 de 27/08	Estabelece normas relativas ao envio por correio electrónico da declaração de remunerações que os contribuintes estão obrigados a entregar nos serviços competentes do sistema de solidariedade e segurança social
Despacho n.º 18861/2001 (2.ª série). D.R. n.º 210, Série II de 10/09	Cria as regras quanto ao pagamento de contribuições e das prestações sociais através da utilização do euro;

continuação

Decreto-lei n.º 8-B/2002 de 15/01	Estabelece normas destinadas a assegurar a inscrição das entidades empregadoras no sistema de solidariedade e segurança social e a gestão, pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, do processo de cobrança e pagamento das contribuições e quotizações devidas à segurança social;
Lei n.º 60/2005 de 29/12	Estabelece mecanismos de convergência do regime de protecção social da função pública com o regime geral da segurança social no que respeita às condições de aposentação e cálculo das pensões;
Lei n.º 53-B/2006 de 29/12	Cria o Indexante de Apoios Sociais;
Portaria 09/2008 de 3/01	Actualiza o valor do indexante de apoios sociais.

Fonte própria

b) Trabalhadores independentes:

O cumprimento da obrigação contributiva é da responsabilidade do trabalhador independente e compreende a opção por uma remuneração convencional como base de incidência de contribuições e o pagamento de contribuições.

Os trabalhadores independentes podem optar pelos escalões da Tabela 34, para apurar a base de incidência de contribuições:

Tabela 34. Escalões de remunerações indexantes ao IAS para apurar base de incidência das contribuições

Escalões	Valor
1º	1,5 IAS
2º	2 IAS
3º	2,5 IAS
4º	3 IAS
5º	4 IAS
6º	5 IAS
7º	6 IAS
8º	7 IAS
9º	10 IAS
10º	12 IAS

Fonte: www.seg-social.pt

Os trabalhadores independentes, mediante requerimento, poderão declarar 50% do IAS, no caso de rendimentos inferiores a 6 IAS ou declarar duodécimo do rendimento líquido, com limite mínimo de 50% IAS, no caso de rendimentos anuais inferiores a 18 IAS.

Para os beneficiários que, em função do exercício de actividade por conta própria, sejam enquadrados no regime dos trabalhadores independentes ou cessem a situação de isenção contributiva com idade igual ou superior a 55 anos, o limite máximo da base de incidência é o valor correspondente ao 8º escalão. Exceptua-se

o caso de o beneficiário tenha estado abrangido nos últimos 36 meses pelo regime geral de segurança social em relação a todas as eventualidades e se o valor médio das remunerações registadas em seu nome for superior ao 8º escalão. Nesta situação pode requerer que lhe seja considerado como base de incidência o escalão mais próximo daquele valor médio.

O trabalhador poderá optar pelos esquemas de protecção previstos pelo regime dos trabalhadores independentes: o obrigatório e o alargado.

Tabela 35. Taxas contributivas do regime de trabalhadores independentes

Taxas contributivas		
Esquema de protecção	Em Geral	Produtores agrícolas
Obrigatório	25.4%	23.75%
Alargado	32%	30.4%

Fonte: www.seg-social.pt

Os trabalhadores independentes abrangidos pelo esquema obrigatório mantêm a obrigação de contribuir nas situações de incapacidade temporária para o trabalho por doença. No entanto, se esta incapacidade for superior a 30 dias, poderá requerer o não pagamento de contribuições a partir do 31º dia de incapacidade.

Podem ficar isentos de contribuir para o regime, os trabalhadores que:

- Estejam pela primeira vez em situação de trabalhador independente;
- Exerçam cumulativamente uma actividade por conta de outrem e estejam enquadrados no regime de segurança social obrigatório e tenham nesse regime uma remuneração mensal superior ao valor do IAS;
- Sejam pensionistas de invalidez ou velhice de regimes de protecção nacionais ou estrangeiros;
- Sejam titulares de pensões resultantes da verificação de risco profissional, com incapacidade para o trabalho não inferior a 70%.

A isenção é reconhecida pela segurança social oficiosamente, através do não pagamento de contribuições quando o beneficiário reúne as condições de isenção no âmbito deste regime e a requerimento do interessado.

A isenção termina, no caso dos trabalhadores estarem pela primeira vez neste regime ao fim de um ano e nos restantes casos quando deixarem de se verificar as condições que determinam a isenção.

Tabela 36. Legislação aplicável às contribuições dos trabalhadores independentes para a Segurança Social

Decreto-Lei n.º 328/93 de 25/09, com a redacção dada pelos Decreto-Lei n.º 240/96 de 14/12, Decreto-Lei n.º 397/99 de 13/10, Decreto-Lei n.º 159/2001 de 18/05 e Decreto-Lei n.º 119/2005 de 22/07 de Julho	Estabelece o regime de segurança social dos trabalhadores independentes
Decreto Regulamentar n.º 17/94 de 16/07	Regulamenta o regime de segurança social dos trabalhadores independentes
Decreto Regulamentar 6/97 de 10/04	Altera o Decreto Regulamentar n.º 17/94 de 16/07, que regulamenta o regime de segurança social dos trabalhadores independentes
Decreto-lei n.º 159/2001 de 18/05	Adita um novo artigo ao Decreto-Lei n.º 328/93 de 25/09, estabelecendo uma taxa contributiva mais favorável para os trabalhadores agrícolas, e respectivos cônjuges, abrangidos pelo regime geral dos trabalhadores independentes, e institui um regime excepcional e temporário de dispensa parcial do pagamento de contribuição destinado aos pequenos produtores agrícolas e respectivos cônjuges
Lei nº 53-B/2006 de 29/12	Cria o Indexante de Apoios Sociais
Portaria 09/2008 de 3/01	Actualiza o valor do indexante de apoios sociais

Fonte própria

c) Seguro Social Voluntário:

As pessoas abrangidas pelo seguro social voluntário poderão optar por 6 escalões por referência ao valor do IAS para apurar as remunerações a declarar para a base de incidência.

Tabela 37. Escalões de remunerações indexantes ao IAS para apurar base de incidência das contribuições para os interessados no seguro social voluntário

Escalões	Valor
1º	1 IAS
2º	1,5 IAS
3º	2 IAS
4º	2,5 IAS
5º	3 IAS
6º	4 IAS

Fonte: www.seg-social.pt

Há, no entanto, base de incidência fixadas para os voluntários sociais é de 1 IAS e para os agentes de cooperação portuguesa (não voluntários) de 3 IAS.

A alteração do escalão de rendimentos para um inferior é sempre possível mediante requerimento do interessado. A mudança para um escalão superior só é permitida se tiverem sido pagas contribuições pelo menos durante 24 meses consecutivos e o beneficiário tiver menos de 50 anos.

O pagamento das contribuições das pessoas abrangidas pelo seguro social voluntário é da sua responsabilidade, excepto no caso dos Agentes de Cooperação Portuguesa, dos Bombeiros Voluntários e dos Voluntários Sociais em que essa responsabilidade passa para as próprias entidades.

O cálculo das contribuições é efectuado pela aplicação de uma taxa à remuneração escolhida, que varia consoante a actividade:

Tabela 38. Taxas contributivas no âmbito do seguro social voluntário

Taxas Contributivas	
Beneficiários	Taxas
Generalidade das situações (esquema restrito – abrange invalidez, velhice e morte)	16%
Voluntários Social	16.5%
Abrangidos anteriormente pelo regime de continuação facultativa do pagamento de contribuições	19%
Bombeiros Voluntários	19.5%
Bolseiros de Investigação	20%
Trabalhadores que exerçam actividade em barcos de empresas estrangeiras	23%

Fonte: www.seg-social.pt

O pagamento deve ser efectuado mensalmente, entre o dia 1 e 30 do mês seguinte aquele a que as contribuições dizem respeito.

Tabela 39. Legislação aplicável às contribuições no âmbito do seguro social voluntário

Decreto-lei n.º 40/89 de 1/02	Institui o seguro social voluntário no âmbito da Segurança Social
Decreto-lei n.º 241/89 de 3/08	Regulamenta o Estatuto Social do Bombeiro;
Lei n.º 71/98 de 3/11	Cria as bases do enquadramento jurídico do voluntariado
Decreto-lei n.º 389/99 de 14/04	Regulamenta a Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, que estabeleceu as bases do enquadramento jurídico do voluntariado;
Lei 13/2004 de 14/04	Estabelece o enquadramento jurídico do agente da cooperação portuguesa e define o respectivo estatuto jurídico;
Lei n.º 40/2004 de 20/04	Cria o estatuto do Bolseiro de Investigação;
Lei n.º 53-B/2006, de 29/12	Cria o Indexante de Apoios Sociais
Portaria 09/2008 de 3/01	Actualiza o valor do indexante de apoios sociais.

Fonte própria

d) Entidade Empregadora:

A entidade empregadora é responsável pelo envio da declaração das remunerações dos trabalhadores ao seu serviço e pelo pagamento das contribuições.

A entidade empregadora pode solicitar a redução da taxa contributiva e/ou dispensa temporária do pagamento de contribuições, mediante requerimento ou candidatura, nas condições a seguir referidas.

Tabela 40. Situações de redução de taxa contributiva e/ou de dispensa temporária de pagamento de contribuições

Redução de taxa	Dispensa temporária de pagamento de contribuições
<p>Emprego a deficientes Contratos por tempo indeterminado com trabalhadores deficientes com capacidade para o trabalho inferior a 80% da capacidade normal exigida para um trabalhador não deficiente para o exercício das mesmas funções</p> <p>Taxa contributiva – 12.5%</p>	<p>1º Emprego e Desemprego de longa Duração Contratos por tempo indeterminado desde que a entidade empregadora tenha um número de trabalhadores superior ao que tinham</p> <p>Dispensa por 36 meses que cessa em caso de cessação do contrato de trabalho ou suspensão, excepto nas situações de incapacidade ou indisponibilidade temporária para o trabalho, por parte do trabalhador.</p>
<p>Emprego a reclusos em regime aberto Contratos a termo com trabalhadores reclusos em regime aberto. A redução da taxa é concedida durante a vigência do contrato.</p> <p>Valor da redução – 50% da contribuição da entidade empregadora relativa a esse trabalhador.</p>	<p>Emprego a reclusos em regime aberto Contratados por tempo indeterminado.</p> <p>Dispensa por 36 meses.</p>
<p>Programa Trabalho Seguro Medida que visa reconhecer as boas práticas em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e incentivar o seu desenvolvimento, com atribuição de galardões às entidades empregadoras que conferem redução da taxa contributiva.</p> <p>A redução da taxa varia em função da classificação obtida na candidatura e do financiamento dos custos decorrentes da redução da taxa contributiva, em que há redução:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 20% - segurança sectorial (melhores empresas do sector); - 50% - segurança total (empresas com galardão segurança sectorial e com esforço continuado e bem sucedido por uma ano). 	<p>Rotação empresa – formação Trabalhadores substituídos, no âmbito da medida de rotação emprego-formação, desde que os empregadores tenham um plano de formação e que as acções de formação obedeçam determinadas condições.</p> <p>Dispensa máxima por 12 meses do pagamento das contribuições do trabalhador substituto, enquanto durarem as acções de formação e cessa quando se interromper a acção e formação que inviabiliza a sua certificação, no termo da acção de formação e por inexistência de substituição.</p> <p>O trabalhador substituto tem que estar desempregado e inscrito no centro de emprego e tem que celebrar com a entidade empregadora um contrato de trabalho a termo certo ou um contrato de formação em posto de trabalho.</p>
<p>Recuperação de regiões com problemas de interioridade Incentivos atribuídos no âmbito de candidaturas apresentadas ao Programa de Recuperação de Regiões de com problemas de interioridade aprovado pelo Orçamento Geral do Estado para 2007 e cujas candidaturas terminam a 31/12/2010.</p> <p>Reduções previstas: nas taxas contributivas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Isenção durante 3 anos; - Redução de 2/3 no quarto ano; - Redução de 1/3 do quinto ano. 	<p>Recuperação de regiões com problemas de interioridade Trabalhadores contratados sem termo, no âmbito da criação líquida de postos de trabalho enquadradas no Programa de Recuperação de Regiões de com problemas de interioridade aprovado pelo Orçamento Geral do Estado para 2007 e cujas candidaturas terminam a 31/12/2010.</p> <p>Período máximo de dispensa</p> <ul style="list-style-type: none"> - 3 anos; - 5 anos no caso de empresas criadas por jovens empresários <p>Pressupõe a manutenção dos postos de trabalho pelo período mínimo de 5 anos.</p>

Fonte própria

Tabela 41. Legislação aplicável às contribuições das entidades empregadoras

Decreto – lei n.º 299/86 de 19/09	Estabelece incentivos às entidades patronais, mediante desagravamento contributivo, para facilitar a integração dos deficientes no mundo do trabalho;
Decreto-lei n.º 89/95 de 6/05	Regula a atribuição de incentivos à contratação de jovens à procura do primeiro emprego e de desempregados de longa duração;
Decreto-lei n.º 51/99 de 20/02	Cria a medida rotação emprego-formação e regula os apoios técnicos e financeiros a conceder com vista à sua execução;
Decreto-lei n.º 199/99 de 8/06	Revê as taxas contributivas do regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem;
Decreto-lei n.º 429/99 de 21/10	Cria o Programa Trabalho Seguro e regula os termos da redução da taxa contributiva a aplicar às pequenas e médias empresas, face às boas práticas prosseguidas pelas mesmas, em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho
Portaria n.º 1041/99 de 25/11	Regulamenta os galardões e prémios a atribuir, as condições de elegibilidade e os critérios de mérito em segurança, higiene e saúde no trabalho complementares, bem como os incentivos a atribuir às empresas distinguidas, os procedimentos administrativos e suportes de informação que se mostrem necessários à execução do Programa Trabalho Seguro
Despacho conjunto n.º 561/2001. D.R. n.º 143, Série II de 2001-06-22	Refere a reintegração social dos reclusos;
Portaria n.º 1467-A/2001 de 31/12	Identifica as áreas territoriais que beneficiam para efeitos do disposto na Lei n.º 171/99, de 18/09 (combate à desertificação e recuperação do desenvolvimento nas áreas do interior);
Portaria n.º 170/2002 de 28/02	Fixa as regras necessárias ao integral respeito pela decisão da Comissão Europeia relativamente aos incentivos à interioridade previstos na Portaria n.º 56/2002, de 14/01;
Lei n.º 53-A/2006 de 29/12 – Orçamento do Estado para 2007	Isenta de contribuição as áreas com regime de interioridade
Decreto-lei n.º 55/2008 de 26/03	Regulamenta as normas necessárias à execução do artigo 39.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais, respeitante às medidas de incentivo à recuperação acelerada das regiões portuguesas que sofrem de problemas de interioridade, e revoga o Decreto-Lei n.º 310/2001, de 10 de Dezembro.

Fonte própria

3.2.3. Prestações Garantidas

3.2.3.1. No âmbito do regime geral dos trabalhadores por conta de outrem

As prestações garantidas aos beneficiários do Sistema Previdencial, trabalhadores por conta de outrem que se enquadrem no regime geral da Segurança Social são as que derivam de encargos familiares, doença, maternidade, invalidez, velhice, morte, desemprego e doenças profissionais. Passamos a analisar cada uma.

a) Prestações por encargos familiares:

As prestações atribuídas para encargos familiares estão definidas no Subsistema de Protecção Social, explorado na alínea a) do ponto 4.1.3 deste trabalho e, que se enumeram de seguida:

- Abono de família pré-natal;
- Majoração do abono de família pré-natal para famílias monoparentais;
- Abono de família para crianças e jovens;
- Majoração do abono de família para crianças e jovens para famílias monoparentais e para famílias numerosas;
- Subsídio de funeral.

Tabela 42. Legislação aplicável às prestações atribuídas por encargos familiares no âmbito do Sistema Previdencial

Decreto-lei n.º 133-B/97 de 30/05, com a redacção dada pelo Decreto-lei n.º 341/99 de 25/08 e pelo Decreto-lei n.º 250/2001 de 21/09	Regula o regime jurídico das prestações familiares
Decreto-lei n.º 176/2003 de 2/08	Institui o Abono de Família para crianças e Jovens e Subsídio de Funeral
Lei n.º 53-B/2006, de 29/12	Cria o Indexante de Apoios Sociais
Decreto-lei n.º 308-A/2007 de 05/09	Cria o abono de família pré-natal e majoração de abono de família para crianças e jovens
Portaria 09/2008 de 3/01	Actualiza o valor do indexante de apoios sociais;
Portaria n.º 346/2008 de 2/05	Actualiza os montantes das prestações por encargos familiares
Decreto-lei n.º 87/2008 de 28/05	Define a majoração do abono de família para as famílias monoparentais
Portaria n.º 425/2008 de 16/06	Actualiza extraordinária

Fonte própria

b) Prestações para protecção na doença:

As prestações por doença concretizam-se na atribuição de prestações pecuniárias, para compensar a perda de remuneração em consequência da incapacidade temporária para o trabalho

Têm direito a esta protecção os beneficiários do Sistema Previdencial integrados no regime geral da segurança social dos trabalhadores por conta de outrem e dos trabalhadores independentes, desde que o respectivo esquema de protecção seja o alargado.

A protecção na doença efectiva-se pela atribuição de subsídio de doença e prestações compensatórias dos subsídios de férias, Natal ou outros de natureza análoga. De salientar que estas prestações não integram a protecção na doença dos trabalhadores independentes.

A atribuição do subsídio de doença depende do beneficiário:

- Se encontrar em situação de incapacidade temporária para o trabalho, certificada em modelo próprio (CIT – Certificado de Incapacidade Temporária por Estado de Doença) pelos serviços de saúde competentes;
- Ter cumprido um prazo de garantia de seis meses civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações, à data de início da incapacidade temporária para o trabalho;
- Ter cumprido um índice de profissionalidade de 12 dias com registo de trabalho efectivamente prestado nos quatro meses imediatamente anteriores ao mês que antecede a data de início da incapacidade temporária para o trabalho. Esta condição não é exigida no caso dos trabalhadores independentes.

No caso em que o beneficiário é abrangido pelo regime dos trabalhadores independentes ou pelo regime do seguro social voluntário, a atribuição das prestações por doença depende de se encontrar regularizada a situação contributiva até ao final do terceiro mês imediatamente anterior ao do início da incapacidade.

O subsídio de doença não é acumulável com outras prestações compensatórias por perda da remuneração do trabalho, concedidas no âmbito do Sistema Previdencial ou de outros regimes de protecção social.

O subsídio de doença é calculado pela aplicação à remuneração de referência da percentagem, constante na Tabela 43, que é variável em função da duração do período da incapacidade para o trabalho ou da natureza da doença.

Tabela 43. Percentagem para cálculo do subsídio de doença

% de remuneração de referência	Duração da doença em dias
65%	Até 90 dias
70%	De 91 a 365 dias
75%	Mais de 365 dias
Em caso de tuberculose	
	Agregado familiar
80%	Até dois familiares a cargo
100%	Mais de dois familiares a cargo

Fonte: www.seg-social.pt

A remuneração de referência é definida pelo quociente entre o total de remunerações registadas nos seis meses civis que antecedem o segundo mês anterior ao início da doença por 180 dias (30 x 6 meses).

O valor mínimo do subsídio de doença é de 30% do IAS ou da remuneração de referência, se esta for inferior a 30% do IAS e o valor máximo é o valor líquido da remuneração de referência.

O montante das prestações compensatórias do subsídio de Natal, férias ou outros de natureza análoga é de 60% do valor que, comprovadamente o beneficiário deixou de receber.

O início do pagamento do subsídio de doença ocorre:

- Para os trabalhadores por conta de outrem no 4º dia de incapacidade temporária para o trabalho;
- Para os trabalhadores independentes ou para os beneficiários do regime do seguro social voluntário no 31º dia de incapacidade, dado existir um período de espera de 30 dias;
- Na data em que o certificado de incapacidade temporário é recebido pela segurança social, no caso de não cumprimento do prazo de cinco dias após a sua emissão;
- No primeiro dia de doença nas seguintes situações de doença por tuberculose, de internamento hospitalar e de doença iniciada no período de atribuição do subsídio de maternidade que ultrapasse o termo desse período.

O período máximo de concessão desta prestação varia quer com o tipo de beneficiários quer com o tipo de doença, de acordo com a Tabela 44.

Tabela 44. Período de máximo de concessão do subsídio de doença

Beneficiários	Período máximo de concessão
Trabalhadores por conta de outrem	Até 1095 dias
Trabalhadores independentes	Até 365 dias
Nas situações decorrentes de tuberculose não se encontra sujeita aos limites temporais	
A atribuição dos subsídios de maternidade, paternidade e por adopção não interrompe, mas suspende, a contagem dos períodos máximos	

Fonte: www.seg-social.pt

Por sua vez, a verificação da situação de doença tanto pode ser de iniciativa da segurança social como da entidade empregadora.

E o direito ao subsídio cessa quando:

- For atingido o período constante no certificado de incapacidade temporária para o trabalho;
- Tenha sido declarado pelos serviços competentes do Serviço Nacional de Saúde apto para o trabalho;
- O beneficiário tenha retomado o exercício de actividade profissional por se considerar apto;
- O beneficiário não tenha apresentado justificação plausível para ausência da residência sem autorização médica expressa ou para falta a exame médico que tenha sido convocado.

Tabela 45. Legislação aplicável às prestações atribuídas por doença no âmbito do Sistema Previdencial

Lei n.º 99/2003 de 27/08	Aprova o Código do Trabalho
Decreto-lei n.º 28/2004 de 4/02	Estabelece o novo regime jurídico de protecção social na eventualidade doença no âmbito do subsistema previdencial de segurança social
Lei n.º 35/2004 de 29/07	Regulamenta a Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, que aprovou o Código do Trabalho
Decreto-lei n.º 146/2005 de 26/08	Altera o Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de Fevereiro, que estabelece o novo regime jurídico de protecção social na eventualidade doença no âmbito do subsistema previdencial de segurança social
Lei n.º 53-B/2006 de 29/12	Cria o Indexante de Apoios Sociais
Portaria n.º 91/2007 de 22/01	Clarifica os procedimentos a adoptar nas situações de incapacidade por doença e fixa a taxa prevista no artigo 201.º da Lei n.º 35/2004, de 29/07
Portaria 09/2008 de 3/01	Actualiza o valor do indexante de apoios sociais.

Fonte própria

c) Protecção na Maternidade:

A protecção garantida na Maternidade, Paternidade e Adopção concretiza-se pela atribuição dos subsídios de maternidade, de paternidade, por adopção, para assistência na doença a descendentes menores ou deficientes, para assistência a deficientes profundos e doentes crónicos, por riscos específicos, por licença parental e por faltas especiais dos avós.

Os montantes dos subsídios de maternidade, de paternidade, por adopção e por riscos específicos têm como limite mínimo 80% do valor IAS.

Tabela 46. Períodos de concessão e montantes das prestações no âmbito da protecção à maternidade, paternidade e adopção

Prestações	Atribuído a;	Montantes	Período de concessão
Subsídio de maternidade	À mulher em situação de: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Parto 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 100 % da remuneração de referência; ▪ 80% da remuneração de referência no caso de opção de licença de maternidade por 150 dias. 	Direito a 120 dias seguidos de licença por maternidade, dos quais 90 necessariamente a seguir ao parto. A licença é acrescida de 30 dias por cada gémeo/a, para além do/a primeiro/a. A mãe pode optar por uma licença por maternidade, com a duração de 150 dias, devendo o acréscimo ser gozado necessariamente após o parto
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Interrupção de gravidez prevista na lei 	100% da remuneração de referência	14 a 30 dias conforme prescrição médica
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Risco clínico para a grávida ou para o nascituro, nos termos previsto na lei 	100% da remuneração de referência	O período necessário para prevenir o risco clínico, mediante prescrição médica
Subsídio de paternidade	Ao pai nas situações de nascimento do filho	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 100 % da remuneração de referência; ▪ 80% da remuneração de referência no caso de opção de licença de maternidade por 150 dias, no caso de impedimento da mãe ou decisão conjunta. 	<p>5 dias úteis, seguidos ou interpolados, a gozar no primeiro mês a seguir ao nascimento de filho</p> <p>O subsídio de paternidade é, também, concedido ao pai trabalhador, durante o período igual àquele a que a mãe teria, ainda, direito, depois do parto, nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ incapacidade física ou psíquica da mãe, e enquanto esta se mantiver; ▪ morte da mãe (o período mínimo assegurado ao pai é de 30 dias); ▪ decisão conjunta dos pais (a mãe trabalhadora goza, obrigatoriamente, um período de 6 semanas).

continuação

Prestações	Atribuído a;	Montantes	Período de concessão
Subsídio por adoção	Ao adoptante, para acompanhamento do menor adoptado, desde que este: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Seja menor de 15 anos de idade ▪ Esteja a cargo do adoptante há menos de 100 dias 	100% da remuneração de referência	É concedido até 100 dias seguidos, a gozar a partir do início da confiança judicial ou administrativa do menor. Este período é acrescido de 30 dias, por cada adoptado, no caso de adopção de mais do que um menor. Sendo 2 os candidatos a adoptantes, a licença pode ser repartida entre eles.
Subsídio por licença parental	Ao pai nas situações de nascimento do filho	100% da remuneração de referência	15 dias de licença parental, ou período equivalente, quando gozados imediatamente a seguir à licença de maternidade, paternidade ou licença de 5 dias úteis.
Subsídio para assistência na doença a descendentes menores ou deficientes	Atribuído por motivo de impedimento para o trabalho, para prestar assistência inadiável e imprescindível, em caso de doença ou de acidente, a filhos, adoptados ou a enteados: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Menores de 10 anos ou, sem limite de idade, se forem deficientes; ▪ Que integrem o respectivo agregado familiar e com ele residam. 	65% da remuneração de referência	É concedido até 30 dias por ano, por cada descendente
Subsídio para assistência a deficientes profundos e doentes crónicos	Atribuído para acompanhamento de filhos, adoptados ou enteados deficientes profundos ou doentes crónicos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Com idade igual ou inferior a 12 anos; ▪ Que integrem o respectivo agregado familiar e com ele residam 	65% da remuneração de referência, até ao limite do IAS	É concedido durante 6 meses, prorrogáveis até ao limite de 4 anos (nos primeiros 12 anos de idade).
Subsídio por riscos específicos	Às mulheres grávidas, parturientes e lactantes nas situações em que a actividade exercida seja susceptível de apresentar riscos específicos por exposição a agentes, ou processos ou condições de trabalho ou por prestação de trabalho nocturno, desde que a entidade empregadora prove a impossibilidade de evitar esses riscos	65% da remuneração de referência, até ao limite do IAS	O período necessário para evitar a exposição aos riscos

continuação

Prestações	Atribuído a;	Montantes	Período de concessão
Subsídio por faltas especiais dos avós	Atribuído ao trabalhador, no caso de nascimento de netos, de filhos de menores de 16 anos, desde que: <ul style="list-style-type: none"> ▪ O neto viva com o trabalhador em comunhão de mesa e habitação; ▪ O cônjuge do trabalhador exerça actividade profissional ou se encontre física ou psiquicamente impossibilitado de cuidar do neto ou não viva em comunhão de mesa e habitação com este 	100% da remuneração de referência	É concedido até 30 dias seguidos, a gozar após o nascimento de netos.

Fonte própria

A atribuição dos subsídios depende de os beneficiários:

- Se encontrarem em situação de incapacidade por motivo de gravidez, maternidade, paternidade, adopção, assistência a filhos, assistência na doença a filhos do beneficiário ou do cônjuge e a adoptados, menores ou deficientes, assistência a deficientes profundos e doentes crónicos e nascimento de netos;
- À data do facto determinante da protecção, terem cumprido um prazo de garantia de seis meses civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações.

Tabela 47. Legislação aplicável às prestações atribuídas por Maternidade, Paternidade e Adopção no âmbito do Sistema Previdencial

Decreto-lei n.º 154/88 de 29/04	Regula a protecção na maternidade, paternidade e adopção (Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 333/95, de 23/12, pelo Decreto-Lei n.º 347/98, de 9/11, pelo Decreto-Lei n.º 77/2000, de 9/05, pelo Decreto-Lei n.º 77/2005, de 13/04, e pelo Decreto-Lei n.º 105/2008, de 25/06);
Decreto-lei n.º 333/95 de 23/12	Altera o regime de protecção social dos beneficiários do regime geral da segurança social
Decreto-lei n.º 347/98 de 9/11	Procede à definição e regulamentação do subsídio para assistência a filhos, adoptados ou filhos de cônjuge do beneficiário que sejam deficientes profundos ou doentes crónicos e alarga o prazo para o requerimento das prestações de protecção social à maternidade;

continuação

Decreto-lei n.º 77/2000 de 9/05 – altera o Decreto-lei n.º 154/88 de 29/04, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-lei n.os 333/95 de 23/12, e 347/98 de 9/11	Define o quadro da protecção social do regime geral da segurança social decorrente da lei da protecção da maternidade e da paternidade
Lei n.º 99/2003 de 27/08	Aprova o Código do Trabalho;
Lei n.º 35/2004 de 29/07	Regulamenta a Lei n.º 99/2003 de 27/08 que aprovou o Código do Trabalho;
Decreto-lei n.º 77/2005 de 13/04	Estabelece o regime jurídico de protecção social na maternidade, paternidade e adopção no âmbito do subsistema previdencial de segurança social face ao regime preconizado na legislação de trabalho vigente;
Lei n.º 53-B/2006 de 29/12	Cria o Indexante de Apoios Sociais;
Portaria 09/2008 de 3/01	Actualiza o valor do indexante de apoios sociais
Decreto-lei n.º 105/2008 de 25/06	Institui medidas sociais de reforço da protecção social na maternidade, paternidade e adopção integradas no âmbito do subsistema de solidariedade e altera o Decreto-Lei n.º 154/88, de 29/04.

Fonte própria

d) Protecção na invalidez:

Integra a eventualidade de invalidez toda a situação incapacitante de causa não profissional determinante de incapacidade física, sensorial ou mental permanente para o trabalho.

As prestações atribuídas no âmbito desta protecção aos beneficiários do Sistema Previdencial são a pensão de invalidez, o complemento por dependência – atribuído a titulares das prestações do regime contributivo e equiparados em situação de dependência e o complemento de pensão por cônjuge a cargo.

A incapacidade permanente para o trabalho é avaliada de acordo com as funcionalidades físicas, sensoriais e mentais do estado geral, da idade, das aptidões profissionais e da capacidade de trabalho remanescente dos beneficiários.

Dependendo da situação de incapacidade do beneficiário, a invalidez pode ser:

- Relativa, quando o beneficiário, em consequência de incapacidade permanente, não possa auferir na sua profissão mais de um terço da remuneração correspondente ao seu exercício normal ou seja de presumir que o beneficiário não recupera, dentro de três anos subsequentes, a capacidade de auferir no desempenho da sua função mais de 50% da retribuição correspondente.

Neste caso é exigido um prazo de 5 anos civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações como garantia para atribuição desta pensão.

- Absoluta, quando o beneficiário se encontre numa situação de incapacidade permanente e definitiva para toda e qualquer profissão ou trabalho e se presume que até à idade legal de acesso à pensão de velhice não venha a auferir quaisquer meios de subsistência.

É exigido 3 anos civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações como prazo de garantia para atribuição da pensão.

O direito à pensão de invalidez é reconhecido ao beneficiário que tenha: incapacidade permanente para o trabalho, de causa não profissional, reconhecida pela Comissão de Verificação de Incapacidade Permanente (CVIP) e cumprido o prazo de garantia, referidos acima.

No entanto, não é exigido prazo de garantia para atribuição de pensão de invalidez aos beneficiários que tenham esgotado os 1095 dias subsidiados por doença, desde que a situação de incapacidade tenha sido reconhecida pela CVIP.

A pensão de invalidez é suspensa na falta de comunicação ao Centro Nacional de Pensões do exercício de actividade profissional e respectivas remunerações, do valor de outra pensão de que o pensionista seja titular e no caso de ausência injustificada ao exame médico de revisão da incapacidade e não obtenção dos elementos necessários. A pensão cessa quando não subsistir a capacidade que justificou tal atribuição ou quando for convertida em pensão de velhice no momento em que o pensionista atingir os 65 anos de idade.

A pensão por invalidez é calculada com base na carreira contributiva do beneficiário e respeitando as regras de cálculo muito específicas, abordadas em diploma próprio.

No caso de ser invalidez relativa pode haver acumulação com rendimentos de trabalho, desde que respeite determinados limites. Porém, no caso da absoluta esta acumulação já não é permitida

Será atribuído ao pensionista por invalidez uma protecção especial, tal como acontece no Subsistema de Solidariedade, nos casos de: paramiloidose familiar, HIV (SIDA), doenças do foro oncológico ou esclerose múltipla.

Tabela 48. Legislação aplicável às prestações atribuídas por invalidez no âmbito do Sistema Previdencial

Decreto-lei n.º 265/99 de 14/07	Procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a protecção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência
Decreto-lei n.º 309 A/2000 de 30/11	Altera o artigo 7.º do Decreto-lei n.º 265/99, de 14/07 (procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a protecção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência);
Decreto-lei n.º 187/2007 de 10/05 –	Aprova o regime de protecção nas eventualidades invalidez e velhice dos beneficiários do regime geral de segurança social

Fonte própria

e) Protecção na velhice:

Integra a eventualidade de velhice a situação em que o beneficiário tenha atingido a idade mínima legalmente presumida como adequada para a cessação do exercício da actividade profissional.

As prestações atribuídas no âmbito desta protecção aos beneficiários do Sistema Previdencial são:

- Pensão de velhice;
- Complemento por dependência – atribuído a titulares das prestações do regime contributivo e equiparados em situação de dependência;
- Complemento de pensão por cônjuge a cargo.

O reconhecimento do direito a pensão de velhice depende do beneficiário ter idade igual ou superior a 65 anos, ter cumprido um prazo de garantia exigido de 15 anos, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações.

O seu cálculo é feito com base na carreira contributiva do beneficiário, respeitando regras de cálculo muito específicas, abordadas em diploma próprio, e extingue-se com a morte do seu titular.

Pode ainda haver uma flexibilização da idade de acesso à pensão no caso da pensão antecipada e no da bonificada.

No 1º caso, há uma redução da pensão de velhice, através da aplicação de um factor de redução à pensão estatutária, porém o beneficiário deve ter cumprido o prazo de garantia, ter 55 anos de idade e 30 anos civis de registo de remunerações relevantes para cálculo da pensão.

No 2º caso, há uma bonificação da pensão que é calculada através da aplicação do factor de bónus, para tal o beneficiário deve ter idade superior a 65 anos com 15

anos com registos de remunerações e aceder à sua pensão depois dos 65 e até aos 70 anos de idade.

Tabela 49. Legislação aplicável às prestações atribuídas por velhice no âmbito do Sistema Previdencial

Decreto-lei n.º 265/99 de 14/07	Procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a protecção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência
Decreto-lei n.º 309 A/2000 de 30/11	Altera o artigo 7.º do Decreto-lei n.º 265/99, de 14/07 (procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a protecção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência)
Decreto-lei n.º 187/2007 de 10/05	Aprova o regime de protecção nas eventualidades invalidez e velhice dos beneficiários do regime geral de segurança social.

Fonte própria

f) Protecção em caso de Morte:

A protecção por morte dos beneficiários do Sistema Previdencial, quer sejam trabalhadores activos quer pensionistas, é concretizada através da atribuição de pensões de sobrevivência, de complemento por morte, de subsídio de morte e do pagamento das despesas de funeral.

As pensões de sobrevivência são prestações que têm por objectivo compensar os familiares do beneficiário da perda de rendimentos de trabalho determinada pela morte deste e depende da verificação de um prazo de garantia de 36 meses, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações.

O montante a atribuir na pensão de sobrevivência é uma percentagem da pensão do beneficiário ou daquela a que teria direito à data do falecimento calculada conforme as regras específicas.

O pagamento destas prestações tem início no mês seguinte ao do falecimento se forem requeridas no prazo de 6 meses a contar da morte do beneficiário ou do requerimento se não for requerida neste prazo e cessa por morte dos destinatários do subsídio, casamento (cônjuge e ex-cônjuge), limite de idade (descendentes) e declaração de incapacidade sucessória.

O complemento por dependência tem por objectivo minimizar os encargos resultantes de dependência do pensionista.

O subsídio por morte destina-se a compensar os encargos decorrentes da morte do beneficiário, tendo em vista facilitar a reorganização da vida familiar, através de uma prestação única e de acordo com o expresso na lei.

O pagamento das despesas de funeral – é atribuído à pessoa que prove ter pago as despesas de funeral, quando não existirem familiares com direito ao subsídio por morte.

Os montantes das quatro prestações acima referidas são os constantes da Tabela 50.

Tabela 50. Montantes das prestações por morte e períodos de concessão

Prestação	Montante	Período de concessão
Pensão de sobrevivência	<p>Percentagem da pensão do beneficiário ou daquela a que teria direito à data do falecimento:</p> <p>Cônjuge e ex-cônjuges</p> <ul style="list-style-type: none"> - 60%, se for um - 70%, se for mais do que um <p>Descendentes</p> <ul style="list-style-type: none"> - 20%, um descendente - 30%, dois descendentes - 40%, três ou mais descendentes <p>Estas percentagens passam para o dobro, caso não haja cônjuge ou ex-cônjuge com direito à pensão</p> <p>Ascendentes</p> <ul style="list-style-type: none"> - 30%, um ascendente - 50%, dois ascendentes - 80%, três ou mais ascendentes <p>Quando houver mais do que um familiar, o montante é repartido em partes iguais.</p>	<p>Cônjuges e ex-cônjuges</p> <ul style="list-style-type: none"> - 5 anos, se tiverem menos de 35 anos à data da morte do beneficiário; - Sem limite de tempo se tiverem 35 anos, ou atingirem esta idade enquanto tiverem direito à pensão ou estiverem em situação de incapacidade total e permanente para qualquer trabalho à data da morte do beneficiário. <p>Descendentes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Até aos 27 anos conforme as regras de atribuição - Sem limite de idade, caso se trate de descendente deficiente
Complemento de dependência (montantes iguais na protecção da velhice e invalidez)	<p>50% da pensão social (no caso das pessoas que não possam praticar, com autonomia, os actos indispensáveis à satisfação de necessidades básicas da vida quotidiana)</p> <p>90 % no caso de pessoas que acumulem as situações de dependência que caracterizam o 1.º grau e se encontrem acamados ou apresentem quadros de demência grave</p>	Enquanto se verificar a situação de dependência
Subsídio por morte	<p>6 vezes a remuneração média mensal dos 2 melhores anos dos últimos 5 com registo de remunerações</p> <p>Limite Mínimo: 6 vezes o valor do IAS</p>	Prestação única
Despesas de funeral	Não pode ultrapassar o montante do subsídio de morte, com o limite de 6 IAS.	Prestação única

Fonte própria

Tabela 51. Legislação aplicável às prestações atribuídas por morte no âmbito do Sistema Previdencial

Decreto-lei n.º 464/80 de 13/10	Estabelece em novos moldes as condições de acesso e de atribuição da pensão social
Decreto-lei n.º 323/90 de 18/10	Define e regulamenta a protecção na eventualidade da morte dos beneficiários do regime geral de segurança social (revoga a secção VII do capítulo V do Decreto n.º 45266, de 23 de Setembro de 1963, e o Regulamento Especial do Regime de Pensões de Sobrevivência, publicado no Diário do Governo, 2.ª série, n.º 21, de 26 de Janeiro de 1971
Decreto Regulamentar n.º 1/94 de 18/01	Regula o acesso às prestações por morte por parte das pessoas que se encontram na situação de união de facto
Decreto-lei n.º 265/99 de 14/07	Procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a protecção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência;
Decreto-lei n.º 309-A/2000	Altera o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 265/99, de 14/07 (procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a protecção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência);
Lei n.º 7/2001 de 11/05	Adopta medidas de protecção das uniões de facto;
Lei n.º 53-B/2006, de 29/12	Cria o Indexante de Apoios Sociais
Portaria 09/2008 de 3/01	Actualiza o valor do indexante de apoios sociais

Fonte própria

g) Protecção no desemprego:

Para efeitos desta protecção, é considerado como desemprego toda a situação decorrente da inexistência total e involuntária de emprego do beneficiário com capacidade e disponibilidade para o mesmo e inscrito no centro de emprego e ter o prazo de garantia previsto na lei.

Assim, as pessoas abrangidas por esta protecção são os trabalhadores abrangidos pelo regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem e os pensionistas de invalidez que sejam considerados aptos para o trabalho.

A concretização da protecção no desemprego é feita através de medidas passivas e activas.

As medidas passivas traduzem-se na atribuição dos subsídios de:

- Desemprego;
- Social de desemprego inicial ou subsequente ao subsídio de desemprego, nos casos em que não seja atribuível subsídio de desemprego, os beneficiários tenham esgotado os períodos de concessão do subsídio de

desemprego e o rendimento do agregado familiar, por pessoa, igual ou inferior a 80% do valor do IAS

- Desemprego parcial nas situações em que o beneficiário, a receber subsídio de desemprego, celebre contrato de trabalho a tempo parcial, nos termos da lei, e a retribuição do trabalho a tempo parcial seja inferior ao montante do subsídio de desemprego e o número de horas semanal do trabalho parcial igual esteja compreendido entre 20% e 75% do período normal de trabalho a tempo completo

As medidas activas traduzem-se:

- No pagamento, por uma só vez, do montante global das prestações de desemprego com vista à criação do próprio emprego;
- Na possibilidade de acumular o subsídio de desemprego parcial com trabalho parcial;
- Na suspensão total ou parcial das prestações de desemprego durante a frequência de curso de formação profissional com atribuição de compensação remuneratória;
- Na manutenção das prestações de desemprego durante o período de exercício de actividade ocupacional;
- Noutras medidas que promovam a melhoria dos níveis de empregabilidade e a reinserção no mercado de trabalho dos beneficiários das prestações de desemprego.

A remuneração de referência é calculada, no caso de:

- Subsídio de desemprego – pelo quociente entre o total de remunerações registadas nos doze meses civis que antecedem o segundo mês anterior ao início do desemprego por 360 dias (30 x 12 meses);
- Subsídio Social de Desemprego – pelo quociente entre o total de remunerações registadas nos seis meses civis que antecedem o segundo mês anterior ao início do desemprego por 180 dias (30 x 6 meses);

Na Tabela 52 apresentam-se os montantes das prestações no âmbito da protecção no desemprego.

O período de concessão do destes subsídios é estabelecido em função da idade do beneficiário e do número de meses com registo de remunerações no período imediatamente anterior à data do desemprego, quer para determinação do período de concessão quer dos acréscimos, nos termos da Tabela 53.

Tabela 52. Montantes das prestações de protecção no desemprego

Prestações	Montantes	Observações
Subsídio de Desemprego	65% da remuneração de referência	Limites: - mínimo: valor do IAS ou da remuneração de referência, dos dois o mais baixo - máximo: 3 x IAS
Subsídio Social de Desemprego	100% do IAS para os beneficiários com agregado familiar 80% para os beneficiários isolados	Sempre que pela aplicação das percentagens fixadas resulte um valor superior ao valor líquido da remuneração de referência o subsídio é reduzido ao montante desta remuneração. Não pode ser superior ao subsídio de desemprego que o antecedeu Durante o período de concessão do subsídio social de desemprego o seu montante é adaptado às alterações relativas ao agregado familiar
Subsídio de Desemprego Parcial	diferença entre o valor do subsídio de desemprego acrescido de 35% deste valor e o da retribuição por trabalho a tempo parcial	

Fonte própria

Tabela 53. Período de concessão das prestações de desemprego

Idade do Beneficiário	Nº meses de registo de remunerações	Período de concessão	
		N.º de dias	Acréscimo
Inferior a 30 anos	≤ 24	270	-
	> 24	360	30 dias por cada 5 anos com registo de remunerações
Igual superior a 30 e inferior a 40 anos	≤ 48	360	
	> 48	540	30 dias por cada 5 anos com registo de remunerações nos últimos 20 anos
Igual ou superior a 40 e inferior a 45 anos	≤ 60	540	-
	> 60	720	30 dias por cada 5 anos com registo de remunerações nos últimos 20 anos
Igual ou superior a 45 anos	≤ 72	720	-
	> 72	900	60 dias por cada 5 anos com registo de remunerações nos últimos 20 anos

Fonte: www.seg-social.pt

No entanto, o período de concessão do subsídio social de desemprego, quando é atribuído subsequentemente ao subsídio de desemprego, tem uma duração correspondente a metade dos períodos constantes na referida Tabela 53, tendo em conta a idade do beneficiário à data em que cessou a concessão do subsídio de desemprego.

A duração do subsídio de desemprego parcial tem como limite o período de concessão que foi definido para o subsídio de desemprego que se encontrava em curso.

Durante o período de concessão das prestações de desemprego, os beneficiários devem:

- Aceitar emprego conveniente, formação profissional e outras medidas activas de emprego em vigor desde que ajustadas ao perfil dos beneficiários,
- Procurar activamente emprego pelos seus próprios meios e efectuar a sua demonstração perante o centro de emprego;
- Cumprir o dever de apresentação quinzenal e efectuar a sua demonstração perante o centro de emprego;
- Sujeitar-se a medidas de avaliação, acompanhamento e controlo, nomeadamente comparecer nas datas e nos locais que lhes forem determinados pelo centro de emprego.

Tabela 54. Motivos de suspensão e cessação das prestações por desemprego

Suspensão	Cessação
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento do direito aos subsídios de maternidade, paternidade e por adopção; • Exercício de actividade profissional por conta de outrem ou por conta própria por período consecutivo inferior a três anos; • Frequência de curso de formação profissional com atribuição de compensação remuneratória, havendo dedução desta ao valor da prestação de desemprego; • Registo de remunerações relativo a férias não gozadas na vigência do contrato; • Ausência de território nacional, excepto durante o período anual de dispensa de cumprimento de deveres comunicado ao centro de emprego ou para execução de tratamento médico; • Detenção em estabelecimento prisional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Termo da concessão; • Passagem do beneficiário à situação de pensionista por invalidez ou de velhice, quando verificada a idade legal de acesso e o prazo de garantia; • Alteração dos rendimentos do agregado familiar para um valor mensal superior a 80% do valor do IAS, por pessoa, no caso do subsídio social de desemprego; • Anulação da inscrição para emprego no centro de emprego; • Utilização de meios fraudulentos determinantes de ilegalidade relativa à atribuição e aos montantes das prestações de desemprego.

Fonte própria

Nas situações de desemprego de longa duração devidamente comprovadas e após esgotado o período de concessão dos subsídios de desemprego ou social de desemprego inicial, os beneficiários podem aceder à pensão de velhice, por antecipação da idade, nos seguintes termos:

- Aos 62 anos, os beneficiários que preencham o prazo de garantia legalmente exigido e tenham, à data do desemprego, idade igual ou superior a 57 anos;

- Aos 57 anos, os beneficiários que, à data do desemprego, cumulativamente, tenham idade igual ou superior a 52 anos e possuam carreira contributiva de, pelo menos, 22 anos civis com registo de remunerações;
- Aos 62 anos, os beneficiários que preencham o prazo de garantia de 22 anos com registo de remunerações, com a aplicação de uma taxa de redução à pensão de velhice.

As prestações por desemprego não são acumuláveis com prestações remuneratórias por perda da remuneração do trabalho, pensões atribuídas pelos regimes da segurança social e com prestações de pré-reforma ou outras pagas pela entidade empregadora ao trabalhador por motivo de cessação do contrato de trabalho.

Tabela 55. Legislação aplicável às prestações atribuídas por desemprego no âmbito do Sistema Previdencial

Lei nº 53-B/2006 de 29/12	Cria o Indexante de Apoios Sociais;
Decreto-lei n.º 220/2006 de 3/11	Estabelece o regime jurídico de protecção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem e revoga os Decretos-lei n.º 119/99, de 14/04, e n.º 84/2003, de 24/04;
Portaria 09/2008 de 3/01	Actualiza o valor do indexante de apoios sociais

Fonte própria

h) Protecção nas situações de doença profissional:

A protecção nas situações de doença profissional integra-se no âmbito material do regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem e dos independentes.

São consideradas como doenças profissionais as doenças, constantes de lista regulamentada por decreto e de que o trabalhador esteja afectado por ter estado exposto ao respectivo risco pela natureza da actividade ou condições, ambiente e técnicas do trabalho habitual. Embora não incluídas na lista consideram-se também as lesões, perturbações funcionais ou doenças, desde que sejam consequência necessária e directa da actividade exercida pelos trabalhadores e não representem normal desgaste do organismo.

As prestações por doença profissional, atribuídas independentemente da verificação de qualquer prazo de garantiam, concretizam-se em prestações pecuniárias e em espécie.

As primeiras compreendem indemnização por incapacidade temporária para o trabalho, pensão provisória, indemnização em capital e as pensões por incapacidade permanente para o trabalho, subsídio por situação de elevada incapacidade permanente, subsídios por morte e por despesas de funeral, pensões por morte, prestação suplementar à pensão, prestações adicionais nos meses de Julho e Dezembro, subsídio para readaptação de habitação e subsídio para a frequência de cursos de formação profissional.

As segundas referem-se à assistência quer médica e cirúrgica quer medicamentosa e farmacêutica, aos cuidados de enfermagem e hospitalização e de tratamentos termais, ao fornecimento de próteses e ortóteses, aos serviços de recuperação e reabilitação profissional ou de formação profissional, ao reembolso das despesas de deslocação, de alimentação e de alojamento indispensáveis à concretização das prestações anteriores.

O direito às prestações por doença profissional é certificado pelo Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais com base no parecer de peritos médicos competentes e reconhecido aos beneficiários portadores da doença profissional. E o direito às pensões por morte do beneficiário que seja portador de doença profissional é reconhecido aos familiares ou pessoas equiparadas.

De salientar que os montantes das prestações de natureza indemnizatória são determinados pela aplicação da percentagem legalmente fixada à remuneração de referência e o das restantes prestações em função das despesas realizadas ou por indexação a determinados valores.

Tabela 56. Legislação aplicável às prestações atribuídas em situações de doenças profissionais no âmbito do Sistema Previdencial

Decreto-lei n.º 341/93 de 30/09	Cria a tabela nacional de incapacidade por acidentes de trabalho e doenças profissionais
Lei n.º 100/97 de 13/09	Aprova o novo regime jurídico de acidentes de trabalho e das doenças profissionais;
Decreto-lei n.º 142/99 de 30/04	Cria o Fundo de Acidentes de Trabalho;
Decreto-lei n.º 143/99 de 30/04	Regulamenta a lei n.º 100/97, no que diz respeito à reparação de danos emergentes de acidentes de trabalho;
Decreto-lei n.º 159/99 de 11/05	Regulamenta o seguro obrigatório de acidentes de trabalho para os trabalhadores independentes;
Decreto-lei n.º 248/99 de 2/07	Procede à reformulação e aperfeiçoamento global da regulamentação das doenças profissionais;
Decreto-lei n.º 503/99 de 20/11	Aprova o novo regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais no âmbito da Administração Pública
Decreto Regulamentar 5/2001 de 3/05	Regulamenta a composição, a competência e o funcionamento da Comissão Nacional de Revisão da Lista das Doenças Profissionais;

continuação

Decreto Regulamentar n.º 6/2001 de 5/05	Aprova a lista das doenças profissionais e o respectivo índice codificado
Portaria n.º 1036/2001 de 23/09	Define a composição e funcionamento e regulamenta a competência da Comissão Permanente para a Revisão e Actualização da Tabela Nacional de Incapacidades
Lei n.º 53-B/2006, de 29/12	Criação do Indexante de Apoios Sociais;
Decreto Regulamentar n.º 76/2007 de 17/07	Altera o Decreto-lei n.º 6/2001 que aprova a lista das doenças profissionais e respectivo índice codificado;
Portaria n.º 09/2008 de 3/01	Actualiza o valor do indexante de apoios sociais.

Fonte própria

3.2.3.2. No âmbito do regime dos trabalhadores independentes e do regime do seguro social voluntário

As prestações apresentadas, no ponto 3.2.3.1. são garantidas a todos os beneficiários abrangidos pelo regime geral dos trabalhadores por conta de outrem da segurança social. No entanto, é necessário esclarecer que os beneficiários do regime dos trabalhadores independentes e do regime do seguro social voluntários também têm direito a algumas das prestações mencionadas.

Assim, no caso dos beneficiários do regime dos trabalhadores independentes que tenham optado pelo esquema de protecção obrigatório, têm direito à protecção nas seguintes eventualidades:

- Maternidade, paternidade e adopção:

A protecção da Maternidade dos trabalhadores independentes, não integra o subsídio correspondente à licença de 5 dias a gozar pelo pai nem os subsídios de assistência a descendentes doentes, nem para assistência a deficientes profundos e/ou crónicos, nem por licença parental e nem por faltas especiais dos avós

- Invalidez;

- Velhice;

- Morte;

- Doenças profissionais.

As prestações por encargos familiares, dos trabalhadores destes regimes, encontram-se abrangidas pelo Subsistema de Protecção Familiar do Sistema de Protecção Social de Cidadania da Segurança Social, abordado em 3.1.3.

No entanto, os trabalhadores independentes, no caso de terem optado pelo esquema alargado, têm ainda direito à protecção na eventualidade da doença, com as seguintes alterações ao que atrás foi abordado para os trabalhadores dependentes do regime geral:

- O subsídio não é pago nos 30 primeiros dias de doença;
- O período máximo de concessão é de 365 dias e sem limite de tempo no caso da tuberculose;
- As prestações compensatórias dos subsídios de férias e de Natal ou de outros de natureza análoga não fazem parte do esquema de protecção na doença dos trabalhadores independentes.

Tabela 57. Legislação aplicável à atribuição das prestações aos trabalhadores independentes

Decreto-Lei n.º 328/93 de 25/09, com a redacção dada pelos Decreto-Lei n.º 240/96 de 14/12, Decreto-Lei n.º 397/99 de 13/10, Decreto-Lei n.º 159/2001 de 18/05 e Decreto-Lei n.º 119/2005 de 22/07	Estabelece o regime de segurança social dos trabalhadores independentes
Decreto-Lei n.º 28/2004 de 4/02	Estabelece o novo regime jurídico de protecção social na eventualidade de doença, no âmbito do subsistema previdencial de segurança social
Decreto-Lei n.º 77/2005 de 13/04	Estabelece o regime jurídico de protecção social na maternidade, paternidade e adopção no âmbito do subsistema previdencial de segurança social face ao regime preconizado na legislação do trabalho vigente;
Lei n.º 53-B/2006, de 29/12	Cria o Indexante de Apoios Sociais;
Portaria 09/2008 de 3/01	Actualiza o valor do indexante de apoios sociais.

Fonte própria

No regime do seguro social voluntário, as prestações garantidas dependem da actividade das pessoas abrangidas, da sua taxa contributiva e respeitam as regras estabelecidas para os trabalhadores por conta de outrem, embora haja condições especiais nos prazos de garantia, conforme Tabela 58..

Os beneficiários do regime de seguro social voluntário que não optem pela generalidade das situações, podem escolher um esquema de protecção mais restrito que só inclui invalidez, velhice e morte.

Estes também têm direito às prestações por encargos familiares que se encontram abrangidas pelo Subsistema de Protecção Familiar do Sistema de Protecção Social de Cidadania da Segurança Social, abordado em 3.1.3.

Tabela 58. Eventualidades cobertas no regime do seguro social voluntário

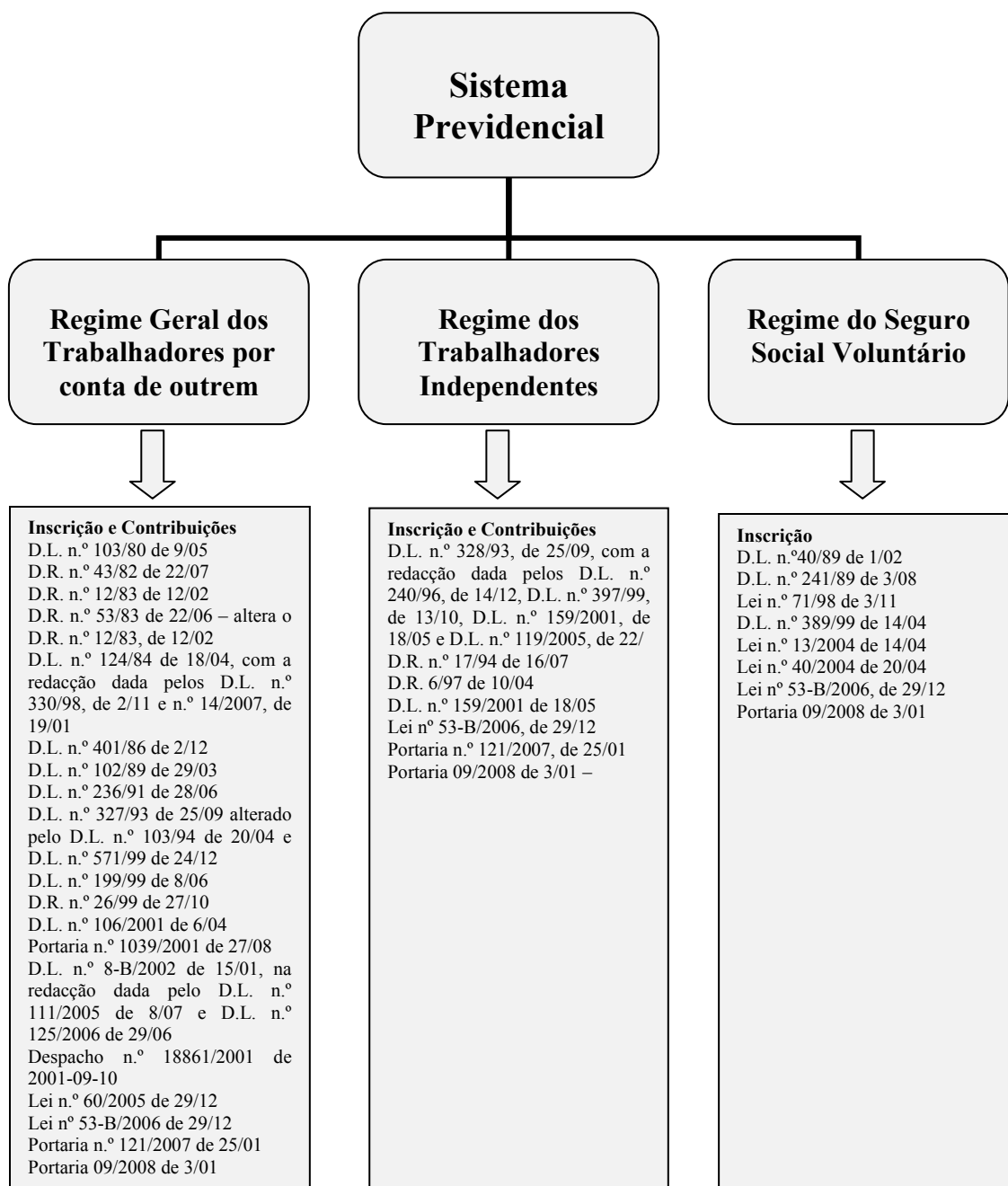
Beneficiários	Taxas contributivas	Eventualidades cobertas	Prazos de garantia
Generalidade das situações	16%	Invalidez Velhice Morte	Invalidez - 72 meses de contribuições Velhice - 144 meses de contribuições Morte – Pensão de sobrevivência – 72 meses de contribuições Morte – Subsídio por morte – 36 meses de contribuições
Voluntários sociais	16,5%	Invalidez Velhice Morte Dependência e deficiência de crianças e jovens	
Bombeiros Voluntários	19,5%	Invalidez Velhice Morte Doenças profissionais Dependência e deficiência de crianças e jovens	
Bolseiros de investigação	20%	Doença Invalidez Velhice Morte Doença Doenças profissionais Maternidade, paternidade e adopção	
Trabalhadores que exerçam actividade em barcos de empresas estrangeiras	23%	Invalidez Velhice Morte Doença Maternidade, paternidade e adopção Doenças profissionais Dependência e deficiência de crianças e jovens	

Adaptação própria de www.seg-social.pt**Tabela 59.** Legislação aplicável à atribuição das prestações no âmbito do seguro social voluntário

Decreto-lei n.º 40/89 de 1/02	Institui o seguro social voluntário no âmbito da Segurança Social;
Decreto-lei n.º 241/89 de 3/08	Regulamenta o Estatuto Social do Bombeiro;
Lei n.º 71/98 de 3/11	Bases do enquadramento jurídico do voluntariado;
Decreto-lei n.º 389/99 de 14/04	Regulamenta a Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro que estabeleceu as bases do enquadramento jurídico do voluntariado;
Lei 13/2004 de 14/04	Estabelece o enquadramento jurídico do agente da cooperação portuguesa e define o respectivo estatuto jurídico
Lei n.º 40/2004 de 20/04	Cria o estatuto do Bolseiro de Investigação.

Fonte própria

O esquema abaixo resume a legislação em vigor no âmbito do Sistema de Previdencial, por regime:



Fonte própria

A Tabela 60 resume a legislação das prestações concedidas no âmbito do Sistema Previdencial:

Tabela 60. Resumo da legislação que regulamenta as prestações atribuídas no Sistema Previdencial

PRESTAÇÕES	Regimes	Legislação	Observações
Encargos Familiares	Todos	D.L. n.º 133-B/97 de 30/05, com a redacção dada pelo D.L. n.º 341/99 de 25/08 e pelo D.L. n.º 250/2001 de 21/09 D.L. n.º 176/2003 de 2/08 Lei n.º 53-B/2006, de 29/12 D.L. n.º 308-A/2007 de 05/09 Portaria 09/2008 de 3/01 Portaria n.º 346/2008 de 2/05 D.L. n.º 87/2008 de 28/05 Portaria n.º 425/2008 de 16/06	As prestações por encargos familiares encontram-se abrangidas pelo Subsistema de Protecção Familiar do Sistema de Protecção Social de Cidadania da Segurança Social
Doença	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhadores por conta de outrem Trabalhadores independentes Seguro Social Voluntário 	Lei n.º 99/2003 de 27/08 D.L. n.º 28/2004 de 4/02 Lei n.º 35/2004 de 29/07 D.L. n.º 146/2005 de 26/08 Lei n.º 53-B/2006, de 29/12 Portaria n.º 91/2007 de 22/01 Portaria 09/2008 de 3/01	No caso do regime dos trabalhadores independentes e do regime do Seguro Social Voluntário a atribuição desta prestação está dependente do esquema de contribuições
Maternidade	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhadores por conta de outrem Trabalhadores independentes Seguro Social Voluntário 	D.L. n.º 154/88 de 29/04 com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 333/95 de 23/12, pelo D.L. n.º 347/98, de 9/11, pelo D.L. n.º 77/2000 de 9/05, pelo D.L. Lei n.º 77/2005, de 13/04, e pelo D.L. n.º 105/2008 de 25/06 D.L. n.º 333/95 de 23/12 D.L. n.º 347/98 de 9/11 D.L. n.º 77/2000 de 9/05 Lei n.º 99/2003 de 27/08 Lei n.º 35/2004 de 29/07 D.L. n.º 77/2005 de 13/04 Lei n.º 53-B/2006 de 29/12 Portaria 09/2008 de 3/01 D.L. n.º 105/2008 de 25/06	No caso do regime do Seguro Social Voluntário a atribuição desta prestação está dependente do esquema de contribuições
Invalidez	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhadores por conta de outrem Trabalhadores independentes Seguro Social Voluntário 	D.L. n.º 265/99 de 14/07	
Velhice		D.L. n.º 309-A/2000 de 30/11 D.L. n.º 187/2007 de 10/05	
Morte	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhadores por conta de outrem Trabalhadores independentes Seguro Social Voluntário 	D.L. n.º 464/80 de 13/10 D.L. n.º 323/90 de 18/10 D.R. n.º 1/94 de 18/01 D.L. n.º 265/99 de 14/07 D.L. n.º 309-A/2000 Lei n.º 7/2001 de 11/05 Lei n.º 53-B/2006, de 29/12 Portaria 09/2008 de 3/01	
Desemprego	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhadores por conta de outrem Trabalhadores independentes Seguro Social Voluntário 	Lei n.º 53-B/2006 de 29/12 D.L. n.º 220/2006 de 3/11 Portaria 09/2008 de 3/01	No caso do regime dos trabalhadores independentes e do regime do Seguro Social Voluntário a atribuição desta prestação está dependente do esquema de contribuições
Doenças Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhadores por conta de outrem Trabalhadores independentes Seguro Social Voluntário 	D.L. n.º 341/93 de 30/09 Lei n.º 100/97 de 13/09 D.L. n.º 142/99 de 30/04 D.L. n.º 143/99 de 30/04 D.L. n.º 158/99 de 11/05 D.L. n.º 248/99 de 2/07 D.L. n.º 503/99 de 20/11 D.R. n.º 5/2001 de 3/05 D.R. n.º 6/2001 de 5/05 Portaria n.º 1036/2001 de 23/09 Lei n.º 53-B/2006, de 29/12 D.R. n.º 76/2007 de 17/07 Portaria 09/2008 de 3/01	No caso do regime do Seguro Social Voluntário a atribuição desta prestação está dependente do esquema de contribuições

Fonte própria

3.3. Sistema Complementar

O Sistema Complementar da Segurança Social está descrito do artigo 81º ao artigo 86º da LBSS.

O sistema complementar compreende:

- i. Regime público de capitalização que é um regime de adesão voluntária individual, cuja organização e gestão é da responsabilidade do Estado. Visa a atribuição de prestações complementares às concedidas pelo sistema previdencial, tendo em vista o reforço da protecção social dos beneficiários, que se encontram abrangidas pelo regime de protecção social de enquadramento obrigatório;
- ii. Regimes complementares que são reconhecidos como instrumentos significativos de protecção e de solidariedade, concretizada na partilha das responsabilidades sociais, devendo o seu desenvolvimento ser estimulado pelo Estado através de incentivos adequados. Estes são regimes de instituição facultativa e podem ser de iniciativa colectiva quando se dirigem a um grupo determinado de pessoas ou de iniciativa individual assumem as formas de planos de poupança-reforma, de seguros de vida, de seguros de capitalização e de modalidades mutualistas.

A adesão ao regime público de capitalização determina a obrigatoriedade de permanência o regime até ao momento da renovação, que é automática. Este período não pode ter duração inferior a um ano, excepto no ano de adesão e a há obrigatoriedade do pagamento das contribuições devidas a partir do mês seguinte à adesão. As contribuições a pagar mensalmente são calculadas pela aplicação de uma taxa contributiva de 2% ou 4% ou 6%, se o aderente tiver 50 anos ou mais, escolhida no momento de adesão e só pode ser alterada no momento de renovação.

A obrigatoriedade de pagamento de contribuições é suspensa nos casos de cessação da relação jurídica de emprego ou do exercício de actividade independente, por vontade expressa, por invalidez absoluta ou relativa, por incumprimento da obrigação contributiva por período de três meses consecutivos ou inexistência de capital na conta individual ou por impedimento para o trabalho por motivo de doença por período superior a trinta dias consecutivos.

E cessa quando ocorre a morte do aderente, a atribuição da pensão de velhice ou em situações de invalidez absoluta.

O aderente pode optar no momento de adesão se quer receber o valor do complemento pela atribuição do complemento sob a forma de renda vitalícia, pelo resgate do capital acumulado ou pela transferência do capital acumulado para o plano de complemento de filhos e cônjuge.

Tabela 61. Legislação aplicável ao Sistema Complementar da Segurança Social

Decreto-Lei n.º 26/2008 de 22/02	Estabelece a regulamentação aplicável ao regime público de capitalização, destinada à atribuição de um complemento de pensão ou de aposentação por velhice;
Portaria 211/2008 de 29/02	Estabelece o modelo de adesão ao regime público de capitalização e a forma de cumprimento da obrigação contributiva;
Portaria 212/2008 de 29/02	Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Certificados de Reforma.

Fonte própria

4 – O Financiamento da Segurança Social

A LBSS preconiza que o financiamento do sistema da segurança social obedece ao princípio da diversificação das fontes de financiamento e da adequação selectiva. O primeiro princípio concretiza-se na ampliação das bases de obtenção de recursos financeiros, enquanto o segundo na afectação dos recursos financeiros de acordo com a natureza e objectivos das modalidades de protecção social definidas na lei.

Nos termos do art. 90º da LBSS, a Protecção Social das eventualidades cobertas pelos Regimes de Segurança Social, efectua-se através da atribuição de prestações pecuniárias destinadas a substituir os rendimentos de actividade profissional perdidos e a compensar a perda de capacidade de ganho.

No Sistema Previdencial as prestações são financiadas pelas quotizações dos trabalhadores, vinculados ou não por contrato individual de trabalho, e pelas contribuições das respectivas entidades empregadoras. O Sistema Previdencial deve ser fundamentalmente auto financiado, tendo por base uma relação sinalagmática directa entre a obrigação legal de contribuir e o direito às prestações.

No Sistema de Protecção Social de Cidadania as prestações atribuídas são financiadas por transferências do Orçamento de Estado e por consignação de receitas fiscais.

5 – Conclusões e Perspectivas Futuras

Verificamos que integram a Segurança Social os sistemas de Protecção Social de Cidadania, Previdencial e Complementar e que todos os cidadãos devem ter acesso e direito.

No entanto, há regras específicas para cada um deles que se encontram dispersas por legislação avulsa, em número elevado, e alguma com mais de vinte anos de vigência. Este facto dificulta não só a sua consulta como a sua articulação.

Assim, consideramos que é premente a aprovação de um Código, que sistematize a relação jurídica contributiva com a Segurança Social, bem como a protecção prevista e ao dispor dos cidadãos.

Este Código, além de permitir uma melhor organização da legislação, iria igualmente obrigar a uma revisão crítica do que se encontra legislado. Esta verificação permitiria não só uma actualização de algumas normas de forma a enquadrarem-se na realidade actual, mas também possibilitaria deixar de existir diplomas que corrigem e actualizam parcialmente outros.

Com base no que analisámos, propomos que a estrutura desse código tenha quatro partes, divididas por secções.

Desta forma, a Parte I destinar-se-ia a definir Objectivos e Princípios da Segurança Social, onde se enquadravam:

- i. As normas constitucionais;
- ii. Os objectivos e os princípios da Segurança Social;
- iii. A administração e organização da Segurança Social;
- iv. Financiamento da Segurança Social.

A Parte II referir-se-ia à Composição dos Sistemas da Segurança Social, sendo que nas 3 secções se analisaria cada um dos subsistemas da seguinte forma:

Secção I – Sistema de Protecção Social de Cidadania

- 1) Objectivos; Caracterização e Composição do Sistema;
- 2) Subsistema de acção social;
- 3) Subsistema de solidariedade não contributivo;
- 4) Subsistema de protecção familiar.

Secção II – Sistema Previdencial

- 1) Objectivos e Âmbito do Sistema
- 2) Regimes abrangidos;
- 3) Relação jurídica:
 - (a) A obrigação de vinculação;
 - (b) A obrigação contributiva

Secção III – Sistema Complementar

- 1) Composição
- 2) Adesão
- 3) Contribuições
- 4) Prestações
- 5) Gestão do Sistema

A Parte III disporia as Eventualidades objecto de protecção de cada subsistema:

Secção I – Subsistema de Solidariedade

- 1) Prestações de rendimento social de inserção;
- 2) Pensões sociais: invalidez, velhice, complemento por dependência, complemento extraordinário de solidariedade e protecção especial na invalidez;
- 3) Subsídios sociais – maternidade, paternidade, adopção e riscos específicos;
- 4) Complemento Solidário para Idosos;
- 5) Complementos sociais – pensão de orfandade e pensão de viuvez;

Secção II – Subsistema de Protecção Familiar

- 1) Prestações por Encargos Familiares – abono de família pré-natal, com majoração para famílias monoparentais e numerosas, Subsídio de funeral;
- 2) Encargos no domínio da deficiência e/ou dependência – Bonificação do abono de família para crianças e jovens portadores de deficiência com majoração das famílias monoparentais, Subsídio de frequência de estabelecimento de educação especial, Subsídio por assistência a terceira pessoa;

Secção III – Sistema Previdencial

- 1) Prestações por Encargos Familiares - Abono de família pré-natal; Majoração do abono de família pré-natal para famílias monoparentais; Abono de família para crianças e jovens; Majoração do abono de família para crianças e jovens para famílias monoparentais e para famílias numerosas; Subsídio de funeral.
- 2) Prestações para protecção na doença
- 3) Maternidade, Paternidade e Adopção;
- 4) Protecção nas eventualidades Invalidez e Velhice
- 5) Protecção em caso de Morte – pensão de sobrevivência, complemento por dependência, subsídio por morte,
- 6) Protecção Social da eventualidade de desemprego;
- 7) Doenças Profissionais;

Na última parte, Parte IV ficaria reservada para as Garantias e contencioso, nomeadamente:

- 1) Deveres do Estado e dos Beneficiários
- 2) Procedimento administrativo
- 3) Crimes contra a Segurança Social
- 4) Contra-ordenações
- 5) Restituição e reembolsos das prestações

A legislação mencionada no presente trabalho seria englobada nas Partes I, II e III.

6 – Referências Bibliográficas

Apelles, J. B. Conceição, 2001, *Segurança Social – Manual Prático*, Rei dos Livros, Lisboa.

Apelles, J. B. Conceição, 2001, *Regimes Especiais Contributivos*, Rei dos Livros, Lisboa.

Conselho Económico e Social - Comissão Permanente de Concertação Social, *Acordo sobre a Reforma da Segurança Social, Lisboa 10 de Outubro de 2006*, disponível em http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/BF2E7DA8-4F29-469D-ABDC-7D7089F116E5/0/Acordo_Reforma_Seguranca_Social.pdf (2008-01-03)

Conselho Económico Social, *Concertação Social, Evolução*, disponível em <http://www.ces.pt/cms/91> (2008-01-03)

Departamento de Segurança Social da Organização Internacional do Trabalho, 2006, *Manual da Administração da Segurança Social*, disponível em <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/administracaoegsocial.pdf> (2008-06-23)

Galhardas, Duarte: *Tributação dos Regimes Complementares da Segurança Social*, in Fisco, n.º 76/77

Garrides Portugal, 2007, *A Nova Lei de Bases da Segurança Social*, N.º 1 – Janeiro 2007 disponível em http://www.garrigues.com/doc/MicroPortugal/AreaComunicacion/Novedades/novidade_slaboral107_12092007142247.pdf

Hespanha, Pedro; Monteiro, Alcina; Ferreira, A. Cardoso; Rodrigues, Fernanda; Nunes, M: Helena; Hespanha, M. José; Madeira, Rosa; van den Hoven, Rudy; Portugal, Sílvia, 2000, *Entre o Estado e o Mercado. As fragilidades das Instituições de Protecção Social em Portugal*, Coimbra Quarteto.

Leitão, Luís Menezes, 2000, *O Procedimento Administrativo Tributário de Liquidação e Cobrança das Contribuições para a Segurança Social*, in Seminário “Direito da Segurança Social”, Tribunal de Contas, Lisboa.

Leite, Luís Ferreira, 2002, *Curso de Direito sancionário da Segurança Social – A Regularização da Dívida à Segurança Social*, Almedina, Coimbra.

Martins, Alcides, 2007, *Legislação da Segurança Social - Tomo 1: Sistemas Previdencial e Complementar*, Dislivro.

Martins, Ana, Santos; Santos, Maria de Fátima; Afonso, Mário Romano - *Prática Profissional versus Cultura Organizacional*, disponível em <http://www.cpihts.com/Tese%20mario%20afonso01.pdf>

Neves, Ilídio das, 1996, *Direito da Segurança Social*, Coimbra Editora

Neves, Ilídio das, 2003, *Lei de Bases da Segurança Social comentada e anotada*, Coimbra Editora

Nunes, Gonçalo Avelãs, 2006, Sumários de *Parafiscalidade e Tributos Especiais*, ISCA/UA

Saldanha, Eduardo e Marques, Luís (2001): *Sistemas de Financiamento da Segurança Social* - Trabalho apresentado no Instituto Superior de Economia e Gestão no âmbito na disciplina de Economia dos Intermediários Financeiros do Curso de Mestrado em Economia Monetária e Financeira, disponível em http://pascal.iseg.utl.pt/~aafonso/eif/pdf/eif2001_6.pdf

Legislação consultada

Lei n.º 2115, D.R. n.º 138, Série I de 1962-06-18- *Promulga as bases da reforma da previdência social – Revoga a Lei n.º 1884*

Decreto-lei n.º 45266. D.R. n.º 224, Série I de 1963-09-23 – *Promulga o Regulamento Geral das Caixas Sindicais de Previdência*

Decreto-lei n.º 169-D/75 de 31/03 – *Criação do Subsídio de Desemprego*

Decreto-Lei n.º 183/77 de 5/05 – *Fixa os princípios gerais de atribuição de subsídios de desemprego*

Decreto-lei n.º 197/77 de 17/05 – *Estabelece disposições referentes à uniformização do regime das prestações complementares do abono de família*

Decreto-lei n.º 549/77 de 31/12 – *Reestrutura os órgãos, serviços e instituições do âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Social*

Decreto-lei n.º 314/78 de 27/10 – *Revê a Organização Tutelar de Menores*

Decreto-lei n.º 103/80 de 09/05 – *Aprova o Regime Jurídico das Contribuições para a Previdência*

Decreto-lei n.º 160/80 de 27/05 – *Regime Não Contributivo*

Decreto-lei n.º 170/80 de 29/05 – *Alarga o âmbito e valoriza as prestações de segurança social à infância, juventude e família*

Decreto Regulamentar n.º 20/80 de 27/05 – *Estabelece os montantes das prestações de segurança social e determina as suas condições de atribuição*

Decreto-lei n.º 464/80 de 13/10 – *Estabelece em novos moldes as condições de acesso e de atribuição da pensão social*

Decreto Regulamentar n.º 71/80 de 12/11 – *Regulamenta a atribuição das prestações do esquema de segurança social dirigido a não beneficiários de regimes de natureza contributiva*

Decreto Regulamentar n.º 14/81 de 07/04 – *Estabelece disposições relativas à atribuição de um subsídio de educação especial, instituído pelo Decreto-Lei n.º 170/80 de 29 de Maio*

Decreto-lei n.º 200/81 de 09/07 – *Alarga o âmbito da Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais a todas as actividades abrangidas pelo regime da Previdência*

Decreto Regulamentar n.º 52/81 de 11/11 – *Actualiza os valores das pensões de invalidez, velhice, sobrevivência e respectivos complementos e alarga o âmbito de aplicação de algumas das referidas prestações*

Decreto-lei n.º 144/82 de 27/04 – *Verificação das situações de incapacidade permanente*

Decreto regulamentar n.º 43/82 de 22/07 – *Regulamenta o esquema de segurança social do pessoal do serviço doméstico*

Decreto-lei n.º 368/82 de 10/09 – *Aprova o regime de seguro social voluntário*

Decreto Regulamentar n.º 5/83 de 31/01 – *Estabelece o regime geral de previdência aplicável ao clero secular e religioso da Igreja Católica e ministros de outras igrejas*

Portaria n.º 98/83 de 29/01 – *Estabelece disposições relativas à atribuição de reforma aos trabalhadores inscritos marítimos beneficiários da Caixa de Previdência e Abono de Família dos Profissionais de Pesca*

Decreto Regulamentar n.º 9/83 de 07/02 – *Fixa as taxas máximas e mínimas das pensões de invalidez e velhice do regime geral da segurança social*

Decreto Regulamentar n.º 12/83 de 12/02 – *Regulamenta a base de incidência das contribuições para a segurança social*

Decreto-lei n.º 164/83 de 27/04 – *Regula o exercício de actividade profissional pelos pensionistas e define os critérios de cumulação dos rendimentos do trabalho com as pensões*

Decreto-lei n.º 251/83 de 11/06 – *Estabelece o regime de segurança social dos trabalhadores por conta própria e por conta de outrem das actividades agrícolas, silvícola e pecuária*

Decreto Regulamentar n.º 53/83 de 22/06 – *Altera o Decreto Regulamentar n.º 12/83 de 12 de Fevereiro (define as bases de incidência das contribuições à Previdência)*

Decreto-lei n.º 297/83 de 24/06 – *Dá nova redacção a vários artigos do Decreto-Lei n.º 183/77 de 5 de Maio (subsídio de desemprego)*

Decreto Regulamentar n.º 57/83 de 24/06 – *Torna extensivo aos profissionais de futebol o regime geral de segurança social*

Portaria n.º 740/83 de 29/06 – *Estabelece o limite de idade de reforma dos trabalhadores portuários*

Decreto-lei n.º 124/84 de 18/04 – *Regula as condições em que devem ser feitas perante a segurança social as declarações do exercício de actividade, bem como as condições e consequências da declaração extemporânea do período de actividade profissional perante as instituições de segurança social*

Decreto-lei n.º 158/84 de 17/05 – *Estabelece e define o regime jurídico aplicável à actividade que, no âmbito das respostas da segurança social, é exercida pelas amas e as condições do seu enquadramento em creches familiares*

Lei n.º 28/84 de 14/08 – *Lei de Bases da Segurança Social*

Despacho Normativo n.º 5/85 de 18/01 – *Aprova o regulamento referente às normas orientadoras do exercício da actividade de ama e do seu enquadramento em creches familiares*

Decreto-lei n.º 2/86 de 2/01 – *Define os princípios básicos a que devem obedecer os lares, com suporte em entidades públicas ou privadas, como forma de resposta social dirigida aos menores transitória ou definitivamente desinseridos do meio familiar*

Decreto-lei n.º 299/86 de 19/09 – *Estabelece incentivos às entidades patronais, mediante desagravamento contributivo, para facilitar a integração dos deficientes no mundo do trabalho*

Decreto-lei n.º 401/86 de 21/12 – *Alarga o âmbito do regime geral de segurança social a todos os trabalhadores que exerçam actividades agrícolas através da vinculação obrigatória ao regime geral dos trabalhadores por conta de outrem ou ao regime dos trabalhadores independentes*

Decreto Regulamentar n.º 14/88 de 30/03 – *Base de incidência contributiva das indemnizações por despedimento*

Decreto-lei n.º 154/88 de 29/04 – *Protecção na maternidade, paternidade e adopção*

Lei n.º 1/89 de 31/01 – *Subsídios e garantias a atribuir aos cidadãos que sofram de paramiloidose (PAF)*

Decreto-lei n.º 18/89 de 11/01 – *Disciplina as actividades de apoio ocupacional aos deficientes graves*

Decreto-lei n.º 29/89 de 23/01 – *Institui o subsídio por assistência de terceira pessoa a deficientes titulares de outras prestações*

Decreto-lei n.º 102/89 de 29/03 – *Regula a incidência, sobre os valores dos subsídios de refeição, da taxa social única*

Decreto-lei n.º 141/89 de 28/04 – *Define o regime jurídico e de protecção social dos ajudantes familiares*

Decreto-lei n.º 241/89 de 3/08 – *Regulamenta o Estatuto Social do Bombeiro, aprovado pela Lei n.º 21/87 de 20 de Junho*, Ministério da Administração Interna

Despacho Conjunto n.º 96/89 de 11/09 – *Regulamenta o funcionamento dos centros de actividades de tempos livres*

Decreto-lei n.º 40/89 de 1/12 – *Institui o seguro social voluntário no âmbito da Segurança Social*

Resolução da Assembleia da República n.º 4/90 de 31/01 – *Aprova, para ratificação, a Convenção Europeia em Matéria de Adopção de Crianças*

Decreto Regulamentar n.º 29/90 de 19/05 – *Garante protecção especial às pessoas que sofrem de paramiloidose familiar*

Decreto Regulamentar n.º 25/90 de 09/08 – *Regulamenta alguns aspectos da Lei n.º 1/89 sobre a protecção nas incapacidades permanentes resultantes de paramiloidose familiar*

Decreto-lei n.º 236/91 de 28/07 – *Reformula, actualiza e simplifica o processo de pagamento das contribuições devidas às instituições de segurança social*

Despacho conjunto n.º 391/91 de 10/08 – *Estabelece as condições de formação para as famílias de acolhimento para pessoas idosas e adultas com deficiência*

Decreto-lei n.º 391/91 de 12/11 – *Disciplina o regime de acolhimento familiar de idosos e adultos com deficiência*

Decreto-lei n.º 190/92 de 03/09 – *Reformula a legislação sobre acolhimento familiar*

Decreto-lei n.º 327/93 de 25/09 – *Estabelece o enquadramento dos membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas no regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem*

Decreto-lei n.º 328/93 de 25/09 – *Revê o regime de segurança social dos trabalhadores independentes*

Decreto-lei n.º 341/93 de 30/09 – *Aprova a Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais*

Decreto Regulamentar n.º 1/94 de 18/01 – *Regula o acesso às prestações por morte por parte das pessoas que se encontram na situação de união de facto*

Decreto-lei n.º 103/94 de 20/04 – *Altera o Decreto-Lei n.º 327/93 de 25 de Setembro (estabelece o enquadramento dos membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas no regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem)*

Decreto Regulamentar n.º 17/94 de 16/07 – Regulamenta o regime de segurança social dos trabalhadores independentes

Decreto-lei n.º 89/95 de 06/05 – Regula a atribuição de incentivos à contratação de jovens à procura do primeiro emprego e de desempregados de longa duração

Decreto-lei n.º 333/95 de 23/12 – Altera o regime de protecção social dos beneficiários do regime geral da segurança social

Lei n.º 19-A/96 de 29/06 – Cria o rendimento mínimo garantido, instituindo uma prestação do regime não contributivo da segurança social e um programa de inserção social

Decreto-lei n.º 240/96 de 14/12 – Altera o Decreto-Lei n.º 328/93 de 25 de Setembro, que estabelece o regime de segurança social dos trabalhadores independentes

Lei n.º 5/97 de 10/02 – Lei Quadro da Educação Pré-Escolar

Decreto-lei n.º 147/97 de 11/06 – Estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar e define o respectivo sistema de organização e financiamento

Decreto-lei n.º 133-A/97 de 30/05 – Estabelece o regime de licenciamento e fiscalização dos estabelecimentos e serviços de apoio social do âmbito da segurança social

Decreto-lei n.º 133-B/97 de 30/05 – Altera o regime jurídico das prestações familiares constante dos Decretos-Leis n.os 197/77, de 17 de Maio, 170/80, de 29 de Maio, e 29/89, de 23 de Janeiro, e demais legislação complementar

Decreto-lei n.º 133-C/97 de 30/05 – Harmoniza o regime jurídico das prestações familiares do regime não contributivo com as alterações introduzidas nas prestações da mesma natureza no âmbito do regime geral de segurança social

Decreto Regulamentar n.º 24-A/97 de 30/05 – Regulamenta o regime jurídico das prestações familiares constante do Decreto-Lei n.º 133-B/97 de 30 de Maio

Despacho conjunto n.º 268/97 de 21/08 – Regulamenta o funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar

Lei n.º 100/97 de 13/09 – Aprova o novo regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais

Decreto-lei n.º 8/98 de 15/01 – Define, perante os regimes de segurança social, a situação dos formandos de acções de formação profissional e dos trabalhadores deficientes em regime de emprego protegido

Lei n.º 17/98 de 21/04 – Regula as condições de financiamento público de projectos de investimento respeitantes a equipamentos destinados à prevenção secundária da toxicodependência

Decreto-lei n.º 120/98 de 08/05 – Altera o regime jurídico da adopção

Despacho conjunto n.º 407/98 de 15/05 – Apoio domiciliário integrado e unidade de vida integrado

Decreto Regulamentar n.º 17/98 de 14/08 – Regula as condições de financiamento público de projectos de investimento respeitantes a equipamentos destinados à prevenção secundária da toxicodependência

Decreto-lei n.º 330/98 de 02/11 – Altera o Decreto-Lei n.º 124/84 de 18 de Abril, estabelece as condições e consequências da falta de comunicação às instituições de segurança social da contratação de novos trabalhadores, quer para as entidades empregadoras, quer para os trabalhadores

Lei n.º 71/98 de 03/11 – Bases do enquadramento jurídico do voluntariado

Decreto-lei n.º 347/98 de 09/11 – Procede à definição e regulamentação do subsídio para assistência a filhos, adoptados ou filhos de cônjuge do beneficiário, que sejam deficientes profundos ou doentes crónicos, e alarga o prazo para o requerimento das prestações de protecção social à maternidade

Decreto-lei n.º 51/99 de 20/02 – Cria a medida rotação emprego-formação e regula os apoios técnicos e financeiros a conceder com vista à sua execução

Decreto-lei n.º 72/99 de 15/03 – Revê o quadro jurídico de apoio às instituições privadas, na área do tratamento e da reinserção social de toxicodependentes

Decreto-lei n.º 119/99 de 14/04 – Estabelece, no âmbito do regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem, o quadro legal da reparação da eventualidade de desemprego

Despacho Conjunto n.º 363/99 de 29/04 – Fixa os requisitos a observar na celebração de acordos de cooperação entre o Estado, através dos centros regionais de segurança social, e instituições particulares sem fins lucrativos, tendo em vista o desenvolvimento de actividades no âmbito do apoio e reinserção social de toxicodependentes

Decreto-lei n.º 142/99 de 30/04 – Cria o Fundo de Acidentes de Trabalho previsto no artigo 39.º da Lei n.º 100/97 de 13 de Setembro

Decreto-lei n.º 143/99 de 30/04 – Regulamenta a Lei n.º 100/97 de 13 de Setembro, no que respeita à reparação de danos emergentes de acidentes de trabalho

Decreto-lei n.º 159/99 de 11/05 – Regulamenta o seguro de acidentes de trabalho para os trabalhadores independentes

Decreto-lei n.º 199/99 de 08/06 – Revê as taxas contributivas do regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem

Decreto-lei n.º 248/99 de 02/07 – Procede à reformulação e aperfeiçoamento global da regulamentação das doenças profissionais em conformidade com o novo regime jurídico aprovado pela Lei n.º 100/97 de 13 de Setembro, e no desenvolvimento do regime previsto na Lei n.º 28/84, de 14 de Agosto

Decreto-lei n.º 265/99 de 14/07 – Procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a protecção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência

Lei n.º 107/99 de 03/08 – Criação da rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência

Decreto-lei n.º 341/99 de 25/08 – Altera os artigos 15.º, 19.º, 37.º, 41.º e 64.º do Decreto-Lei n.º 133-B/97 de 30 de Maio, que regula as prestações por encargos familiares

Lei n.º 147/99 de 01/09 – Lei de protecção de crianças e jovens em perigo

Decreto Regulamentar n.º 15/99 de 17/09 – Altera os artigos 3.º e 9.º do Decreto Regulamentar n.º 24-A/97 de 30 de Maio, que define os rendimentos a declarar para efeitos de determinação do escalão de que depende o montante do subsídio familiar a crianças e jovens e alguns princípios a que deve obedecer a actuação das entidades gestoras das prestações familiares

Lei n.º 171/99 de 18/09 – Combate à desertificação e recuperação do desenvolvimento nas áreas do interior

Decreto-lei n.º 503/99 de 20/11 – Aprova o novo regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais no âmbito da Administração Pública

Decreto-lei n.º 389/99 de 30/09 – Regulamenta a Lei n.º 71/98 de 3 de Novembro, que estabeleceu as bases do enquadramento jurídico do voluntariado

Decreto-lei n.º 397/99 de 13/10 – Altera o Decreto-Lei n.º 328/93 de 25 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 240/96, de 14 de Dezembro, que regula o regime de segurança social dos trabalhadores independentes

Despacho conjunto n.º 891/99 de 19/10 – Define o enquadramento legal de intervenção precoce dirigida a crianças com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento, e sem família

Decreto-lei n.º 429/99 de 21/10 – Cria o Programa Trabalho Seguro e regula os termos da redução da taxa contributiva a aplicar às pequenas e médias empresas, face às boas práticas prosseguidas pelas mesmas, em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho

Decreto Regulamentar n.º 26/99 de 27/10 – *Procede à regulamentação do Decreto-Lei n.º 199/99 de 8 de Junho, que definiu as taxas contributivas aplicáveis no âmbito do regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem*

Despacho Normativo n.º 62/99 de 12/11 – *Aprova as normas que regulam as condições de implantação, localização, instalação e funcionamento dos serviços de apoio domiciliário*

Portaria 1041/99 de 25/11 – *Regulamenta os galardões e prémios a atribuir, as condições de elegibilidade e os critérios de mérito em segurança, higiene e saúde no trabalho complementares, bem como os incentivos a atribuir às empresas distinguidas, os procedimentos administrativos e suportes de informação que se mostrem necessários à execução do Programa Trabalho Seguro*

Decreto-lei n.º 571/99 de 24/12 – *Altera o Decreto-Lei n.º 327/93 de 25 de Setembro, que estabelece o regime de segurança social aplicável aos membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas*

Decreto-lei n.º 77/2000 de 09/05 – *Altera o Decreto-Lei n.º 154/88 de 29 de Abril, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-lei n.os 333/95, de 23 de Dezembro, e 347/98, de 9 de Novembro (define o quadro da protecção social do regime geral da segurança social decorrente da lei da protecção da maternidade e da paternidade)*

Decreto-lei n.º 327/2000 de 19/05 – *Estabelece um regime jurídico de protecção especial na invalidez aos doentes com esclerose múltipla*

Lei n.º 17/2000 de 08/08 – *Aprova as bases gerais do sistema de solidariedade e de segurança social*

Decreto-lei n.º 323/2000 de 18/10 – *Regulamenta a Lei n.º 107/99 de 3 de Agosto, que estabelece o quadro geral da rede pública de casas de apoio às mulheres vítimas de violência*

Decreto-lei n.º 309-A/2000 de 30/11 – *Altera o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 265/99 de 14 de Julho (procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a protecção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência)*

Decreto-lei n.º 106/2001 de 06/04 – *Institui a obrigatoriedade de as entidades empregadoras que tenham número igual ou superior a 10 trabalhadores ao seu serviço procederem à declaração das remunerações dos mesmos em suporte digital ou através de Internet, nos serviços do sistema de solidariedade e segurança social*

Decreto Regulamentar n.º 6/2001 de 05/05 – *Aprova a lista das doenças profissionais e o respectivo índice codificado*

Lei n.º 7/2001 de 11/05 – *Adopta medidas de protecção das uniões de facto*

Decreto-lei n.º 159/2001 de 18/05 – *Adita um novo artigo ao Decreto-Lei n.º 328/93 de 25 de Setembro, estabelecendo uma taxa contributiva mais favorável para os*

trabalhadores agrícolas, e respectivos cônjuges, abrangidos pelo regime geral dos trabalhadores independentes, e institui um regime excepcional e temporário de dispensa parcial do pagamento de contribuição destinado aos pequenos produtores agrícolas e respectivos cônjuges

Despacho conjunto n.º 561/2001 de 22/06 – Reintegração social dos reclusos

Decreto-lei n.º 208/2001 de 27/07 – Define as regras a observar na atribuição do complemento extraordinário de solidariedade

Portaria n.º 1039/2001 de 27/08 – Estabelece normas relativas ao envio por correio electrónico da declaração de remunerações que os contribuintes estão obrigados a entregar nos serviços competentes do sistema de solidariedade e segurança social

Despacho Conjunto n.º 18861/2001 de 10/09 – Estabelece as regras quanto ao pagamento de contribuições e das prestações sociais através da utilização do euro;

Decreto-lei n.º 250/2001 de 21/09 – Dá nova redacção ao n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 133-B/97 de 30 de Maio, que altera o regime jurídico das prestações familiares

Portaria n.º 1036/2001 de 23/09 – Define a composição e funcionamento e regulamenta a competência da Comissão Permanente para a Revisão e Actualização da Tabela Nacional de Incapacidades

Decreto-lei n.º 310/2001 de 10/12 – Estabelece as normas de regulamentação necessárias à boa execução das medidas de incentivo à recuperação acelerada das regiões portuguesas que sofrem de problemas de interioridade, previstas nos artigos 7.º a 11.º da Lei n.º 171/99 de 18 de Setembro

Portaria n.º 1467-A/2001 de 31/12 – Identifica as áreas territoriais que beneficiam para efeitos do disposto na Lei n.º 171/99 de 18 de Setembro (combate à desertificação e recuperação do desenvolvimento nas áreas do interior

Decreto-lei n.º 8-B/2002 de 15/01 – Estabelece normas destinadas a assegurar a inscrição das entidades empregadoras no sistema de solidariedade e segurança social e a gestão, pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, do processo de cobrança e pagamento das contribuições e quotizações devidas à segurança social

Decreto-lei n.º 18/2002 de 29/01 – Altera o Decreto-Lei n.º 464/80 de 13 de Outubro, que estabelece novos moldes às condições de acesso e de atribuição da pensão social, e o Decreto-Lei n.º 8/98, de 15 de Janeiro, que define a situação dos formandos, ainda que portadores de deficiência, de acções de formação profissional e dos trabalhadores deficientes em regime de emprego protegido perante os regimes de segurança social

Portaria n.º 170/2002 de 28/02 – Fixa as regras necessárias ao integral respeito pela decisão da Comissão Europeia relativamente aos incentivos à interioridade previstos na Portaria n.º 56/2002 de 14 de Janeiro

Lei n.º 32/2002 de 20/12 – Aprova as bases da segurança social

Resolução da Assembleia da República n.º 8/2003 de 25/02

Decreto-lei n.º 84/2003 de 24/04 – *Aprova, para ratificação, a Convenção Relativa à Protecção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adopção Internacional, feita na Haia em 29 de Maio de 1993*

Lei n.º 13/2003 de 21/05 – *Revoga o rendimento mínimo garantido previsto na Lei n.º 19-A/96 de 29 de Junho, e cria o rendimento social de inserção*

Declaração de Rectificação n.º 7/2003 de 29/05 – *Revoga o rendimento mínimo garantido, previsto na Lei n.º 19-A/96 de 29 de Junho, e cria o rendimento social de inserção*

Lei n.º 99/2003 de 16/06 – *Aprova o Código do Trabalho*

Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003 de 07/07 – *Aprova o II Plano Nacional contra a Violência Doméstica*

Decreto-lei n.º 176/2003 de 02/08 – *Institui o abono de família para crianças e jovens e define a protecção na eventualidade de encargos familiares no âmbito do subsistema de protecção familiar*

Lei n.º 31/2003 de 22/08 – *Altera o Código Civil, a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, o Decreto-Lei n.º 185/93 de 22 de Maio, a Organização Tutelar de Menores e o Regime Jurídico da Adopção*

Portaria 1191/2003 de 10/10 – *Regula a concessão de apoios a projectos que dêem lugar à criação de novas entidades que originam a criação líquida de postos de trabalho*

Decreto-lei n.º 283/2003 de 08/11 – *Regulamenta a Lei n.º 13/2003 de 21 de Maio, que cria o rendimento social de inserção*

Portaria n.º 105/2004 de 26/01 – *Define os montantes dos apoios especiais previstos nas alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 13/2003 de 21 de Maio*

Portaria n.º 108/2004 de 27/01 – *Aprova o modelo de requerimento da prestação de rendimento social de inserção*

Portaria n.º 337/2004 de 31/01 – *Estabelece o novo regime jurídico de protecção social na eventualidade doença, no âmbito do subsistema previdencial de segurança social*

Decreto-lei n.º 28/2004 de 04/02 – *Estabelece o novo regime jurídico de protecção social na eventualidade doença, no âmbito do subsistema previdencial de segurança social*

Decreto-lei n.º 48/2004 de 03/03 – *Cria o Conselho Nacional de Segurança Social*

Lei n.º 13/2004 de 14/04 – *Estabelece o enquadramento jurídico do agente da cooperação portuguesa e define o respectivo estatuto jurídico*

Lei n.º 40/2004 de 20/04 – *Estatuto do Bolseiro de Investigação*

Portaria n.º 446/2004 de 30/04 – *Define as condições de criação, organização, instalação e funcionamento dos centros de apoio à vida no âmbito de um projecto piloto de acção social*

Lei n.º 35/2004 de 29/07 – *Regulamenta a Lei n.º 99/2003 de 27 de Agosto, que aprovou o Código do Trabalho*

Portaria 1273/2004 de 07/10 – *Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social. Revoga a Portaria n.º 1557-B/2002 de 30 de Dezembro*

Decreto-lei n.º 77/2005 de 13/04 – *Estabelece o regime jurídico de protecção social na maternidade, paternidade e adopção no âmbito do subsistema previdencial de segurança social face ao regime preconizado na legislação de trabalho vigente*

Decreto-lei n.º 98/05 de 16/06 – *Define o âmbito de protecção social conferido pelo sistema público de segurança social aos trabalhadores no domicílio*

Decreto-lei n.º 111/2005 de 08/07 – *Cria a «empresa na hora», através de um regime especial de constituição imediata de sociedades, alterando o Código das Sociedades Comerciais, o regime do Registo Nacional das Pessoas Colectivas, o Código do Registo Comercial, o Decreto-Lei n.º 322-A/2001 de 14 de Dezembro, o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado, o Decreto-Lei n.º 8-B/2002, de 15 de Janeiro, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado*

Decreto-lei n.º 119/2005 de 22/07 – *Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 328/93 de 25 de Setembro, que revê o regime de segurança social dos trabalhadores independentes*

Decreto-lei n.º 146/2005 de 26/08 – *Altera o Decreto-Lei n.º 28/2004 de 4 de Fevereiro, que estabelece o novo regime jurídico de protecção social na eventualidade doença no âmbito do subsistema previdencial de segurança social*

Lei n.º 60/2005 de 29/12 – *Estabelece mecanismos de convergência do regime de protecção social da função pública com o regime geral da segurança social no que respeita às condições de aposentação e cálculo das pensões*

Decreto-lei n.º 232/2005 de 29/12 – *Cria o complemento solidário para idosos*

Resolução de Ministros n.º 112/2005 de 30/06 – *Define o procedimento para a elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável*

Resolução de Ministros n.º 183/2005 de 28/11 – *Aprova o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008*

Resolução de Ministros n.º 190/2005 de 16/12 – *Aprova o Plano Tecnológico*

Decreto-lei n.º 42/2006 de 23/02 – *Altera o Decreto-Lei n.º 283/2003 de 8 de Novembro, que regulamenta a Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, nos termos da qual foi criado o rendimento social de inserção*

Decreto-lei n.º 117/2006 de 20/06 – *Define a transição do regime obrigatório de protecção social aplicável dos funcionários públicos para o regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem*

Decreto-lei n.º 220/2006 de 3/11 – *Estabelece o regime jurídico de protecção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem e revoga os Decretos-lei n.os 119/99, de 14 de Abril, e 84/2003, de 24 de Abril*

Decreto Regulamentar n.º 3/2006 de 06/12 – *Regulamenta o Decreto-Lei n.º 232/2005 de 29 de Dezembro, que institui o complemento solidário para idosos no âmbito do subsistema de solidariedade*

Decreto-lei n.º 236/2006 de 11/12 – *Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 232/2005 de 29 de Dezembro, que instituiu o complemento solidário para idosos no âmbito do subsistema de solidariedade*

Decreto-lei n.º 125/2006 de 29/06 – *Estabelece normas destinadas a assegurar a inscrição das entidades empregadoras no sistema de solidariedade e segurança social e a gestão, pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, do processo de cobrança e pagamento das contribuições e quotizações devidas à segurança social*

Decreto-lei n.º 53-B/2006 de 29/12 – *Cria o indexante dos apoios sociais e novas regras de actualização das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social*

Lei n.º 4/2007 de 16/01 – *Aprova as bases gerais do sistema de segurança social*

Portaria n.º 91/2007 de 22/01 – *Clarifica os procedimentos a adoptar nas situações de incapacidade por doença e fixa a taxa prevista no artigo 201.º da Lei n.º 35/2004 de 29 de Julho*

Portaria 121/2007 de 25/01 – *Elimina a participação de início, suspensão ou cessação de actividade profissional dos trabalhadores independentes*

Decreto-lei n.º 14/2007 de 20/03 – *Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 124/84 de 18 de Abril, que regula as condições em que devem ser feitas as declarações do exercício de actividade dos trabalhadores e as condições e consequências da declaração extemporânea de períodos de actividade profissional perante a segurança social*

Decreto-lei n.º 252/2007 de 05/07 – *Cria um regime de benefícios adicionais de saúde para os beneficiários do complemento solidário instituído pelo Decreto-Lei n.º 232/2005 de 29 de Dezembro*

Decreto-lei n.º 187/2007 de 10/07 – *No desenvolvimento da Lei n.º 4/2007 de 16 de Janeiro, aprova o regime de protecção nas eventualidades invalidez e velhice dos beneficiários do regime geral de segurança social*

Decreto Regulamentar n.º 76/2007 de 17/07 – *Altera o Decreto Regulamentar n.º 6/2001 de 5 de Maio, que aprova a lista das doenças profissionais e o respectivo índice codificado*

Portaria n.º 833/2007 de 03/08 – *Regula o procedimento do pagamento das participações financeiras dos benefícios adicionais criados pelo Decreto-Lei n.º 252/2007 de 5 de Julho, que cria um regime de benefícios adicionais de saúde para os beneficiários do complemento solidário instituído pelo Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro*

Decreto-lei n.º 308-A/2007 de 05/09 – *Reconhece o direito ao abono de família pré-natal e procede à majoração do abono de família a crianças e jovens nas famílias com dois ou mais filhos durante o 2.º e o 3.º anos de vida dos titulares, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 176/2003 de 2 de Agosto*

Portaria n.º 1446/2007 de 08/11 – *Fixa os procedimentos de renovação da prova de recursos dos titulares do complemento solidário para idosos*

Portaria n.º 09/2008 de 03/01 – *Procede à actualização anual do valor do indexante dos apoios sociais, à actualização das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social e ao aumento extraordinário para o ano de 2008, previsto no n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 53-B/2006 de 29 de Dezembro*

Decreto-lei n.º 11/2008 de 17/01 – *Estabelece o regime de execução do acolhimento familiar previsto na lei de protecção de crianças e jovens em perigo*

Decreto-lei n.º 26/2008 de 22/02 – *Estabelece a regulamentação aplicável ao regime público de capitalização, destinada à atribuição de um complemento de pensão ou de aposentação por velhice*

Portaria n.º 209/2008 de 27/02 – *Actualiza o valor de referência bem como o montante do complemento solidário para idosos e revoga a Portaria n.º 17/2008 de 10 de Janeiro*

Portaria n.º 211/2008 de 29/02 – *Estabelece o modelo de adesão ao regime público de capitalização e a forma de cumprimento da obrigação contributiva*

Portaria n.º 212/2008 de 29/02 – *Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Certificados de Reforma*

Decreto-lei n.º 55/2008 de 26/03 – *Regulamenta as normas necessárias à execução do artigo 39.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais, respeitante às medidas de incentivo à recuperação acelerada das regiões portuguesas que sofrem de problemas de interioridade, e revoga o Decreto-Lei n.º 310/2001 de 10 de Dezembro*

Portaria n.º 253/2008 de 04/04 – *Altera a Portaria n.º 1446/2007 de 8 de Novembro, que fixa os procedimentos de renovação da prova de recursos dos titulares do complemento solidário para idosos*

Portaria n.º 346/2008 de 02/05 – *Fixa os montantes das prestações por encargos familiares e das prestações por deficiência e dependência a vigorar em 2008 e revoga a Portaria n.º 421/2007 de 16 de Abril*

Portaria n.º 346/2008 de 02/05 – *Fixa os montantes das prestações por encargos familiares e das prestações por deficiência e dependência a vigorar em 2008 e revoga a Portaria n.º 421/2007 de 16 de Abril*

Decreto-lei n.º 87/2008 de 28/05 – *Altera o Decreto-Lei n.º 176/2003 de 2 de Agosto, introduzindo uma majoração ao montante do abono de família para crianças e jovens, no âmbito das famílias monoparentais*

Portaria n.º 413/2008 de 09/06 – *Aprova o modelo de requerimento do complemento solidário para idosos. Revoga a Portaria n.º 98-A/2006 de 1 de Fevereiro*

Portaria n.º 425/2008 de 16/06 – *Procede à actualização extraordinária dos montantes das prestações por abono de família para crianças e jovens e por abono de família pré-natal*

Decreto-lei n.º 105/2008 de 25/06 – *Institui medidas sociais de reforço da protecção social na maternidade, paternidade e adopção integradas no âmbito do subsistema de solidariedade e altera o Decreto-Lei n.º 154/88 de 29 de Abril*

Decreto Regulamentar n.º 17/2008 de 26/08 – *Procede à segunda alteração do decreto regulamentar n.º 3/2006 de 6 de Fevereiro, que regulamenta o Decreto-Lei n.º 232/2005 de 29 de Dezembro, através do qual é criado o complemento solidário para idosos no âmbito do subsistema de solidariedade*

Sites consultados no período Janeiro a Julho

<http://dre.pt/> - Diário da República Electrónico

<http://intranet.utad.pt/intranetutad/paginas/webindex.aspx> - Centro de Documentação da Universidade de Trás Os Montes e Alto Douro

<http://www.guiajuridico.com/> - Guia Jurídico do Departamento de Pessoal

<http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-01.php?ambito=1> – IAPMEI Legislação Nacional

<http://www.seg-social.pt> – Segurança Social

<http://www.mtss.gov.pt> – Ministério do Trabalho e Segurança Social

<http://www.wikipedia.org> – Wikipedia – Enciclopédia Livre

<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=HomePage> – Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra

